



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 21 SÁBADO, 5 DE MARÇO DE 2016



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-T0)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 22ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE MARÇO DE 2016

1.1 – ATA	5
-----------------	---

1.1.1 – ABERTURA	5
------------------------	---

1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2).....	5
--	---

1.1.2.2 – Oradores

SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA - Avaliação do momento grave pelo qual o Brasil passa, depois das informações reveladas pela delação do Senador Delcídio do Amaral.	5
--	---

SENADOR JOSÉ MEDEIROS - Críticas às supostas manobras feitas pelo PT para a sua manutenção no poder; e outro assunto.	9
--	---

SENADOR JOSÉ AGRIPINO - Defesa do <i>impeachment</i> da Presidente Dilma Rousseff e apelo por união dos governadores em prol da superação da crise econômica.....	15
---	----

SENADOR RICARDO FERRAÇO - Considerações sobre a crise vivida pelo Governo Federal e defesa do processo de impedimento da Presidente da República.	17
--	----

SENADOR TELMÁRIO MOTA - Críticas à oposição do Governo Federal e defesa do ex-Presidente Lula.....	22
--	----

1.1.3 – ENCERRAMENTO	23
----------------------------	----

1.2 – PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS

1.2.1 – EXPEDIENTE

1.2.1.1 – Comunicações

Do Senador Paulo Bauer, que justifica o não registro da presença de S. Ex ^a na sessão do dia 3 do corrente (Ofício nº 64/2016).....	24
---	----

Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de desligamento da Deputada Érika Kokay da composição da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Ofício nº 74/2015).....	27
---	----

1.2.1.2 – Mensagens da Presidente da República
--

Nº 17/2016 (nº 59/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. NEDILSON RICARDO JORGE para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.....	28
--	----

Nº 18/2016 (nº 60/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação da Sr ^a MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil na Organização de Aviação Civil Internacional.	75
---	----

1.2.1.3 – Término de prazo

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 146/2015.....	94
--	----

1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL
--

1.2.2.1 – Adoção de medidas provisórias

Adoção da Medida Provisória nº 713/2016, que altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a remessa de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviços, treinamento ou missões oficiais, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Ofícios nºs 40 e 44/2016-Bloco PR/PSD/PROS/CD, 108/2016-PSDB/CD, 132/2016-Bloco PMDB/PEN/CD) ...	94
--	----

Adoção da Medida Provisória nº 714/2016, que extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária e altera a Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, e a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Ofícios nºs 41/2016-Bloco PR/PSD/PROS/CD, 100/2016-PSDB/CD, 133/2016-Bloco PMDB/PEN/CD).....	100
---	-----

2 – DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1/2016	105
-----------------	-----

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	106
4 – RETIFICAÇÕES	
Diário do Senado Federal nº 178, de 6 de novembro de 2015.....	107
Diário do Senado Federal nº 1, de 3 de fevereiro de 2016.....	108
<u>SENADO FEDERAL</u>	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	116
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	119
7 – LIDERANÇAS	120
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	123
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	142
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	152
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	200
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
12 – COMISSÕES MISTAS	224
13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	238

22ª Sessão, Não Deliberativa , em 4 de Março de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ricardo Ferraço e José Medeiros.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 24 minutos e encerra-se às 11 horas e 39 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Oposição/PSDB - ES) – Declaro aberta a sessão.

Invocando a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide item 1.2 do Sumário**)

Atendendo à ordem dos oradores inscritos, nós concedemos a palavra a S. Ex^a o Líder do PSDB, o Senador Cássio Cunha Lima, que disporá do tempo regimental para fazer uso da palavra da tribuna do Senado Federal, para sua manifestação.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, o Brasil vive um momento extremamente grave. Ontem o País foi dormir perplexo com as revelações trazidas na matéria publicada pela revista *IstoÉ* relativas à delação premiada do Senador Delcídio negociada com o Ministério Público Federal. E o País, que foi dormir perplexo, accordou ainda mais assustado com tudo o que vem acontecendo, com uma crise que não para de se aprofundar.

O momento é, sim, Sr. Presidente, extremamente grave. E, por sua gravidade, ele exige neste instante, mais do que qualquer outro momento, altivez, firmeza, ponderação e serenidade.

Não estamos aqui para tripudiar de ninguém. Não estamos aqui para sapatear em cima do Governo. Não estamos aqui para tirar uma casquinha, ou fazer proveito indevido de uma situação que exige a reflexão do País inteiro. É preciso refletir por que chegamos até aqui, mas é preciso, antes de qualquer outra coisa, dizer, desde já, que o nosso País, com as suas instituições democráticas, demonstra, de forma muito clara, que todos devem ser respeitados como cidadãos brasileiros, desde o mais humilde trabalhador rural à mais alta graduada autoridade da República, e que ninguém está imune à investigação.

É exatamente isso que vem acontecendo na manhã de hoje, quando se cumpre mais uma etapa da Operação Lava Jato, para que se investigue, dentro de um Estado democrático de direito, tudo aquilo que vem sendo apontado pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e que precisa ser naturalmente investigado, garantindo-se, por óbvio, o amplo direito de defesa, o devido processo legal, o contraditório, evitando-se o prejuízo, para que possamos sair desse episódio mais fortes, como uma democracia jovem que somos. Esse é um momento crucial da trajetória política, econômica, social do nosso País.

Na condição de Líder do PSDB, no Senado, o maior Partido de oposição neste País, estamos aqui para reafirmar as nossas crenças na Constituição, nos valores da democracia, no fortalecimento das instituições e na saída, o quanto antes, para essa circunstância que não para de se agravar. Sim, porque o agravamento é cotidiano. Já não estamos mais falando de um lapso temporal de meses ou semanas para que essa crise se aprofunde. Estamos nos referindo a dias, a horas. Da noite para o dia, a situação se agrava. E há um movimento na economia absolutamente paradoxal, aparentemente.

Aparentemente, é algo difícil de se entender. Mas como? A crise aumenta e a bolsa reage positivamente, o dólar cai? Porque todo o Brasil, todo o País hoje tem uma consciência: a crise vivenciada tem nome e endereço, Dilma Rousseff, Palácio do Planalto.

E à medida que, como acontece já hoje nas primeiras movimentações do próprio dólar, o Governo se mostra mais fraco, a economia reage, como se vislumbrando um sopro de esperança, uma luz tênue ao final do túnel diante de um momento de desalento, de desesperança, de desencanto.

O Governo Dilma acabou. O Governo Dilma acabou não só com as esperanças a curto prazo do povo brasileiro, mas mutilou a verdade, aniquilou com a ética, destruiu concepções de governabilidade com transparéncia, porque tudo o que vem sendo revelado nos últimos anos – este é um processo longo, extenso, de revelações estarrecedoras – demonstra claramente que é preciso, o quanto antes, que as instituições encontrem, dentro da Constituição, amparada pela lei, uma saída para esta crise.

É claro que a crise um dia terá fim. Ela não será eterna, não será permanente. O que resta saber agora é quanto haverá de durar essa crise, porque essa crise não diz respeito apenas aos partidos, aos políticos, mas diz respeito à economia e à vida do trabalhador brasileiro, porque a vida do nosso povo tem piorado. Aumenta o desemprego. Cresce a inflação. Serviços essenciais de saúde, de educação pioram a cada instante. A população mais pobre, o nosso povo, a nossa gente, cada vez mais fragilizada no seu cotidiano. Nós estamos diante de uma população amedrontada, com o pânico do desemprego, com a economia que encolhe.

O momento é tão grave que, diante de tudo o que foi revelado ontem, e será prosseguido nos próximos dias, uma notícia importantíssima como o resultado do Produto Interno Bruto, do PIB, que é a soma das riquezas do nosso País, teve um destaque modesto.

A situação chegou a um ponto em que os telejornais já não conseguem ter espaço na sua grade de notícias para veicular todos os grandes acontecimentos do Brasil. São tantos fatos gravíssimos que não há espaço nos telejornais para que tudo seja devidamente noticiado. É um turbilhão de acontecimentos que causam indignação, que causam perplexidade e que exigem do nosso povo uma reação ativa, democrática, mas, sobretudo, cidadã.

No próximo dia 13, o povo brasileiro terá oportunidade de, indo às ruas de forma pacífica, como já fez tantas outras vezes, dar a sua contribuição para as mudanças que o Brasil precisa. Não é hora de acomodação. Não é hora de cruzar os braços. Nós precisamos de cada coração, de cada mente, de cada alma brasileira, para que, nas ruas, possamos mostrar a nossa indignação contra tudo isso.

Ao lado dos movimentos de rua, que lideram todas essas manifestações já de algum tempo, os partidos políticos de oposição clamam sua militância, chamam a todos para que, em um gesto de patriotismo – pode ser até uma palavra gasta –, em um gesto de civismo, de amor ao Brasil, possamos estar nas ruas no próximo dia 13 de março.

Só através da manifestação do nosso povo, repito, de forma pacífica, de maneira ordeira, vamos fazer com que essa pressão popular ecoe no Congresso Nacional, particularmente na Câmara dos Deputados, a fim de que possamos ter o andamento do processo do *impeachment*.

Ontem, em reunião na Liderança do PSDB, os partidos de oposição decidiram aditar ao pedido de *impeachment* já formulado as notícias veiculadas na matéria assinada pela jornalista Débora Bergamasco, na revista *IstoÉ*, que estarrecem a todos pela gravidade do que está sendo revelado. E além de aditar ao pedido de *impeachment*, Senador José Medeiros, estaremos também rogando, pedindo, suplicando até ao Tribunal Superior Eleitoral para que possamos ter um julgamento ágil, célere, rápido, eficaz, dentro da Constituição, em respeito à legislação eleitoral, para que possamos, talvez, pela via do Tribunal Superior Eleitoral, encontrar aquela que na minha visão é a melhor saída para esta grave crise: novas eleições.

As pessoas às vezes perguntam: "Mas novas eleições como?" É simples explicar. A legislação eleitoral é uma legislação contemporânea, extremamente rígida, com prazos curtos, sem muitas oportunidades de recursos infundáveis. A própria legislação que estabelece como prazo razoável para julgamento de um processo um ano após as eleições poderá – repito e insisto –, dentro da Constituição, em respeito à lei, cassar a chapa eleita em 2014, porque tivemos uma eleição maculada, viciada pelos abusos de poder político e de poder econômico nela praticados.

Dessa forma, novas eleições seriam convocadas. Mas para isso é preciso um ato que precede a essa decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que é o afastamento do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para que um novo Presidente seja eleito na Câmara dos Deputados, em condições de assumir a Presidência da República por 90 dias, até que as novas eleições sejam realizadas.

Esta é a melhor saída. Ela é constitucional, ela é legal e, sobretudo, ela devolve à soberania popular a solução para a crise. Não há outro caminho melhor.

Quando uma democracia como a nossa apresenta um quadro de infecção generalizada, um quadro de septicemia completa, contaminada pela super-hipermegabactéria da corrupção; quando a democracia está doente, o único remédio para essa doença são eleições. Eleições livres, eleições democráticas, eleições com igualdade de meios na disputa, para que a soberania do povo, para que o voto de cada brasileiro possa, na sua consciência, no seu discernimento, na sua sabedoria política, apontar os novos rumos que o País deva trilhar, porque não há mais como imaginar solução com a Presidente Dilma Rousseff à frente do destino do País.

Como bem escreveu ontem o jornalista Josias de Souza, a Presidente Dilma já não comanda os fatos; é comandada por eles. Há um desgoverno absoluto no País. A economia se esfacelando, o povo vivendo cada vez pior, a desesperança chegando ao lar de cada brasileiro, o desânimo, a desilusão, o desencanto, o desespero para muitos que já estão na fila dos desempregados, os serviços básicos, repito, que se deterioram a cada instante; zika, dengue, chikungunya, a população à mercê de um mosquito diante da inanição de um Governo que deve ter seu fim decretado pelo bem do Brasil.

Nós vamos manter a nossa ação vigilante. Nós precisamos apoiar as instituições. Mais do que nunca, o nosso povo, a nossa gente está sendo chamada, está sendo convocada, para que, nas ruas, no dia 13, possamos promover as mudanças que o Brasil tanto necessita.

Repto: o momento é grave e exige firmeza e serenidade. Não é hora de tripudiar sobre ninguém, não é instante de sapatear em cima do Governo, mas é momento de avançar na direção da solução da crise que o País vive e da qual precisa sair, porque é o nosso povo, é o trabalhador brasileiro que está sofrendo.

Se estivéssemos diante, Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, apenas de uma crise no universo da política ou de uma dificuldade econômica que só atingisse as grandes empresas, talvez pudéssemos esperar um pouco mais, mas não é do que se trata. Estamos diante de um quadro em que os mais pobres, os que mais precisam estão sendo dura e severamente atingidos. E até quando? Até quando o País vai suportar toda essa situação?

Vamos nos recordar de que não estamos nesta crise a partir da Lava Jato. Não! Ela vem de muito longe, vem lá de trás, da CPI dos Correios, vem do episódio do Valdomiro, vem do mensalão. Ela se estende na Lava Jato como um *modus operandi* de um Governo que, infelizmente, se afastou do cumprimento da lei para, em nome de um projeto de poder, tentar de todos os meios, de todas as formas, mesmo praticando crimes, se perpetuar no poder.

É preciso lembrar a trajetória do País nesses últimos anos.

Não deve ser fácil para aqueles que acreditaram em mudanças profundas, que sonharam com transformações amplas, que depositaram sua mais pura confiança, que entregaram sua melhor esperança ao Partido dos Trabalhadores. Não é um momento fácil para estes, como não é um momento fácil para ninguém, mas é preciso compreender que o Brasil está acima disso tudo.

Apesar da desilusão de muitos, do desencanto de tantos, é preciso fazer reacender a esperança e acreditar que o nosso País e o nosso povo serão sempre maiores do que tudo isso; e que toda essa situação vai nos levar a um País fortalecido, a um País mais maduro, onde possamos mostrar, como está sendo provado agora, que ninguém está imune à investigação.

E que essa investigação seja feita rigorosamente dentro da lei, com o devido processo legal, com o estabelecimento do direito de ampla defesa, do contraditório, sem prejulgamentos. Não estou aqui para prejulgar ninguém. Muitos, talvez, estejam querendo ver o circo pegar fogo, incendiar ainda mais o clima no Brasil, mas não é essa a posição responsável que a oposição brasileira terá. Nós teremos a firmeza necessária, com vimos tendo; teremos a altivez que for preciso, mas mantendo sempre, repito e insisto, a serenidade que o momento exige para que o quanto antes possamos encontrar uma saída e um desfecho para essa crise, que não para de se aprofundar.

Tenho certeza de que, das duas alternativas que estão postas dentro da Constituição para o desfecho dessa situação caótica, o *impeachment* ou as novas eleições, a segunda opção é o melhor caminho. É o melhor caminho por uma razão óbvia: porque, no *impeachment*, de certa forma, nós transferimos para a democracia representativa a solução do problema. Através das novas eleições, nós entregamos ao povo,...

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... o verdadeiro detentor do poder, a solução para esse impasse.

Nada purifica mais uma democracia do que uma eleição. Nada cura tanto uma democracia doente quanto novas eleições. E o nosso País vive esse quadro de infecção generalizada pela superbactéria da corrupção, que precisa ser combatida e debelada com a manifestação soberana do nosso povo nas ruas.

E é por isso que o dia 13 será um dia e uma data fundamental para que esse processo entre em marcha triunfal final como deseja a maioria do povo brasileiro.

Sr. Presidente, continuaremos atentos a todos os acontecimentos. O PSDB e as oposições do Brasil estarão sempre em defesa da democracia, das instituições, apoiando as investigações, fortalecendo as instituições, mas, sobretudo, em sintonia com esse desejo de mudança que o povo brasileiro já manifestou de forma expressiva em várias ocasiões. Estaremos acompanhando os desdobramentos dos acontecimentos do dia de hoje, que não podem ficar nessa situação, outras providências estarão sendo, seguramente, adotadas.

Mas, para encerrar esta minha palavra, Sr. Presidente, fica, mais uma vez, mais do que um convite – muito mais do que um convite! –, é uma convocação para que o nosso povo esteja nas ruas, de forma pacífica, no próximo dia 13. Se você não for, ela fica, é isso que precisa ser entendido. Se você não for para a rua, a Presidente Dilma ficará na Presidência da República.

O movimento da política exige respaldo popular, respaldo do povo, da sociedade, e ação dos partidos. Os partidos de oposição estão agindo, tanto no âmbito do Congresso, como da Justiça eleitoral; a população tem se movimentado nas ruas, tem feito o seu papel, tem cumprido a sua parte. E não é hora de esmorecer, não é hora de recuar, é hora de mostrar altitude, firmeza, brasiliade, civismo e patriotismo.

O Brasil precisa de todos nós. O Brasil precisa reacender a sua esperança no fim desta crise o quanto antes, por mais desilusão que haja. Tenho certeza de que são milhões de brasileiros hoje sofridos, perplexos, vendo, de forma desiludida, sonhos e esperanças desaparecendo, fruto de tudo o que vem sendo revelado, mas o País é maior do que tudo isso, e saberemos vencer todas essas dificuldades com o povo brasileiro, como fizemos em outros momentos.

Eu escuto, com prazer, o Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Cássio Cunha, só V. Ex^a, da linhagem do nosso saudoso e grande brasileiro Ronaldo Cunha Lima, poderia ter a grandeza de, neste momento de dificuldade, neste momento em que era de se esperar que a Liderança do PSDB, do principal Partido de oposição aqui no Senado, fosse sapatear, fosse tripudiar sobre a situação. Não! V. Ex^a vem aqui e faz uma reflexão, chama o País, faz esse chamamento para essa manifestação do dia 13, mas, acima de tudo, essa frase brilhante que V. Ex^a pronunciou agora há pouco: sem violência, com muita com muita paz nesse dia. Isso contrasta com uma manchete que acabo de ler aqui no site UOL, afirmando que o PT está dizendo o seguinte: "Não vamos deixar barato, porque consideram Lula um preso político!" Tem sido recorrente a manifestação desse Partido em todos os momentos de dificuldade nacional, ao invés de tentar se juntar e tentar construir. As mensagens que nós temos visto, o tempo inteiro, são mensagens de ódio. Em determinado momento, o próprio ex-Presidente Lula disse que iria concretizar o exército de Stédile. Depois, nós tivemos um tresloucado que veio para a mídia dizer que pegaria em armas. E, agora, neste momento de extrema dificuldade, até para o País, vem o PT e diz uma barbaridade dessa; colocaram no Twitter agora há pouco, dizendo: "Não vamos deixar barato!" O que eles querem dizer com não vamos deixar barato? Nós temos um cabedal – V. Ex^a colocou muito bem aqui para todo o Brasil –, temos um arcabouço jurídico. Por trás de uma operação dessa, existe toda uma investigação, existem leis, existem estruturas construídas com muito suor e, por vezes, sangue. Essa democracia não custou barato ao Brasil. A democracia pressupõe o respeito às leis. As pilas que sustentam um país democrático representam justamente esse respeito, mas esse respeito não pode ser do Zé Mané, não pode ser só do cidadão de Caicó ou do cidadão lá do interior do Amazonas; o respeito às leis é para todos os brasileiros. Então, essa indignação que o PT coloca aqui é irresponsável, porque joga o País contra as instituições. O Ministério Público, se, em determinado momento, cometer alguma irregularidade, essa prisão do Presidente Lula, e todo esse processo, cai por terra, porque, se há uma coisa que tem funcionado ultimamente no Brasil, são as instituições ou as independências dos Poderes. Então, neste momento, louvo V. Ex^a, porque traz justamente a realidade e busca trazer os fatos do tamanho são, sem deixá-los maiores, nem menores, com a gravidade que merecem ser tratados e com a responsabilidade que merecem. Meus parabéns, Senador Cássio!

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu agradeço, Senador José Medeiros, o aparte de V. Ex^a. Apenas faço uma correção, para que não fique dúvida, já que as informações são muito desencontradas. A decisão do Juiz Sérgio Moro foi no sentido de uma condução coercitiva, e não da prisão do ex-Presidente Lula; é apenas para ficar claro. É um depoimento que ele terá de prestar dentro da sequência das investigações da Lava Jato.

E quem tem acompanhado, como a sociedade inteira tem feito, a condução muito firme, serena e competente do Juiz Sergio Moro... Eu quero crer que essa determinação de um depoimento coercitivo não é para iniciar apenas o processo investigativo ou a investigação, mas, sim, o andamento de uma série de indícios e provas que, com certeza, a Justiça Federal, na judicância do Juiz Sergio Moro já dispõe. É pouco crível que, sem nenhum tipo de indício, sem nenhum tipo de prova, esse depoimento tivesse sido exigido, como foi hoje.

Mas é aquilo que eu disse e vou repetir, para concluir: o momento exige firmeza, sim. Não vamos nos intimidar. Não serão com bravatas que vão fazer o povo brasileiro recuar.

Nós teremos a reação que for necessária, mas estamos propondo uma postura de responsabilidade, serenidade, acompanhada de firmeza. Não estamos aqui, repito, para tripudiar da situação, zombar de ninguém, sambar em cima do Governo. Não!

A gravidade do momento não permite esse oportunismo político. A sociedade não iria tolerar essa postura. Com muita responsabilidade com o momento brasileiro, com muita compreensão da desilusão de milhões

de brasileiros que acreditaram em um projeto político e se deparam com a realidade muito diferente de tudo aquilo com que se sonhou, nós temos de ter confiança nas instituições e crença inabalável na democracia. Temos uma Constituição, que é o nosso norte, é a nossa bússola, é o nosso caminho, e será, nas trilhas da Constituição, que nós vamos percorrer esse caminho árduo, que será amparado pelo cajado da lei.

A lei é dura, mas é lei, e deve ser aplicada contra todos, ou em favor de todos, para que toda essa investigação tenha sequência dentro de um quadro de normalidade, em que se estabeleça direito de defesa, contraditório, em que se respeite o devido processo legal, não se faça linchamento público, não se realize pre julgamento. Mas, definitivamente, o País precisa sair desse impasse; o País precisa vencer essa crise. E a crise está localizada no Palácio do Planalto; a crise, repito, mais uma vez, tem nome e endereço: Dilma Rousseff, Palácio do Planalto.

A Presidente Dilma perdeu, por uma ausência absoluta, plena, completa de confiabilidade às condições de governança. Não há mais governabilidade no Brasil, por absoluta falta de confiança, e o que aconteceu ontem, na Bolsa de Valores, no câmbio, reflete, de forma muito clara, essa realidade. Parece um paradoxo, mas, na medida em que o Governo se fragilizava, a economia reagia positivamente, porque vê, na fragilidade, no começo do fim do Governo, a saída para esta crise.

Então, Sr. Presidente, agradecendo a generosidade do tempo e aproveitando para encerrar este meu pronunciamento – falaremos em vários outros instantes –, quero, além de agradecer o tempo concedido, renovar a saudação que já lhe fizemos, repito, com muita alegria, por sua filiação ao PSDB. O Brasil precisa de gestos como o que V. Ex^a teve. Não é comum alguém deixar a base de um governo.

O senhor sempre teve uma postura muito crítica ao Governo, nunca foi um aliado dos desmandos, dos descomandos do Governo. O Plenário do Senado Federal é testemunha da sua independência, da sua completa autonomia e altivez. Mas a sequência do gesto de vir para as hostes da oposição, de forma formal, engrandece a nossa luta, fortalece a nossa confiança, porque são brasileiros, como Ricardo Ferraço, de que o Brasil tanto necessita neste instante: que tenham espírito público, que tenham decência, que tenham dignidade e que tenham exata dimensão da gravidade do momento que nós vivemos.

Saudamos, mais uma vez, V. Ex^a e cumprimentamos, no encerramento deste pronunciamento, os telespectadores, os ouvintes da Rádio Senado, os Senadores, as Senadoras, a imprensa, com um convite final para que todos nós estejamos nas ruas no dia 13, porque, se você não for, ela fica.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Oposição/PSDB - ES) – Meus cumprimentos e sinceros agradecimentos, Senador Cássio Cunha Lima, pela generosidade das palavras, do acolhimento à convicção, à certeza e à confiança de que o momento brasileiro exige posições firmes, posições claras sobre a conjuntura e a necessidade de nós superarmos essa quadra difícil do nosso País, mergulhado em uma crise política, mergulhado em uma crise econômica com grandes impactos sociais, sendo o maior deles, seguramente, o desemprego. Ao longo de 2015, foram quase 2,8 milhões de empregos, oportunidades de trabalho, que confere dignidade às pessoas, que foram dinamitados da realidade brasileira, destruindo meios de vida de milhões de brasileiros. Portanto, nós estamos, de fato, em uma quadra e em uma conjuntura que exigem posicionamento claro dos seus representantes.

Agradeço muito a manifestação de V. Ex^a, cumprimento-o pela firmeza da manifestação e, ao mesmo tempo, pelo equilíbrio com que V. Ex^a nos convoca para uma reflexão acerca da conjuntura vivida em nosso País.

Seguindo a ordem dos oradores inscritos, nós concedemos a palavra ao Senador José Medeiros para a sua manifestação. A palavra é de V. Ex^a, pelo tempo regimental, mas desde já antecipo que serei absolutamente generoso, complacente, assim como fomos com o Senador Cássio Cunha Lima, para que V. Ex^a possa trazer a voz de Mato Grosso para o Senado da República, para Mato Grosso e para os brasileiros.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, todos que nos ouvem pela Rádio Senado, pela TV Senado, e que também acompanham esta sessão do Senado Federal brasileiro pelas redes sociais, em 1989, eu estava entrando para a universidade. Passei no vestibular – na época, o temido vestibular – e estava iniciando os meus estudos.

Era uma época de sonhos. Era uma época em que praticamente todos os estudantes das universidades brasileiras estavam imbuídos de um projeto de mudança deste País. E, naquele momento, havia um brasileiro que puxava muito essa linha e que era, vamos dizer assim, o *superstar* político daqueles estudantes que estavam ali, entrando na universidade, e que estavam bebendo pela primeira vez da fonte de Antonio Francesco Gramsci, porque naquela época boa parte das universidades estavam pelas teorias do filósofo italiano.

Eu não fui diferente; e nossa estrela a ser seguida, nosso líder, vamos dizer assim, chamava-se Luiz Inácio Lula da Silva. Lembro-me da música que, posteriormente, era cantada quase como se fosse um hino: "Lula lá, uma estrela vai brilhar". E assim foi.

Esse projeto de poder que o Partido dos Trabalhadores construía cresceu, esse sonho cresceu. E cresceu num discurso lastreado principalmente – dito e cantado em verso e prosa pelo Lula – em combater a corrupção e melhorar a vida da gente. Esse era um mantra praticamente, e aquilo a gente defendia como se fosse uma religião até.

Chegou ao poder aquele projeto – aquele sonho de mudar o Brasil, aquele sonho de colocar o Brasil naquele lugar em que achávamos que ele deveria estar. E o nosso líder continuava com o mantra: combater a corrupção e melhorar a vida da gente.

Bem, não sabíamos nós que o projeto era calcado, mais ou menos, ou melhor, era um arremedo do projeto do Lenin, do projeto do Stalin – um projeto cujo original não havia dado certo. Era um projeto que não deu certo e não dá certo porque nasce torto, Senador Ferraço. O projeto de Lênin nasceu justamente com o objetivo de acabar com tudo que estava ali para mudar tudo, para tornar tudo melhor, segundo eles.

Nesse projeto de comunismo – estou fazendo aqui, obviamente, uma avaliação rápida e simplista –, a base, as pilastras eram justamente que os fins justificam os meios. Dito isso, qualquer coisa poderia ser feita para a consecução daquele projeto. Vale lembrar que, na União Soviética, naquela época, matar, expropriar – e estou falando expropriar para ser elegante –, roubar propriedades, matar adversários, trair, tudo isso era plenamente normal naquele jogo, porque justificava um objetivo maior: justificava mudar as instituições e, segundo eles, construir uma sociedade melhor.

Bem, esse era o projeto daquela época, que não deu certo, que acabou, teve o seu apogeu, mas, mesmo com toda a força, mesmo com a violência, tinha um fundo muito bonito, que era levar os trabalhadores ao poder, a chamada ditadura do proletariado, que na verdade se tornou, posteriormente, a ditadura sobre o proletário. Isso foi o que aconteceu. Tentaram por fora, com toda a violência, e acabou ruindo. E acredito que não há coisa que exemplifique melhor a derrocada daquele projeto do que o que ocorreu após o final da Segunda Guerra Mundial: quando a Alemanha foi dividida em duas, parte ficou com aquele projeto da União Soviética e parte ficou com o projeto ocidental. A Alemanha Ocidental teve aquele *boom* de desenvolvimento, e a Oriental continuou em ruínas. Só após 1989 é que começou a melhor, com a junção das duas e a queda do Muro de Berlim.

Mas esse é só um preâmbulo para mostrar por que esse projeto ruiu ontem e continua desmoronando hoje, com essa, vamos dizer, prisão coercitiva do Presidente Lula – vamos tirar o termo prisão –, esse depoimento coercitivo dele que, creio, simboliza definitivamente o fim daquele sonho, daquele projeto. Mas é justamente isto: desmorona porque o alicerce não era bom, desmorona porque era um arremedo de uma coisa que já não tinha dado certo. Infelizmente.

Digo isto aqui, e não falo com alegria, porque fui um dos que sonhei esse sonho junto. Mas, infelizmente, o que o Presidente Lula dizia a todo o Brasil não era verdade, não estava calcado na verdade. Quantas vezes ele disse que este Legislativo brasileiro era composto de picaretas? Falou que ali havia 300 picaretas. Ele era um Parlamentar, Senador Ferraço, mas muitas vezes vi entrevista dele dizendo e até demonizando essa verba que há para os Parlamentares trabalharem; ele era contra, tamanha era a aura de santidade com que se coroou para chegar ao Poder. Foi isso o que o Presidente Lula vendeu.

Então, hoje tentam vitimizá-lo e dizer que a oposição tenta enxovalhar essa figura mítica brasileira, o maior líder político brasileiro. Ninguém nega isso. O Presidente Lula foi a maior liderança dos últimos tempos no Brasil. Querido aqui dentro e lá fora. Mas o único responsável pela ascensão e queda do Presidente Lula tem um nome: é Lula. Não é a oposição, não é o Judiciário e não é o Ministério Público. O responsável pela ascensão e queda, pelo sucesso e declínio dele foi ele. O Presidente Lula construiu a sua trajetória, a sua ascensão com as suas palavras, com o seu discurso, e construiu o seu declínio com o seu discurso e com os seus atos. Vestiu a farda da Marinha – e é bom que se diga que alguém que se veste de branco tem que passar longe da lama.

O discurso foi sempre de apontar o dedo. É bom que se diga isso, porque, neste momento, tenta-se passar que a oposição ou que parte da imprensa tenta desconstruir o Presidente Lula. Isso não é verdade. Não há pessoa que foi mais querida e mais apupada, vamos dizer assim, pelos meios de comunicação. Agora há pouco, eu vi o Twitter de alguns dos mais renomados comunicadores deste País, sentidos e, de certa forma, até fazendo uma defesa, porque o ex-Presidente Lula ainda goza do carinho de boa parte dos brasileiros. Mas não goza da solidariedade em seus desmandos. Essa é a grande realidade.

Esse sonho foi vendido e, neste momento, tudo o que está acontecendo não é ataque ao Presidente Lula; é simplesmente o resultado da expectativa frustrada. Não existe coisa pior do que expectativa frustrada. Casamentos são desfeitos, muitas vezes, sabem por quê? Pela desconfiança, pela confiança quebrada, pela expectativa frustrada, pelo desencanto. E, às vezes, aquele tórrido amor, aquele amor mais forte transforma-se em ódio visceral, transforma-se em ódio pela decepção e pela traição de ter tido aquela expectativa tão almejada quebrada. Não há coisa pior do que a confiança quebrada. É como um vaso. Essas coisas são muito

difícies de construir. Confiança, honra são valores muito tênuas, e, quando se quebram, são como um vaso que não tem conserto.

O que aconteceu com o Presidente Lula foi isso. Mas o grande artífice disso tudo foi ele. Estou dizendo isso aqui justamente para que se quebre esse discurso que estão tentando colocar na mídia neste momento, que o PT está tentando plantar, de que estão fazendo uma prisão política, de que neste momento o ex-Presidente Lula é um preso político. É isso que o PT acabou de colocar nas redes: que o ex-Presidente Lula é um preso político. Ora, isso é de uma irresponsabilidade muito grande, porque não é verdade. Agora há pouco, eu dizia, num aparte ao Senador Cássio Cunha Lima, que o Brasil é hoje uma democracia sólida como nunca foi. Um momento de ebulação da democracia, porque as instituições estão funcionando de forma ordeira, de forma serena e de forma muito alicerçada nos pilares legais construídos por esta Casa – pilares legais que o ex-Presidente Lula, como Parlamentar, ajudou a construir. Pilares legais evocados, em muitos momentos, pelo Partido dos Trabalhadores e por seus membros.

Agora, a única coisa – e é bom que a gente deixe esta história do tamanho que ela é – que está acontecendo aqui é que houve uma dissonância, houve uma quebra entre o discurso e a prática. Esse é o problema! E isso foi que levou este Governo da Presidente Dilma a perder a credibilidade do mercado internacional, perder a credibilidade dentro do Legislativo, perder a solidariedade da sua Base e perder a solidariedade das ruas.

Esse governo, quando começa, lá em 2002, tinha solidariedade das ruas, tinha credibilidade dentro dessa Casa, tinha tudo o que precisava para governar e para fazer. E mais: um cenário econômico internacional perfeito. Houve uma janela de oportunidades, inclusive perfeita! Jogaram no mato. Vi uma entrevista do Paul Krugman, aquele economista que previu a bolha imobiliária. E, na época, ele disse: "O Brasil está em céu de brigadeiro, porque saneou o seu sistema financeiro por uma bagatela". Enquanto os países, naquele momento, gastavam trilhões de dólares para sanear o seu sistema financeiro, o Brasil tinha saneado seu sistema financeiro com menos de US\$10 bilhões. E o PT e o Lula herdaram isso. Tiveram céu de brigadeiro.

Podiam remar no mar da tranquilidade.

Mas, com o tempo, as suas ações culminaram com o que aconteceu ontem, quando, com o simples fato da possibilidade de o *impeachment* se reviver, o mercado entrou em frenesi. Num momento em que era de se esperar... Qualquer aluno de primeiro ano de Economia faria a previsão de que as bolsas cairiam fortemente, que o dólar dispararia, porque foi o dia em que foi anunciado que o PIB brasileiro teve sua maior queda em 25 anos; ao contrário disso, as bolsas dispararam, e o dólar caiu. Sabe por quê? Por causa da remota possibilidade de o *impeachment* ser revivido, a possibilidade de a Presidente cair.

E o que levou a isso foram justamente as manobras, o discurso rasteiro, a mentira. Isto a população brasileira já descobriu: este é um Governo que mente e que deixa mentir; é um Governo que rouba e que deixa roubar. Isso ficou muito patente ontem nos discursos e nas falas, principalmente sobre a notícia da possível delação do Senador Delcídio do Amaral.

O Senador Delcídio, é bom que se lembrem, foi o presidente da CPI dos Correios. Aliás, ele construiu uma credibilidade nacional naquele momento, porque conduziu, de forma muito competente, juntamente com o Deputado Osmar Serraglio, a CPI dos Correios, a CPI que originou todo aquele processo em que se descobriu o crime do mensalão.

Pois bem, o Senador Delcídio era, até bem pouco tempo, o Líder do Governo aqui nesta Casa, e ontem, quando saiu a notícia de que a revista *IstoÉ* teria publicado uma reportagem sobre a delação premiada do Senador Delcídio, mais do que depressa, o presidente do PT, o ex-Ministro da Justiça e o Ministro Jaques Wagner passaram a enxovalhar a imagem do Senador Delcídio do Amaral, passaram a descredibilizá-lo, passaram fazer um discurso de desconstrução, passando-o como um desqualificado, uma pessoa que não merecesse crédito. Aliás, uma desconstrução que já tinha começado a ser feita no dia da sua prisão, quando o noticiário teria dito que o ex-Presidente Lula o teria chamado de imbecil e idiota, e o presidente do PT também teria feito uma carta a mais desabonadora possível.

Essa desconstrução tem um único objetivo. Só faltava dizer: o Senador Delcídio não é do PT. Essa desconstrução que fizeram ontem, chamando-o de mentiroso, desqualificado, é um contrassenso, porque quer dizer que, de repente, de uma hora para outra, ele passou a não ter credibilidade, mas ele era o Líder aqui na Casa. Foi estribado na credibilidade pessoal do Senador Delcídio do Amaral que o Governo conseguiu, inclusive, aprovar muita coisa aqui dentro. Foi estribado na sua credibilidade que o Governo resolveu escolhê-lo como Líder, como representante do Governo aqui no Senado, porque, naquele momento, ninguém queria. Eu vi Senadores aqui correndo da Liderança do Governo que nem o diabo corre da cruz. Ele matou no peito e fez o seu papel de Líder do Governo. E o Governo estava muito satisfeito com a credibilidade do Senador Delcídio.

De repente, não mais que de repente, no momento em que ele cumpria uma missão do Governo Federal para tentar impedir a delação premiada do Nestor Cerveró, ele foi pego e é como se fosse naqueles filmes

de espionagem em que o agente recebe uma mensagem dizendo: "agora você está por sua conta. A missão é essa, mas, se você for pego, nós não o conhecemos e não teremos nenhuma responsabilidade sobre os seus atos". Foi isso que o PT disse. Foi isso que o Presidente Rui Falcão escreveu na carta: "Não temos nenhuma responsabilidade. Ele agiu de forma unilateral, e por sua única e exclusiva responsabilidade."

A quem quer enganar? Hoje, com o cabedal de informações a que a população tem acesso, ela faz análise. E são justamente essas manobras, essas coisas mentirosas... Ontem, de repente, vieram dizer: "Olha, é só poeira e materialidade nenhuma." O outro disse que ele mentia. Veio uma Senadora aqui tentar começar a construir um alicerce para descredibilizar, mas não adianta. As nuvens podem encobrir o sol por um momento, mas, em algum momento, ele vai brilhar.

Há um jurista norte-americano que dizia, Sr. Presidente: "Em matéria de poder, não existe detergente melhor do que a luz do sol." E o sol está brilhando.

Não existe perseguição alguma contra o Partido dos Trabalhadores. Não existe perseguição alguma contra o Governo da Presidente Dilma. E é bom que fique claro, porque, se há alguém, se há instituição que tem se posicionado a favor do Brasil e tem se posicionado de forma a ajudar inclusive o Governo tem sido a oposição. Em determinado momento, o Partido dos Trabalhadores ficou contra o Governo, mas a oposição aqui dentro desta Casa ficou a favor do Brasil.

Não existe uma oposição inflexível. Não. Aqui nós sempre estivemos a favor de ajudar o Brasil.

Concedo, com muita honra, um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador José Medeiros, a propósito exatamente do que V. Ex^a acaba de dizer, estamos aqui, o Senador o Cássio, que já falou; o Senador Ricardo Ferraço, que preside esta sessão; V. Ex^a e eu. Tenho certeza de que nenhum de nós quatro está neste momento, diante dos fatos que aconteceram ontem e principalmente hoje, feliz com o que está acontecendo. Todos nós estamos movidos aqui pelo compromisso de responsabilidade com o País. Nós estamos vindo dar o testemunho da correção das instituições e da necessidade da correção de rumos. Com nenhuma satisfação, ninguém. Eu tenho certeza de que V. Ex^a pensa como eu. Eu não tenho nenhum prazer em comentar a condução coercitiva do ex-Presidente Lula e de seus familiares para prestar depoimento em uma situação que, evidentemente, é de constrangimento nacional, porque trata-se de um ex-Presidente República. Mas é a nossa obrigação. Há momentos em que os brasileiros – seja, como aqui foi dito, um modesto trabalhador rural, um dirigente ou um líder político – têm a obrigação de tomar posição. E chegou a nossa hora. Não há nenhuma satisfação. O que há é dever de responsabilidade. Aquilo que nós estamos fazendo, estamos de plantão nesta sexta-feira de manhã, é por dever de responsabilidade para com o País, o País onde mora V. Ex^a, moro eu, moram os meus filhos, moram os meus netos, mora a sociedade brasileira. Eu, em seguida, peço a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para manifestar minha posição, contar um pouco da minha história política e dizer da necessidade das lideranças deste País se manifestarem, tomarem posição, antes que o País vá pelo ralo. Chegou a hora da definição. É o juízo final. Não tem mais saída. Os fatos são por demais escrachados. Denúncia de que R\$200 milhões foram mobilizados para calar a boca de Marcos Valério? De que, por trás de Pasadena, havia o conhecimento pleno da ex-Presidente Dilma? Dito isso tudo, como V. Ex^a disse, pelo ex-Líder do Senado, um homem escolhido por critério de confiança. Isso não pode ficar impune. As instituições se moveram. O Ministério Público Federal moveu a Polícia Federal, que está atuando para corrigir rumos, para estancar um processo de sangria, que está esvaindo em sangue a Nação brasileira. Temos a obrigação de dar a nossa colaboração para que esse estancamento da hemorragia aconteça. Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade, pelo compromisso partidário do seu PPS e pela sua presença. V. Ex^a, que é um Senador jovem nesta Casa, está imbuído da responsabilidade de que cabe a nós marcar posição.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradeço o aparte, Senador José Agripino. V. Ex^a lembra muito bem que não existe comemoração, não existe ninguém aqui sapateando em túmulo alheio, muito mais da minha parte, porque acabei de fazer um relato aqui da minha história e também por ser um nordestino. V. Ex^a, que é nordestino, sabe muito bem o grau de pertencimento que os nordestinos têm pela sua terra e pelos seus. Todos ficamos muito contentes quando víamos ser cantado em verso e prova o sucesso desse nordestino chamado Luiz Inácio Lula da Silva. Nos congratulamos com ele. Agora, não temos comprometimento com o erro. Falei aqui nesta Casa que fui um dos que ajudei o PT a chegar ao poder, mas não tenho compromisso com o erro. Tenho compromisso com o País.

Senador Ricardo Ferraço, V. Ex^a é um dos meus espelhos, aqui, nesta Casa. Tenho buscado um pouco trilhar esse caminho. Eu cheguei há pouco, a Casa, e vejo a sua luta, o seu comprometimento em fazer um mandato independente, e tem buscado fazer com qualificação. Vejo V. Ex^a estudando a fundo cada ponto dos projetos de que trata aqui. Vejo sua preocupação com o Estado que defende aqui.

Tenho visitado o meu Estado, o Estado de Mato Grosso. Estou aqui. Entrei em substituição ao atual Governador e grande Senador Pedro Taques, que também foi um Procurador da República.

Senador Ricardo Ferraço, Mato Grosso, hoje – sem querer puxar muita sardinha para o meu prato –, é o espelho do caminho que precisa o Brasil traçar. Em determinado momento da história do Estado de Mato Grosso, ele estava afundado na lama, tal qual está o Brasil neste momento, mas surgiu um Procurador da República, um membro do Ministério Público chamado Pedro Taques. Ele se insurgiu contra tudo aquilo e começou uma cruzada que culminou com uma limpeza no Estado. Depois, se candidatou a Senador da República e a Governador. Hoje, toda a cúpula do Governo do Estado e da Assembleia do Estado de Mato Grosso está presa há mais de 100 dias – ex-Governador, Secretários e toda a parte que administrava o Legislativo.

O Governador Pedro Taques está saneando o Estado. As leis funcionaram ali no Estado, e o Mato Grosso começou a andar. Eu tenho visitado o Estado, Senador José Agripino, e tenho visto a grande dificuldade que o Governador Pedro Taques está tendo para conduzir, para fazer frente às muitas demandas da saúde daquele Estado, para fazer frente à segurança daquele Estado, que tem 700km de fronteira seca e em cujos corredores o narcotráfico grassa.

Tenho visto a dificuldade que ele tem tido para fazer frente à infraestrutura do Estado, que está toda esburacada e precisa escoar a sua grande produção, produção essa que tem ajudado a sustentar a balança comercial brasileira e que foi responsável por não ter sido até maior a queda do PIB, porque foi o setor do agro-negócio que ajudou a sustentar um pouco.

Mas eu tenho visto a dificuldade desse brasileiro de fazer frente a todas aquelas demandas. Falta dinheiro para tudo lá. E sabe por que falta? Porque ele foi para o ralo aqui em Brasília. Ele foi para projetos, Senador José Agripino. V. Ex^a falou muito bem aqui da preocupação com a corrupção, que a corrupção foi perniciosa, mas a má gestão foi devastadora, quando foram quase R\$40 bilhões para Abreu Lima, quando foi não sei quanto para Pasadena. Eu tenho dito sempre aqui: a corrupção é perniciosa, mas ela, quando se junta com a má gestão, com a incompetência, é devastadora. E a dificuldade pela qual passa Mato Grosso neste momento para fazer frente ao serviço público é justamente devido aos desmandos que aconteceram aqui.

Mas, tal qual aconteceu em Mato Grosso, em que o Ministério Público Federal agiu e conseguiu colocar novamente o Governo nos trilhos da administração, eu não tenho dúvida de que as instituições estão funcionando aqui no Brasil, e com o apoio da oposição, sim. Senador Ricardo Ferraço, Senador José Agripino, meu querido Deputado Pauderney – V. Ex^a tem sido um baluarte ali na Câmara dos Deputados, fazendo frente a tudo o que está acontecendo –, a importância de, nessa manhã, a oposição, Senador Cássio Cunha Lima, estar aqui é justamente dizer ao Brasil, contar ao Brasil o roteiro, o verdadeiro roteiro, desse filme, para que, com a habilidade que tem de falsear as situações, de falsear as coisas, o PT não venha querer impingir e jogar cortina de fumaça nos olhos dos brasileiros, dizendo que é golpe ou que está acontecendo qualquer coisa diferente do normal. Neste momento, o que está acontecendo é simplesmente o cumprimento da lei e o cumprimento do que a Constituição deste País reza. É o cumprimento daquilo que se espera de um país.

Já concedo o aparte ao Senador Cássio, que havia me pedido.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima, que me pediu um aparte.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador José Medeiros, agradeço a oportunidade do aparte. Quero apenas reforçar aquilo que eu havia dito há poucos instantes na tribuna do Senado. Há um aparente paradoxo quando se verifica a fragilidade imensa do Governo, que fica cada vez mais frágil, é inegável, com a reação positiva do mercado financeiro. A Bolsa está operando em alta de quase 6%. Ou seja, está cada vez mais claro, está cada vez mais nítido que o problema do Brasil hoje é o desgoverno que se percebe pelos quatro cantos do País. A economia em frangalhos, o desemprego crescente, a inflação fora de controle e a população sofrendo com os péssimos serviços públicos. Estamos diante de uma grave crise de abastecimento do Nordeste brasileiro, de um surto de zika, uma verdadeira epidemia na omissão e na incompetência que o Governo Federal teve em coordenar as ações para o combate ao mosquito e as declarações confusas da própria Presidente Dilma sobre o tema. As pessoas estão vivendo pior. E além de estarem vivendo pior, estão sem perspectiva, porque o grande problema do Governo da Presidente Dilma é a falta de confiança. Não há mais confiança do nosso povo, da nossa gente, na condução do País pela Presidente da República. Hoje o País acorda com mais essa etapa da Lava Jato, que leva a esse sentimento de desilusão, de tristeza, de descrença de milhões e milhões de brasileiros que sonharam e acreditaram em um projeto político que hoje se revela distorcido pela sua prática e pela sua conduta. Quero louvar, Senador Medeiros, não apenas esse seu pronunciamento, mas a atuação de V. Ex^a na Casa, no cotidiano, com uma palavra sempre firme, corajosa, alta, destemida. Tenho certeza de que a contribuição que V. Ex^a estará dando, neste momento grave do Brasil, será decisiva para o desfecho que todos nós queremos, que é abreviar esta crise. Abreviar a crise significa reduzir

o sofrimento do nosso povo, da nossa gente. Então, cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Saúdo a presença, no plenário, do Deputado Pauderney Avelino. É uma satisfação, Deputado, tê-lo aqui conosco, neste momento difícil da nossa trajetória, ao lado do Presidente dos Democratas, Senador José Agripino. Estaremos cumprindo o nosso papel, em nome do povo brasileiro, como partidos de oposição que somos, para que não façamos nenhum processo de provocação. É a expressão que eu usei e vou repeti-la: nós não vamos tripudiar deste momento. A história do Brasil não comporta isso, e o nosso povo também não merece uma postura pequena, mesquinha, da oposição. Nós não vamos tripudiar da circunstância, nem vamos sapatear em cima do Governo, mas teremos a firmeza necessária que a Nação espera de todos nós para conduzir o País para o desfecho desta crise. Temos caminhos apontados na nossa bússola, que é a Constituição do Brasil, para o desfecho desta crise, seja através do *impeachment*, seja através de novas eleições, que, em meu entendimento, a meu ver, é a melhor solução para essa crise, porque devolve à sociedade, ao nosso povo, ao eleitor, à eleitora brasileira o poder do voto, da sua escolha, tudo dentro da Constituição, tudo dentro da lei. Então, estaremos cumprindo o nosso papel, fazendo a nossa parte, procurando abreviar essa crise. E eu finalizo o aparte, agradecendo a V. Ex^a e cumprimentando-o por seu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Cássio, eu é que agradeço o aparte de V. Ex^a.

Ao me encaminhar, Sr. Presidente, para o final desta fala, eu aproveito para convidar a população brasileira para que, no dia 13, vá às ruas mostrar a sua opinião, o seu descontentamento com tudo o que tem acontecido, porque a grande verdade, Sr. Presidente, é que o Governo nos vendeu o tempo inteiro uma mercadoria que não entregou.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu resumo isso, Senador José Agripino, com o episódio que aconteceu em Mato Grosso. Nós temos praticamente só um corredor rodoviário e uma demanda muito grande por infraestrutura.

Em determinado momento, a Presidente Dilma fez um discurso, vendendo que nós iríamos ter uma rodovia duplicada. Disse que iria fazer uma concessão, que a nossa rodovia seria duplicada e que haveria uma rodovia de qualidade.

Pois bem, Sr. Presidente, hoje a população de Mato Grosso, a população que transita entre Rondonópolis, que é a segunda maior cidade do Estado, e Cuiabá, que é a capital, paga pedágio numa rodovia esburacada e que não foi duplicada. Isso resume praticamente o que foi vendido ao Brasil.

Os mato-grossenses sonhavam com uma rodovia de pista dupla – coisa que nunca houve ali –, sonhavam com aquela rodovia conservada; pois bem, as praças de pedágios parecem um *shopping center* de tão bonitas, mas a rodovia está totalmente esburacada.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Já concluo, Sr. Presidente.

É isto que foi vendido ao Brasil: foi vendido um eldorado. Nesses projetos todos – PAC 1, PAC 2 –, parece que, primeiro, chamavam um marqueteiro, arquitetavam um nome muito bonito – temos Brasil Melhor, Bolsa Família –, nomes que, em termos de *marketing*, são uma maravilha, mas a frustração vem quando esses programas todos não funcionam: quando a população precisa de médico, quando precisa de estrada e não encontra. É o caso que está acontecendo com Mato Grosso e com o Brasil neste momento.

Reforço justamente para que, dia 13, possamos ir à rua, levar a nossa manifestação de que não estamos concordando com o que está presente e pedir que esse Governo se encerre.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Reforço as palavras do Senador Aécio Neves ontem, aqui nesta tribuna: que a Presidente Dilma possa seguir o gesto de outros grandes brasileiros, como Jango e Getúlio Vargas, que, por menos, mas muito menos do que aconteceu aqui, resolveram salvar o Brasil. Resolveram: "Já que está difícil, vou deixar". E olha que Jango fez isso por uma questão muito nobre, não era por corrupção, não era por desmando.

São essas as minhas palavras, para que possamos, dia 13, ir à rua, ordeiramente, com paz, mas, acima de tudo, com muita reflexão. Esta fala fica aqui, Senador José Agripino, justamente para que todo o Brasil saiba que não existe, nessas falas da oposição, no posicionamento da oposição, qualquer manifestação de alegria ou de golpismo como tentam passar.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Na verdade, o que estamos cobrando é o cumprimento das leis e o funcionamento das instituições, que é o que está acontecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo carinho e tolerância com que V. Ex^a me cedeu o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, eminente Senador José Medeiros. Meus cumprimentos pela manifestação, até mesmo erudita, que V. Ex^a fez, trazendo fatos históricos que guardam conexão com essa conjuntura que nós estamos atravessando em nosso País, com manifestações as mais claras de que o poder, a todo e qualquer custo, não compensa em hipótese alguma. Meus cumprimentos a V. Ex^a pela manifestação.

Seguindo a ordem de oradores inscritos, passo a palavra a S. Ex^a o Senador José Agripino, Líder da Oposição nesta Casa.

A palavra é de V. Ex^a pelo tempo regimental, mas, da mesma forma com que fomos condescendentes com o Senador Cássio Cunha Lima, com o Senador José Medeiros e com todos os outros, também teremos o prazer e o privilégio de ouvir V. Ex^a, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós estamos numa sessão atípica de sexta-feira pela manhã e, como acabei de dizer no aparte que fiz ao pronunciamento equilibrado do Senador José Medeiros, estamos aqui cumprindo, mais do que nunca, o nosso dever cívico.

Presidente Ricardo Ferraço, eu fui Prefeito de Natal, duas vezes Governador, e este é o meu quarto mandado de Senador. No meu primeiro mandato de Governador – eu fui Governador com 37 anos; aos 41 anos, eu era ex-Governador –, vivenciei a experiência e o desafio de, mesmo jovem Governador, ter de tomar uma atitude em defesa daquilo em que eu acreditava. Senador José Medeiros, acho que política se faz com serenidade, com reflexão, mas com atitude.

Eu tinha me elegido em 1982, pela primeira vez como Governador, na primeira eleição direta após o início da redemocratização no País. Em 1985, eu era Governador, e disputavam a eleição pelo colégio eleitoral alguns candidatos, entre os quais Tancredo Neves, que disputava pelo MDB, que era o Partido dos meus antagonistas no Estado do Rio Grande do Norte. Eu havia sido candidato a Governador e tinha derrotado um candidato, Aluízio Alves, um homem a quem respeito – ele já se foi –, que estava saindo do exílio político e foi candidato na retomada das eleições diretas para Governador. Disputei pelo voto direto e ganhei a eleição, derrotando o ex-Ministro, ex-Deputado e ex-Governador Aluízio Alves, que era amicíssimo de Tancredo, do PMDB ou do MDB de então.

Eu digo isso para que as pessoas que estão nos vendo e nos ouvindo, neste momento, pela Rádio Senado e pela TV Senado, entendam o que é que eu entendo por política feita com serenidade e reflexão, mas com atitude. Acima de tudo, com atitude.

Eu era adversário político do MDB. Eu era do PDS, e o PDS tinha, como candidato a Governador, uma pessoa que não tinha nenhum compromisso com aquilo que eu já tinha experimentado: o início da redemocratização com eleição direta para Governador. O País exigia eleição direta para Presidente da República, e o candidato do meu Partido, já escolhido, não tinha compromisso nenhum de fazer eleição direta para Presidente da República. Tancredo, do MDB, do Partido do meu antagonista, a quem eu tinha acabado de derrotar nas urnas do meu Estado, tinha claríssimo compromisso de fazer eleições diretas para Presidente.

Eu era Governador do Estado do Rio Grande do Norte, um Estado pequeno, com poucos recursos financeiros, dependente do Poder Central, mas eu tinha as minhas convicções e a obrigação de tomar atitude. Naquela época, a eleição para Presidente da República se fazia por um colégio eleitoral, em que cada Governador tinha a sua área de influência com os Parlamentares federais, mas, fundamentalmente, com seis votos do colégio eleitoral, que eram os votos dos deputados estaduais, normalmente muito ligados aos governadores. E os seis votos da Assembleia do meu Estado eram intimamente ligados a mim.

E o que eu fiz? Em nome da redemocratização do País, em nome do compromisso com a eleição direta para Presidente da República, eu rompi com o meu Partido e apoiei a eleição de Tancredo Neves, com quem eu não tinha afinidade política nenhuma, mas eu tinha afinidade democrática. Ele é quem tinha o compromisso de fazer, em seguida à sua sucessão, eleição direta para Presidente da República. Eu rompi com o meu Partido, sofri reveses de toda natureza, mas tomei um compromisso e fui o primeiro Governador a romper com o meu Partido, a apoiar Tancredo, a garantir os votos do colégio eleitoral para Tancredo Neves, para que Tancredo fosse eleito Presidente, e, aí sim, as eleições diretas vieram. Tancredo morreu, assumiu o Sarney, mas as eleições diretas vieram.

Depois do meu gesto, todos os governadores do Nordeste, um após outro – todos eles –, seguiram a minha atitude. E talvez por conta daquela minha atitude, Tancredo tenha sido eleito Presidente, e o processo de eleição direta para Presidente da República tenha acontecido.

Essa é uma coisa da qual eu me orgulhe hoje, porque viver aquele momento foi extremamente estressante. O meu Estado perdeu tudo aquilo de que dependia do Poder Central: as verbas, os compromissos administrativos, tudo! Eu sacrificiei tudo, como Governador, em benefício de uma tese: a tese democrática da eleição direta para Presidente da República para o reencontro da sociedade com seu governo. Repito: depois do meu gesto, vieram todos os outros governadores, e consagraram-se a vitória de Tancredo fundamentalmente pelos votos dos governadores no colégio eleitoral.

Digo isso porque, de ontem para hoje, a crise brasileira, que é econômica, de gestão, mas, acima de tudo, política, se agonizou, Senador Ferraço, e, hoje, que se tomem providências.

Eu quero dizer a V. Ex^a que a economia já ia mal – e vai muito mal. Veja bem: queda do PIB de 3,8 pontos percentuais; a indústria brasileira voltou ao patamar de dez anos atrás; a inflação não é domada; o desemprego permanente; duas quedas seguidas nas agências de risco na avaliação de risco do Brasil, o que afugenta investidor e produz, como consequência, o desemprego, o fantasma do desemprego. A economia está em frangalhos, motivada fundamentalmente pela descrença dos agentes econômicos do Governo, que perdeu a credibilidade e que não vai retomar a condução da economia, porque não tem nem planos, nem tem ação.

Esse é um lado da história. O Governo está impotente para enfrentar a questão econômica, e, agora, na minha opinião, completamente impotente pelas delações de ontem e pelo fato que aconteceu de o Ministério Público e a Polícia Federal entrarem com um mandado de condução coercitiva para um símbolo do Partido, que governa o País há 12 anos, o ex-Presidente Lula. Digo isso com constrangimento. Não me move aqui nenhum sentimento de satisfação pela aflição, pelo constrangimento pessoal pelo qual passa o ex-Presidente Lula e sua família.

Mas existem momentos em que, acima dos interesses e dos sentimentos pessoais, tem que presidir o sentimento do interesse nacional, como eu fiz em 1985 como Governador. Neste momento, o que nos move é o sentimento de responsabilidade para apoiar as instituições que estão se movendo para defender o interesse do Brasil.

Nós estamos aqui: PPS, PSDB, Democratas. Os partidos de oposição se reuniram ontem. A delação premiada, suposta ou supostamente atribuída – creio que com certeza atribuída – ao Senador Delcídio do Amaral, traz fatos gravíssimos: mobilização de dinheiro para calar Marcos Valério numa comissão parlamentar de inquérito; o desmentido formal de que a Presidente da República não tinha nada que ver e desconhecia a compra da Refinaria de Pasadena. Mais do que o comprometimento com o dolo é o comprometimento da palavra da Presidente, que, por escrito, se manifestou como surpresa ou surpreendida com uma enganação que fizeram a ela com a compra da Refinaria de Pasadena, que trouxe um monumental prejuízo aos cofres do Brasil. Mais do que ou tão grave quanto a perda é a perda da credibilidade da palavra da Presidente.

Todos estes fatos levam a que, se a crise já era aguda pela impossibilidade de o Governo conter uma aflição nacional que é a disseminação do zika vírus – uma coisa que aflige brasileiros do Amapá até o Rio Grande do Sul, do Acre até Natal –, agora vêm esses fatos que retiram do Governo qualquer condição de exercer o poder. E o que fazer? Dois caminhos: o Tribunal Superior Eleitoral ou o *impeachment*. Agora, *impeachment* você só consegue com soma de forças políticas. E aí é o que eu quero dizer, o apelo que eu quero fazer para que aquilo que eu fiz como Governador os governadores do Brasil, de todos os partidos, façam, a sua reflexão. Porque, antes que sejam tragados pela crise, eles se manifestem, eles acendam a luz no fundo do túnel. Eles, que são expressões importantíssimas dentro do contexto brasileiro, da política brasileira, precisam se manifestar.

Em 1985, numa crise menor do que a de hoje, eu tive a oportunidade de tomar uma atitude e de me reunir com companheiros e colegas de partido e até mover muitos deles no mesmo rumo que eu tomei.

Está na hora de os governadores de todos os partidos se manifestarem com relação à crise, que é política, que é econômica e que vai tragar Estados e Municípios se não for contida. Nós estamos fazendo a nossa parte. Aquilo que é preciso ser feito e que nós batalhamos e pugnamos já há algum tempo vai continuar a ser objetivo nosso. Não que nós queiramos a tomada do poder. Quem vai dizer com quem o poder vai ficar são as regras, é a Constituição, são as instituições e, em última análise, é o voto popular dos brasileiros. Agora, que a salvação nacional se impõe e que a salvação nacional passa pela substituição do esquema de poder, que já se mostrou incapaz e impotente para dobrar a crise, não há nenhuma dúvida. Cabe aos agentes políticos fazerem a sua parte.

A sociedade vai mais uma vez para a rua, no dia 13 de março, e nós iremos mais uma vez. Como eu estive em Natal, como estive em Brasília, mais uma vez iremos às ruas para nos somarmos à manifestação individual de cada brasileiro. Mas isso é uma escadinha: os partidos políticos estão fazendo a sua parte, os líderes estão

fazendo a sua parte, eu, como presidente do meu partido, estou fazendo a minha parte, mas é preciso que governadores, que são pessoas importantíssimas na estrutura política do Brasil, façam também a sua parte. Que se manifestem, que se somem e que digam que é preciso mudar. Eu sei que muitos dependem de favores ou de posições do Governo central, como eu dependia. Mas está na hora de tomar uma atitude. E a atitude dos governadores é de fundamental importância, é muito importante.

Acho que chegou a hora de todos nós nos somarmos pelo *impeachment* através de um diploma votado pelo Congresso Nacional. E hoje, mais do que ontem, existem razões de sobra para que esse *impeachment* aconteça, porque claramente dispositivos constitucionais, dispositivos legais foram feridos. Ou o Tribunal Superior Eleitoral acelere o passo, dentro daquilo que é competência dele, para que os fatos denunciados sejam julgados, sejam apreciados, sejam considerados, e se faça o julgamento da legitimidade ou não de uma eleição que está claramente contaminada pelos fatos que vêm sendo denunciados pouco a pouco, dia a dia. Que ou o Tribunal Superior Eleitoral se manifeste, ou o Congresso Nacional se manifeste, ou os dois, ao seu tempo, se manifestem, mas com a participação dos que querem salvar o Brasil. Trata-se não de substituir um governo, mas de salvar o País.

O País está indo pelo ralo. Nós estamos à mercê de um Governo que já não governa, que não tem planos; que agora, com as denúncias de ontem para hoje, com os fatos de ontem para hoje, está vestido com a roupa da desmoralização, não tem mais condições de conduzir nada neste País. Isso chega ao cidadão do interior do seu Mato Grosso, do interior do meu Rio Grande do Norte, que sofre com as consequências da inação de um Governo que já terminou. E é por essa razão que nós estamos aqui, nesta manhã de sexta-feira: para, de plantão, adotarmos a nossa posição, fazermos as nossas reflexões com serenidade e pedir que as pessoas que têm responsabilidade se manifestem.

O povo vai para a rua no dia 13 de março e nós estaremos ao lado das pessoas, dos cidadãos do Brasil inteiro. Mas é preciso que os partidos políticos, como os nossos, se manifestem; que os Governadores se manifestem; que os prefeitos se manifestem, para que a salvação nacional seja uma causa do Brasil – não uma causa de um partido político ou de outro, mas uma causa, como em 1985, do interesse nacional.

Em 1985, eu votei contra o meu partido. Eu votei contra os meus interesses políticos em favor de uma coisa que eu entendia como a mais importante: a redemocratização por inteiro. Fui levado ao sacrifício e paguei um preço muito alto, mas acho que fiz bem. Não me arrependo e faria tudo de novo. A história se repete. Está-se vivendo um momento crucial. O Brasil está, mais uma vez, numa encruzilhada, pior do que estava em 1985.

Em 1985 a economia estava normal, politicamente é que o País precisava se reencontrar. Agora a economia está péssima, a gestão está péssima e politicamente o Brasil precisa se reencontrar. Pela cassação de uma chapa ou pelo *impeachment* da Presidente, é preciso que se encontre uma saída – saída não para partido A ou partido B, mas para salvar o Brasil.

Eu escrevi há poucos dias um artigo que foi publicado na Folha de São Paulo: "Salvemos o Brasil". A crise brasileira, Senador Ricardo Ferraço, diferente de outras, que podem ter tido algum tipo de condicionante ou componente externo, é doméstica. Ela tem endereço: ela mora no Palácio da Alvorada. Ela tem nome: é a Presidente Dilma e aqueles que a assessoram e que governam com ela, e que já mostraram que fracassaram; que fracassaram e que estão envoltas no mistério da suspeição do ponto de vista da honestidade e da credibilidade. E, antes que seja tarde, é preciso que nós nos unamos para salvar o Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Ricardo Ferraço deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns pelas palavras, Senador José Agripino.

Esta é uma manhã atípica, e estamos aqui justamente trazendo à Nação brasileira e esclarecendo que o Presidente Lula não é um preso político, mas um político preso. Sinto que, neste momento, está havendo uma manifestação no sentido de querer demonizar a oposição ou de dizer o velho chavão que o Lula sempre usou: "Eles". Como se fôssemos nós contra eles. Na verdade, esse discurso de ódio nunca foi plantado pela oposição, e sim uma construção que o PT sempre colocou no sentido de dividir a política brasileira entre o bem e o mal, e esta dicotomia não ajuda em nada.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador José Medeiros, Sras Senadoras, Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, pelos meios de comunicação, pelas redes sociais, a minha programação não era estar em Brasília hoje, mas estar, neste momento, em São Gabriel da Palha, no norte do meu Estado,

no Estado do Espírito Santo, para acompanhar, como faço anualmente, a assembleia anual da Cooabriel, que é a maior cooperativa de café conilon, de café robusto. É uma importante atividade econômica e social para o nosso Estado, a maior cooperativa, de excepcional reputação, que cumpre um papel fundamental na mobilização e na organização, sobretudo, de pequenos produtores de base familiar no Estado do Espírito Santo. Mas, diante dos fatos que se sucedem ao longo dos últimos dias e até das próximas horas, assim como V. Ex^a, o Senador Cássio, o Senador Agripino e tantos outros Senadores, mantivemo-nos aqui, em Brasília, diante da relevância disso tudo que está vivendo o nosso País.

Mas, Sr. Presidente, este desfecho, sinceramente, não poderia ser outro. Estamos, na prática, diante de uma crônica, de uma tragédia anunciada, como escreveu nos anos 80 o escritor Gabriel García Márquez. E sejamos enfáticos nisso: esta é uma crônica de uma tragédia já anunciada há tempo. Há tempo que estamos percebendo a falta de princípios e de valores na condução da coisa pública em nosso País.

O poder a todo e qualquer custo, a compulsão desmedida pelos fins não importando os meios, a política sem princípios, a riqueza sem trabalho, a sabedoria sem caráter – que é igual a malandragem –, os negócios sem moral, é disso que se trata, Sr. Presidente, a conjuntura que estamos vivendo em nosso País.

Nós não chegamos até aqui por gravidade, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham. Ao longo dos últimos anos, foi construída, de forma muito sofisticada, essa organização criminosa de modo a sequestrar, de modo a capturar o interesse da população brasileira. Portanto, o desfecho, sinceramente, não poderia ser outro, Sr. Presidente.

Na vida, Sr. Presidente, não há sorte, não há azar, céu ou inferno. O que há são escolhas, são caminhos por que optamos e naturalmente as consequências pelas escolhas que nós fazemos ao longo das nossas jornadas.

Eu quero tomar emprestado, Sr. Presidente, do Ministro Celso de Mello, decano do Supremo Tribunal Federal, para quem o que a Operação Lava Jato descobriu foi um “período de captura das organizações estatais” brasileiras: “O que parece resultar dos elementos de informação coligidos ao longo de diversos processos criminais é que a corrupção impregnou-se profundamente no tecido e na intimidade de algumas agremiações partidárias e de algumas instituições estatais.”

Falando em delinquência governamental, o Ministro Celso de Mello, decano da mais alta Corte do nosso País, o Supremo Tribunal Federal, ressaltou que a corrupção envolvendo agentes do Estado compromete valores da democracia neste contexto. Ou seja, a democracia não está ameaçada, como alguns querem enfatizar, por conta do funcionamento das instituições. Muito pelo contrário, é o seu funcionamento pleno que garante a solidez desses valores.

Vai adiante o Ministro Celso de Mello:

Tais práticas delituosas [...] enfraquecem as instituições, corrompem os valores da democracia, da ética e da Justiça e comprometem a própria sustentabilidade do Estado Democrático de Direito, notadamente nos casos em que os desígnios dos agentes envolvidos guardam homogeneidade, eis que dirigidos em contexto de criminalidade organizada e de delinquência governamental a um fim comum, consistente na obtenção, à margem das leis da República, de inadmissíveis vantagens e de benefícios de ordem pessoal, de caráter empresarial ou de natureza político-partidária.

Decano, como disse, do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Celso de Mello disse desconhecer se houve acordo em tese. Afirmou que o País tem instituições para suportar consequências de delações envolvendo altas autoridades. Se houve essa delação, as instituições da República são sólidas o suficiente para suportar qualquer tipo de repercussão e consequência, uma vez que sabemos que na Presidência ou que na República são todos iguais perante a lei e perante a Constituição. E absolutamente ninguém – ninguém! –, nem mesmo os mais altos escalões da República estão imunes à investigação penal e ao processo criminal se eventualmente tiverem cometido algum crime ou alguma infração penal.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, muito mais que uma delação premiada, o que fez o Senador Delcídio do Amaral – Líder do Governo nesta Casa, interlocutor dos interesses do Governo da Presidente Dilma até outro dia – foram denúncias. E foram denúncias gravíssimas, que lidam diretamente com o envolvimento da Presidente da República em fatos absolutamente perversos. Senão vejamos, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a afirmação não é minha, a afirmação é do ex-Líder do Governo que está sendo alvo, nas últimas horas, de uma tentativa de desqualificação.

E me chamou a atenção muito, Sr. Presidente, nas últimas horas, uma afirmação do ex-Ministro da Justiça, Dr. José Eduardo Cardozo, atual Advogado-Geral da União, de que, por diversas vezes, recebia o Senador Delcídio do Amaral, e, em muitas delas, viu o próprio Senador atuando no sentido de ações não republicanas. Eu posso afirmar aqui que o Ministro, então, teria prevaricado, porque, ao tomar conhecimento dessas movi-

mentações e articulações do Senador Delcídio, deveria ter denunciado o fato. E não o fez, na condição, inclusive, de Ministro da Justiça.

Mas vamos, Sr. Presidente, aos fatos relacionados à denúncia do Senador Delcídio. Afirma o Senador Delcídio que o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha pleno conhecimento do propinoduto instalado na Petrobras e agiu direta e pessoalmente para barrar as investigações, inclusive sendo mandante do pagamento de dinheiro para tentar comprar o silêncio de testemunhas. O relato do Senador Delcídio é devastador e complica de vez a Presidente Dilma e Lula, pois trata-se de uma narrativa de quem não só testemunhou, mas esteve presente nas reuniões em que decisões nada republicanas foram tomadas, com participação ativa em ilegalidades ali combinadas, a mando da Presidente da República.

Vai além a denúncia do Senador do PT, Delcídio do Amaral. A terceira investida da Presidente da República contou com o envolvimento pessoal do Senador petista. No primeiro anexo, enfim, dessa gravíssima denúncia, o Senador Delcídio disse que, diante do fracasso das duas manobras anteriores, uma das quais é a famosa reunião em Portugal com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Ricardo Lewandowski, a solução passava pela nomeação do Desembargador Marcelo Navarro para o Superior Tribunal de Justiça. Tal nomeação, segundo o Senador do Partido dos Trabalhadores Delcídio do Amaral, seria relevante para o Governo, pois o nomeado cuidaria de *habeas corpus* e de recursos da Lava Jato no Superior Tribunal de Justiça.

Os dois conversavam, afirma o Senador Delcídio – ele, o Senador e a Presidente da República –, segundo o Senador Delcídio, enquanto caminhavam pelos jardins do Palácio da Alvorada, quando a Presidente Dilma solicitou que Delcídio, na condição de Líder do Governo, conversasse com o Desembargador Marcelo Navarro, a fim de que ele confirmasse o compromisso de soltura de diversos envolvidos na Operação Lava Jato.

Ainda segundo o mesmo Senador Delcídio, conforme acertado com a Presidente, Delcídio se encontrou com Navarro no próprio Palácio do Planalto, no andar térreo, em uma pequena sala de espera, o que, segundo o Senador, pode, inclusive, ser atestado pelas câmeras de segurança do próprio Palácio do Planalto. Veja, Sr. Presidente, a riqueza de detalhes dessa que, para além de uma delação premiada, é uma denúncia, e uma denúncia de alguém que ainda está no exercício do mandato de Senador da República, que tem, portanto, assegurada fé pública.

O acerto foi cumprido à risca, afirma o Senador Delcídio. Em recente julgamento de *habeas corpus* impetrado no Superior Tribunal de Justiça, o hoje Ministro Navarro, na condição de Relator, votou pela soltura de executivos do setor privado envolvidos na Operação Lava Jato.

O fato objetivo, Sr. Presidente, é que a Lei nº 1.079, que define os crimes de responsabilidade, diz, no art. 9º, itens 6 e 7, que atenta contra a probidade administrativa e é passível de perda de mandato usar de suborno ou qualquer outra forma de corrupção para levar um funcionário público a proceder ilegalmente ou agir de forma incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo, Sr. Presidente. É disso que se trata, Sr. Presidente. A delação premiada do Senador Delcídio ainda não foi homologada, mas essa é uma questão que o Ministro Teori estará examinando adequadamente, como tem feito, com enorme responsabilidade e competência, ao longo desse processo.

Para além de uma colaboração premiada, Senador José Agripino, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Telmário, nós estamos, na prática, diante de uma denúncia, uma denúncia feita por um Senador da República do Partido da Presidente da República, que sabe das coisas, porque gozava da intimidade das estratégias que eram urdidas, ora no interior do Palácio do Planalto, ora nos jardins do Palácio da Alvorada, ao arreio de todos.

E, diante dessas denúncias, não há outro caminho que não o Supremo Tribunal Federal abrir inquérito para investigar a Presidente da República. Nenhum de nós está acima da lei – não! –, tampouco a Presidente da República. Não apenas o Supremo Tribunal Federal, mas também a Procuradoria-Geral da República, à luz dos gravíssimos fatos que são denunciados, precisa, sim, abrir um inquérito de modo a investigar cada um desses fatos que foi denunciado pelo Senador Delcídio do Amaral, Sr. Presidente.

Além do que, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, para além de uma delação premiada e para além de uma denúncia, nós estamos diante de uma confissão. O Senador Delcídio do Amaral está confessando que participou da construção de uma estratégia absolutamente inadequada ao exercício da vida pública. Portanto, não restará a esta Casa outro caminho que não levar às últimas consequências tudo isso que foi denunciado em forma de confissão por parte de um Senador da República que ainda está no exercício do seu mandato. E nós estamos aqui diante do Senador Telmário, que é, inclusive, o Relator da admissibilidade desse processo no Conselho de Ética desta Casa.

Portanto, ao mesmo tempo em que nós estamos aqui clamando para que a Procuradoria-Geral da República e o próprio Supremo Tribunal possam, diante desses fatos, abrir inquérito para investigar a Presidente da República, também esta Casa terá que cortar sua carne, Sr. Presidente. Não há como o Senado da República fazer como faz o aveSTRUZ: colocar a sua cabeça por debaixo da terra, como se não estivesse assistindo a esses

fatos dramáticos da história da República brasileira; os fatos mais dramáticos, porque eles misturam componentes éticos e morais com crise política, com crise econômica, com enorme reflexo social, traduzindo-se na absoluta falta de horizonte e de perspectiva para o nosso País.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Permite-me um aparte?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Ouço com prazer enorme o Líder da Oposição nesta Casa, o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Ferraço, V. Ex^a coloca com muita propriedade e com muito equilíbrio a questão da abertura do processo de investigação da própria Presidente, porque veja V. Ex^a: foi feita uma delação. Eu tenho a informação, claro que sujeita à confirmação, de que essa delação é real. As pessoas que publicaram matéria dizem a colegas que viram os papéis assinados por quem fez a delação. Discute-se, agora, a homologação no Supremo Tribunal Federal. Na medida em que essa matéria seja homologada no Supremo Tribunal Federal, adquire, evidentemente, cunho de verdade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Força de prova.

Força de prova. Quem fez a delação tem obrigação de apresentar as provas, até em benefício daquilo que ele pleiteia, que é uma diminuição nas penas previstas para as acusações que lhe são impostas. Na medida em que esse fato se complete, e ele está para se completar, não vejo como o que V. Ex^a coloca não ter que acontecer, porque uma delação com a riqueza detalhes que foi feita, em sendo homologada, com as provas que precisarão ser juntadas, impõe a abertura de inquérito de investigação sobre a própria Presidente. É a tal história: ninguém pode se colocar acima da lei. A condução coercitiva, hoje, do ex-Presidente Lula mostra que as instituições brasileiras estão vivas. O Ministério Público e a Polícia Federal, com destemor, enfrentando até certas reações eventuais de partidários do PT, tomaram atitudes para cumprir a lei, para mostrar ao Brasil e ao mundo, não é só ao Brasil, mas ao mundo inteiro, o que é muito importante, que, no Brasil, existem instituições que estão vivas e que ninguém aqui está acima da lei, que é o que V. Ex^a coloca com muita propriedade. Quero cumprimentar o discurso de V. Ex^a, endossando em gênero, número e grau a reflexão que V. Ex^a faz e a proposição que sugere. Na medida em que a cadeia se feche de exigências, não como não abrir inquérito de investigação sobre a própria Presidente da República, que é claramente mencionada na delação premiada do seu ex-Líder nesta Casa, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Senador José Agripino. Acolho e peço autorização a V. Ex^a para incorporar em minha manifestação as suas contribuições.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Claro!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Admito, aqui, com muita sinceridade, com muita franqueza, quisera eu estar errado, mas, na prática, são coisas distintas que se complementam, não se excluem. Uma coisa é a delação premiada, mas, embutida na delação premiada, ainda não homologada, independentemente de ela ser homologada, o fato objetivo, material é que existem denúncias gravíssimas que envolvem ninguém mais, ninguém menos do que a pessoa da Presidente da República. Se o Senador Delcídio mentiu ou não, vai caber a ele, mas o inquérito precisa ser aberto e a Presidente precisa ser investigada pelos fatos que estão denunciados pelo Senador Delcídio do Amaral. Essa é a verdade. É disso que se trata.

Ouço com prazer o Líder do PSDB, o meu Líder, Senador Cássio Cunha Lima.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Ricardo Ferraço, na sequência do que disse, há poucos instantes, o Senador José Agripino, eu quero cumprimentar V. Ex^a pela análise lúcida de toda essa grave circunstância por que o Brasil passa. Nós não vamos, obviamente, aceitar nenhum tipo de provocação – não faremos provocações; mas também não vamos aceitá-las. Há um sentimento de profunda indignação da sociedade brasileira, e aqueles que já erraram muito até aqui – e nós chegamos a esta quadra difícil por uma sucessão de erros – é preciso que tenham humildade para compreender que a crise chegou, num instante, a tamanha proporção que a nossa economia está se deteriorando, que a população brasileira vem sofrendo as consequências do desemprego, do aumento da inflação, da incerteza de um futuro breve, e que, mais do que nunca, precisamos ter o funcionamento das instituições, que têm como base, como lastro, como arrimo, como sustentação a Constituição Federal e a legislação vigente. E, no nosso escopo constitucional, não há uma só letra, uma só linha que diga que esta ou aquela autoridade está imune a investigação. Tudo o que foi revelado é muito grave, e aqui não se fala mais se a delação, que já foi aceita pelo Ministério Pùblico Federal, realizada pelo Senador Delcídio será sequer homologada pelo Supremo Tribunal Federal – no caso, pelo Ministro Teori, que é o Relator da Lava Jato. Abstraindo o aspecto da delação, como V. Ex^a bem situou, nós temos uma denúncia. E a denúncia está posta. E aquilo que é denunciado, com a gravidade que está contida na denúncia, só tem um caminho previsto na lei, na Constituição: a investigação. A investigação realizada com o devido processo legal, com o contraditório, com o amplo direito de defesa, sem prejulgamento. Este é um momento em que o País exige de todos nós firmeza, coragem. Eu disse, no meu pronunciamento hoje cedo, que nós não vamos

tripudiar da situação, porque ninguém se sente realizado pessoalmente com essa circunstância. Nós não vamos sapatear em cima do Governo, mas nem por isso deixaremos de cumprir o nosso papel, que é junto com a sociedade, com o povo, como bem lembrou, de forma muito oportuna – vejam como a experiência vale tanto num momento como este –, o Senador José Agripino, com a participação dos governadores, dos prefeitos; os governadores estão sendo, sim, como fez muito apropriadamente o Senador José Agripino, convocados para se manifestar, para que partidos políticos, governadores, prefeitos, enfim, a nossa sociedade possa apontar um caminho que traga o abreviamento desta crise, que é gravíssima, que não tem, talvez, precedentes na nossa história. Portanto, felicito V. Ex^a por esse componente a mais que trouxe na manhã de hoje, sempre com uma fala muito serena, firme, lúcida, consistente e robusta. Parabéns por essa contribuição a mais que V. Ex^a dá neste momento difícil que vive o nosso País. Felicito-o pelo seu pronunciamento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Agradeço a manifestação e a contribuição, caro Líder, Senador Cássio Cunha Lima.

O fato objetivo é exatamente este: não estamos aqui a prejulgar. O que estamos enfatizando é que há uma denúncia, e essa denúncia precisa ser apurada. E todos nós precisamos estar sob o mesmo manto, ou seja, que somos iguais perante a lei, independentemente do cargo que eventualmente estejamos ocupando. O fato é que há uma denúncia, e essa denúncia precisa ser alvo de um inquérito, de uma investigação para que a verdade possa prosperar.

E tomei emprestada a manifestação eloquente e lúcida do decano do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello, mas trago também a manifestação, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, do vice-decano do Supremo Tribunal Federal, ou seja, dos mais antigos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a manifestação do Ministro Marco Aurélio Mello, afirmando que a delação, Senador José Agripino, do Senador Delcídio preocupa quanto à paz social. Mas destacou que todos os que violam a lei devem pagar por isso! Não podemos, de início, incendiar o Brasil. É hora de atuar com serenidade e temperatura. Vamos esperar para que as instituições funcionem e que quem cometeu desvio de conduta pague por isso.

E qual é a forma de chegar a alguma conclusão ou à conclusão adequada e necessária se se cometeu delito ou não? É pelo processo de investigação e, neste caso específico, pelas denúncias que foram feitas, reafirmo, por um Senador da República do Partido dos Trabalhadores que, nesta Casa, era Líder do Governo da Presidente Dilma. Por essas denúncias gravíssimas é que não há outro caminho para o Supremo Tribunal Federal que não abrir inquérito para investigar a Presidente da República.

É a minha manifestação, Sr. Presidente, ao fim e ao cabo, deixando aqui claro à população brasileira que nós estamos no limite dos nossos esforços, fazendo aquilo que nós deveríamos fazer, Sr. Presidente. Nós estamos aqui na nossa trincheira, fazendo, como ensinou o apóstolo Paulo, o bom combate, sem deixar de guardar a nossa fé; mas nós precisamos da mobilização popular! Por isso, o dia 13 é um dia importante para a sociedade brasileira, para que a sociedade brasileira, com fé, com tranquilidade, possa manifestar toda a sua indignação para com todos esses fatos que sangram o coração da população brasileira e de todos nós!

O dia 13 é um dia de mobilização cidadã, popular, quando as pessoas vão manifestar, com suas famílias, toda a sua preocupação e toda a confiança na nossa democracia. Por isso mesmo, no dia 13, se você não for, ela fica. E, se ela ficar, as consequências serão as mais perversas para a sociedade brasileira, para os mais pobres, para os desprovidos, em razão da absoluta desorientação que vive o nosso País, em todos os sentidos. É como se fôssemos uma embarcação sem rumo!

Como se não bastasse não termos crescido em 2014, em 2015, o IBGE anunciou ontem, houve retração econômica, redução do PIB de 3,8%. Isso não é apenas um indicativo ou um indicador econômico, Senador Cássio Cunha Lima: o retrato mais perverso disso é que, em 2015, aproximadamente 2,8 milhões de brasileiros viram os seus meios de vida serem destruídos! Quando você tira a oportunidade de emprego de uma pessoa, de um pai de família, de uma mãe de família, de um jovem que estudou, que se dedicou para chegar ao mercado de trabalho, contribuir com a sua família e buscar a dignidade pessoal... Nós estamos assistindo à mais absoluta ausência de rumo, de perspectiva e de horizonte de modo a reverter essa quadra dramática por que passa a sociedade brasileira.

Portanto, no dia 13, nós precisamos estar juntos e mobilizados na rua, para que nós possamos dizer um basta e dizer um não a todas essas circunstâncias que estão...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... trazendo não apenas angústia, sofrimento, mas indignação à população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela condescendência, pela tranquilidade com que me permitiu aqui discorrer sobre este momento gravíssimo por que passa a sociedade brasileira.

Muito obrigado a V. Ex^a e às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senador Ricardo Ferraço, pelas suas palavras, que refletem e deixam bem claro à população brasileira o que está acontecendo.

Concedo agora a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Medeiros; Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, eu estava atentamente ouvindo a manifestação da oposição, inclusive hoje houve mais um palanque de debates que estamos acostumados a ouvir – estou há um ano e pouco aqui –, sempre a mesma ladinha, a mesma conversa, o mesmo blá-blá-blá, as mesmas informações.

Foi muito falado aqui sobre a matéria que a revista *IstoÉ* trouxe de uma possível delação do Senador Delcídio do Amaral, da qual vou me abster de comentar em face de ser o Relator de um processo que está na Comissão de Ética contra o referido Senador. Mas, só destacando um pouco, essa mesma matéria não traz especificamente o ex-Presidente Lula nem a Presidente Dilma: elenca uma série de autoridades, do Judiciário ao Senado brasileiro. Não ouvi aqui a oposição pedir a punição e a investigação contra o Judiciário nem contra Senadores que estão possivelmente envolvidos.

De pronto, já vemos que é uma fala de oposição, uma fala de disputa de poder; de cara, já vemos que esse não é um debate preocupado com a Nação brasileira, mas com a preocupação de ocupar o espaço no poder; logo, essas alegações já caem, porque têm dois pesos e duas medidas.

Vi também um Senador aqui e, ao olhá-lo nesta tribuna, convocando a população para as praças públicas, lembrei-me do famoso Carlos Lacerda, contra o maior Presidente deste País.

Carlos Lacerda não era mais do que um incendiário, um homem que se aproveitava da fragilidade da República para derrubar aquele que implantou um país democrático, um país de direito, um país do desenvolvimento, que foi Getúlio Vargas. Lembrem vocês: foi Carlos Lacerda que levou o povo à rua; foi Carlos Lacerda que tocou fogo no estopim; foi Carlos Lacerda que estourou a bomba que levou Getúlio Vargas a dar um tiro no peito para salvar o povo brasileiro. Hoje, vários carlinhos lacerdas se pronunciam, tentando levar o povo à rua para colocar o Lula na cadeia, porque ele, na semana passada, disse que era candidato a Presidente da República.

Agora essa direita vai fazer o quê? Vai prender o Lula? Vai soltar o Lula? O que vão fazer com o Lula? O Lula, que tanto eles criticam, colocou o filho do pobre ao lado do filho do rico na faculdade! O Lula, que tanto eles criticam, levou luz para todos que viviam na escuridão! O Lula, que eles criticam, fez o Minha Casa, Minha Vida para quem tem o sonho de ter a sua casa! O Lula, que saiu da Presidência da República com a maior popularidade dos presidentes deste País, hoje está lá num verdadeiro teatro. Ele poderia ter sido convocado a depor naturalmente. É um cidadão comum. Poderiam tê-lo levado para depor. Mas não! Duzentos policiais federais para levar o Lula! O Lula é deste tamanho, setenta e poucos anos, fragilizado pela vida e pelos ataques das aves de rapina.

Vejo hoje as pessoas se revezarem neste plenário, cobrando aquilo que eles sempre cobraram: uma nova eleição. Essa oposição, que perdeu e não se conformou, não conseguiu descer do palanque. Eu nunca vi a oposição vir a esta tribuna e fazer uma proposta para o Brasil! O que eu tenho visto é a oposição querer entregar a Petrobras e acabar com o nosso pré-sal.

Eu vi aqui Senador falando em emprego. Quem está tirando emprego é quem está entregando o pré-sal, quem está tirando emprego do povo brasileiro é quem está entregando a tecnologia do povo brasileiro, quem está tirando emprego do povo brasileiro é quem pega a Petrobras, a maior empresa que sempre alavancou a nossa economia, que sempre fortaleceu a nossa indústria e a entrega para o estrangeiro de mãos beijadas, de graça, no momento mais triste da desvalorização do petróleo. Que autoridade têm essas pessoas para convidar alguém aqui para ir para a rua? Qual autoridade? Por que esses incendiários, esses Carlos Lacerda da vida? Isso é um atentado contra a democracia, contra o Brasil.

A oposição, quando é séria, quando tem responsabilidade, traz proposições. Querem entregar nossas estatais, querem acabar com a nossa Petrobras. Basta olhar os projetos da oposição. São sempre no sentido de enfraquecer o patrimônio brasileiro. Então, eu venho a essa tribuna pedir ao povo brasileiro que faça uma reflexão. A maioria da mídia é dominada pelo poder econômico. A oposição, nessa hora, parece urubu em carniça: fica sobrevoando, esperando a sua oportunidade para dar a bicada. Agora, quem está pensando verdadeiramente no Brasil? Quando é que essas aves de rapina estão pensando no Brasil?

Qual é a proposta para o setor econômico? Qual é a proposta para o desenvolvimento e o crescimento da economia? Só pensam em demitir, demitir os comissionados, entregar a Petrobras, fazer uma reforma nas estatais, diminuir os investimentos do País, controlar os gastos. Essas são as propostas da oposição. Uma oposição cega e obstinada a querer o poder a todo custo. Nos discursos é fácil a gente ver o sangue nos lábios porque eles jogam no quanto pior, melhor.

Não, oposição! O Brasil é maior do que vocês. O povo brasileiro é consciente. Não são palavras fáceis, investidas de pequenas e falsas emoções, que vão pedir ao povo, nas ruas, para derrubar quem legitimamente foi eleito. Esse processo, se alguém tem culpa – e não está acima da lei, é verdade –, tem de ser apurado. Mas eu vejo a justiça dormir com processos da oposição anos e anos, meses e meses. Mas a Dilma tem de estar demitida e o Lula tem de estar preso amanhã para a oposição disputar; essa oposição que nem cresce com os seus discursos. O povo é tão sábio, tão sábio, que o Líder da oposição... Nem eles se entendem, não sabem nem quem é o candidato a Presidente e não crescem, cada dia descem mais. O povo está querendo um estadista, uma pessoa que tenha proposta de levar a Nação à reconstrução que eles tanto dizem que está destruída. O povo não quer fofoca, com todo o respeito – nem vou dizer das lavadeiras, que elas não merecem –, fofocaquinha de esquina.

Eu vejo pessoas que querem pleitear a Presidência e vêm aqui ofender, vêm aqui repetir, vêm aqui, às tribunas, discutir o indiscutível, o que o povo não quer. Esta Casa tem de ser grande o quanto ela é grande, na despesa, para o Brasil. Esta Casa tem de responder com políticas públicas que possam alavancar a economia e tirar o Brasil de qualquer crise, uma crise econômica que perdura pela insistência da crise política. É uma oposição que não tem força para reverter o quadro e, por isso, fica convidando o povo para ir para a rua.

É preciso que todo mundo, neste momento, faça uma reflexão. Veja quem está apedrejando; veja que os discursos são quebrados; veja que os discursos não são lineares, não têm o sentimento de salvar a Nação brasileira. Eles têm só um propósito: ocupar o poder, o poder pelo tapetão, e não pelo voto democrático.

A democracia pode até não ser o melhor sistema para alguns, mas é nela que um Presidente é ouvido na delegacia; é nela que um Senador é preso. É na democracia que se apuram as irregularidades, as falcatruas, as corrupções. É na democracia que o Ministério Público tem força. É na democracia que a Polícia Federal age com independência. É na democracia que as instituições se fortalecem, porque, na ditadura, isso não acontece e passa todo mundo impune, como se todo mundo fosse honesto.

Portanto, quero aqui chamar a Nação brasileira para, neste momento, fazer uma grande reflexão, não se deixar levar pelos discursos fáceis, pelos oportunistas das horas, por um Carlos Lacerda, que levou ao suicídio um Getúlio Vargas, que, hoje, a história mostra que foi, sem nenhuma dúvida, um dos maiores estadistas e Presidentes deste País. Depois, vocês sabem o que aconteceu com Carlos Lacerda.

Lembrem que essa mesma direita tirou Juscelino e colocou-o no exílio, dizendo que ele era ladrão. Essa mesma direita afastou João Goulart, que nem o direito de morrer no Brasil teve. Essa mesma direita levou Getúlio a dar um tiro no coração. E essa mesma direita, hoje, inconformada com o operário que chegou à Presidência, que tentou nivelar o povo, que oportunizou, que tirou milhares e milhares de cidadãos da fome, oportunizou as pessoas com dignidade, quer levá-lo para a cadeia. E a Presidenta, que vem bravamente enfrentando uma oposição que não oferece uma luz, um caminho, a não ser só a crítica pela crítica, querem depor no tapetão, na marra, sem ter o direito do contraditório, da sua defesa. Querem rasgar as leis brasileiras! Querem tomar o poder pelo poder! Aí ficam convidando a população para ir às ruas e gritar: "Prende Lula! Fora Dilma!", para entrarem eles, que passaram por aqui e nada fizeram. O povo brasileiro não é bobo, sabe quem são as aves de rapina e sabe quem gosta da Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Não havendo mais inscritos, encerramos a sessão de hoje.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 39 minutos.)

PUBLICAÇÃO DE MATERIAS E DOCUMENTOS**EXPEDIENTE****Comunicações**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO BAUER

OF. N° 064/2016-GSPBAU

Publique-se
José Tadeu Páris Júnior
Secretário-Geral da
Mesa Adjunto

Brasília-DF, 4 de março de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal
Senador Renan Calheiros
Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Registro de Presença na Sessão Deliberativa de 3 de março de 2016.
Anexos: Matéria do Jornal do Senado e Lista de Presença da CRE.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência que seja considerada minha presença na Sessão Deliberativa ocorrida no dia 3 de março último.

A minha presença não foi registrada no Painel Eletrônico por alguma eventualidade. Contudo, conforme documentos em anexo, estive presente à Sessão, como mostra a própria notícia do Jornal do Senado, assim como consta minha assinatura na lista de presença na 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.

Desde já agradeço, certo de vossa atenção.

Atenciosamente,

Paulo Bauer
Senador

Parlam
4/3/2016
Recebido em 4/3/2016
Hora 09:26
Patrícia Nóbrega - Mat. 187042
SGM - Senado Federal

Acordo que, segundo a *IstoÉ*, teria sido firmado pelo senador com os investigadores da Operação Lava-Jato repercutiu em Plenário. Delcídio não confirmou conteúdo do texto

Suposta delação de Delcídio motiva discussões

A SUPÓSTA DELAÇÃO premiada do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), anunciada ontem pela revista *IstoÉ*, motivou o pronunciamento de vários senadores em Plenário. Segundo a reportagem, o senador — preso em novembro pela Operação Lava-Jato e solto em fevereiro — delatou o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff em diversas irregularidades relacionadas à corrupção na Petrobras.

Ricardo Ferracó (PSDB-ES) afirmou que, se as informações forem confirmadas, o país estará diante de uma situação política de gravidade sem precedentes. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ser inconcebível que Dilma lidere um país em crise profunda. Paulo Bauer (PSDB-SC) e Aécio Neves (PSDB-MG) pediram a renúncia da presidente. Já Gleisi Hoffmann (PT-RR) cobrou cautela sobre as revelações (*leia mais sobre os pronunciamentos dos senadores nos textos abaixo*).

Ana Amélia (PP-RS) também dedicou uma parte do pronunciamento à reportagem da *IstoÉ*. Ela criticou as autoridades que tentam desqualificar Delcídio do Amaral. Para a senadora, não se deve minimizar o que ele teria dito somente pelo fato de o suposto acordo de delação ainda não ter sido homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A senadora considerou especialmente grave a informação de que Dilma Rousseff teria indicado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) alguém que poderia dar decisões favoráveis a investigados.

Beto Bauer/Agência Senado



Bauer mostra na tribuna revista que noticiou supostas denúncias

Em nota, Delcídio e advogado não confirmam informações de revista

O senador Delcídio de Oliveira premiado da *IstoÉ* e o advogado responsável pela defesa dele, Antônio Augusto Figueiredo Basto, divulgaram nota de esclarecimento sobre o suposto acordo do comunicado.

Em respeito ao povo brasileiro e ao interesse público, o senador Delcídio do Amaral e a sua defesa vêm se manifestar sobre matéria publicada na revista IstoÉ na data de hoje [ontem]. À partida, nem o senador Delcídio, nem a sua defesa confirmam o conteúdo da matéria assinada pela jornalista Débora Bergamasco. Não conhecemos a origem, tampouco reconhecemos a autenticidade dos documentos que vão acostados ao texto. Esclarecemos que em momento algum, nem antes, nem depois da matéria, fomos contatados pela referida jornalista para nos manifestar sobre a fidelidade dos fatos relatados. Por fim, o senador Delcídio Amaral reitera o seu respeito e o seu comprometimento com o Senado da República.

— A sociedade brasileira olha para nós e de nós exige uma atitude responsável. Interferir no Poder Judiciário, fazendo escolhas de cartas marcadas para que a decisão seja favorável a este ou aquele indivíduo envolvidos nesta Operação Lava-Jato, é inaceitável — afirmou.

Bauer: presidente não tem condicão

"Este governo

Capiberibe elogia



Agência Senado



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 3ª Reunião, Ordinária, da CRE

Data: 03 de março de 2016 (quinta-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Jorge Viana (PT)	1. José Pimentel (PT) <i>(Assinatura)</i>
Lindbergh Farias (PT)	2. Telmário Mota (PDT) <i>(Assinatura)</i>
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT) <i>(Assinatura)</i>
Lasier Martins (PDT) <i>(Assinatura)</i>	4. Humberto Costa (PT) <i>(Assinatura)</i>
Cristovam Buarque (PPS) <i>(Assinatura)</i>	5. VAGO
Ana Amélia (PP) <i>(Assinatura)</i>	6. Benedito de Lira (PP) <i>(Assinatura)</i>
Maioria (PMDB)	
Edison Lobão (PMDB) <i>(Assinatura)</i>	1. João Alberto Souza (PMDB) <i>(Assinatura)</i>
Roberto Requião (PMDB) <i>(Assinatura)</i>	2. Raimundo Lira (PMDB) <i>(Assinatura)</i>
Sérgio Petecão (PSD) <i>(Assinatura)</i>	3. Marta Suplicy (PMDB) <i>(Assinatura)</i>
Valdir Raupp (PMDB) <i>(Assinatura)</i>	4. Romero Jucá (PMDB) <i>(Assinatura)</i>
Ricardo Ferraço (PSDB) <i>(Assinatura)</i>	5. Hélio José (PMB) <i>(Assinatura)</i>
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)	
José Agripino (DEM) <i>(Assinatura)</i>	1. Ronaldo Caiado (DEM) <i>(Assinatura)</i>
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <i>(Assinatura)</i>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <i>(Assinatura)</i>
Tasso Jereissati (PSDB) <i>(Assinatura)</i>	3. José Serra (PSDB) <i>(Assinatura)</i>
Paulo Bauer (PSDB) <i>(Assinatura)</i>	4. Antonio Anastasia (PSDB) <i>(Assinatura)</i>
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB) <i>(Assinatura)</i>	1. João Capiberibe (PSB) <i>(Assinatura)</i>
Vanessa Grazziotin (PCdoB) <i>(Assinatura)</i>	2. Lídice da Mata (PSB) <i>(Assinatura)</i>
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) <i>(Assinatura)</i>	1. Marcelo Crivella (PRB) <i>(Assinatura)</i>
Magno Malta (PR) <i>(Assinatura)</i>	2. Wellington Fagundes (PR) <i>(Assinatura)</i>

SENAZO FEDERAL
CONFERE COM O ORIGINAL
 Data: 04/03/2016
Tanaka Lacerda
 Servidor



Câmara dos Deputados
Partido dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança

A Publicação
Em 04 / 03 / 16



OF nº 74/GAB-LidPT

Brasília - DF, 03 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir - me a Vossa Excelência para solicitar a retirada da deputada ERIKA KOKAY PT/DF, membro titular, na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Atenciosamente,

Dep. Afonso Florence - PT/BA
Líder da Bancada

Mensagens da Presidente da República

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 17, de 2016

(Nº 59/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Os méritos do Senhor Nedilson Ricardo Jorge que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de março de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00055/2016 MRE

Brasília, 24 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **NEDILSON RICARDO JORGE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NEDILSON RICARDO JORGE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE NEDILSON RICARDO JORGE**

CPF.: 782.414.997-87

ID.: 9444 MRE

1964 Filho de Ney Jorge e Nancy Nascimento, nasce em 17 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1986 Bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes/RJ

1987 CPCD - IRBr

1998 CAD - IRBr

2005 CAE - IRBr; Técnicas de Negociação Diplomática: Estratégias e Táticas

Cargos:

1988 Terceiro-Secretário

1994 Segundo-Secretário

2000 Primeiro-Secretário, por merecimento

2004 Conselheiro, por merecimento

2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2015 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1988-93 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, Assistente

1993-97 Representação junto à FAO, Roma, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1997-2000 Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário

1998 VI Reunião do GT de Serviços da ALCA, Santiago, Chefe de delegação

2000-03 Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe, substituto

2003-05 Gabinete do Ministro de Estado: Assessor; Subchefe, substituto; e Subchefe

2005-10 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2010- Departamento da África, Diretor

2012- Professor do IRBr de Técnicas de Negociação

Condecorações:

2003 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil

2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

Publicações:

2010 "A Nova África", V Conferência de Política Externa e Política Internacional, FUNAG

2012 "Brasil-África: relações especiais e os desafios do Século XXI", III Curso para Diplomatas Africanos, FUNAG

2014 "O Brasil, a África e a CPLP", IV Curso para Diplomatas Africanos, FUNAG

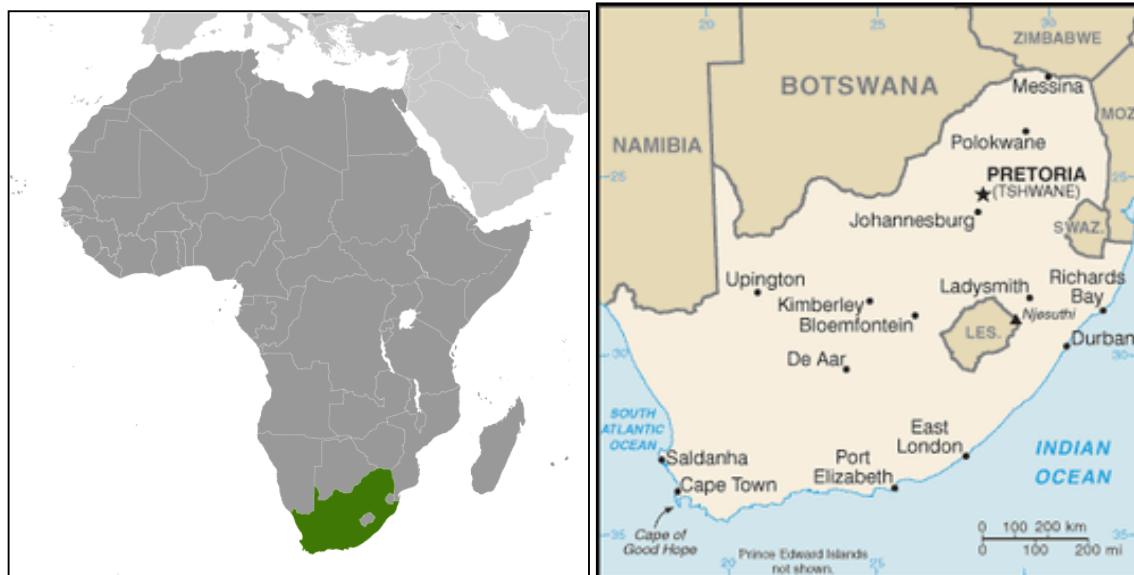
2015 "Relações Brasil-África: Panorama Geral, Cadernos de Política Exterior, IPRI

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África II

ÁFRICA DO SUL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da África do Sul
CAPITAIS	Pretória (administrativa); Cidade do Cabo (legislativa); Bloemfontein (judiciária)
ÁREA	1.219.090 km ²
POPULAÇÃO (2015)	54 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	11 línguas oficiais: africâner; inglês; ndebele, soto, soto do norte, suázi, tsonga, tsuana, venda, xhosa e zulu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (68%); religiões africanas (28,5%); islamismo (2%); hinduísmo (1,5%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Nacional e Conselho Nacional de Províncias)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Jacob Gedleyihlekisa Zuma
MINISTRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO	Maite Nkoana-Mashabane
PIB nominal (2014)	US\$ 349,8 bilhões
PIB PPP (2014)	US\$ 685,6 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2014)	US\$ 6.477
PIB PPP <i>per capita</i> (2014)	US\$ 12.700
VARIAÇÃO DO PIB	1,5% (2014); 1,9% (2013); 2,5% (2012); 3,5% (2011); 3% (2010); -1,5% (2009); 3,6% (2008); 5,5% (2007)
IDH (2013)	0,65/118º no mundo
EXPECTATIVA DE VIDA (2013)	57 anos
TAXA ALFABETIZAÇÃO (2013)	93,7%
ÍNDICE DESEMPREGO (2014)	24,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Rand
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Mphakama Nyangweni Mbete (desde 2012)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB)

BRASIL ⇒ RAS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	1.894	2.280	2.528	1.692	2.063	2.592	2.614	2.555	1.957
Exportações	1.459	1.757	1.754	1.259	1.309	1.680	1.765	1.836	1.225
Importações	434	522	773	433	753	912	848	719	731
Saldo	1.024	1.235	981	826	556	768	916	1.117	494

PERFIL BIOGRÁFICO



JACOB GEDLEYIHLEKISA ZUMA *Presidente*

Nasceu em 12 de abril de 1942, na província de KwaZulu-Natal. De família humilde do campo, Zuma não teve escolaridade formal. Filiou-se ao ANC em 1958 e se tornou membro ativo do *Umkhontowe Sizwe*, braço armado do movimento, em 1962. Preso em 1963, passou dez anos na prisão de Robben Island, na Cidade do Cabo. Exilou-se em 1975 e se tornou chefe do serviço de inteligência do ANC, responsável por identificar os informantes do regime do *apartheid* dentro do movimento.

Retornou à África do Sul em 1991, com a abertura promovida pelo então Presidente Frederik de Klerk, e no ano seguinte foi eleito Vice-Secretário-Geral do ANC. Teve participação destacada nas negociações que levaram à superação da violência entre militantes do ANC e do Partido da Liberdade Inkatha (IFP), de base étnica zulu, e que viabilizaram a participação do Partido nas primeiras eleições multirraciais, em 1994. Após as eleições, tornou-se Ministro de Economia e Turismo do Governo provincial de KwaZulu-Natal e, em 1997, Vice-Presidente do ANC.

Designado Vice-Presidente da República em junho de 1999, foi destituído da função pelo Presidente Mbeki, em 2005, devido a acusações de corrupção. Indicado Presidente do ANC em dezembro de 2007, tornou-se candidato natural à sucessão presidencial. Foi eleito em abril de 2009 e tomou posse em maio do mesmo ano. Em dezembro de 2012, foi reconduzido à liderança do ANC, vitória que abriu caminho para sua nova candidatura e reeleição nas eleições gerais sul-africanas de maio de 2014.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a África do Sul em 1948. No mesmo ano, foi aberta legação diplomática em Pretória, que só viria a ser transformada em Embaixada em 1974, em função do repúdio brasileiro ao *apartheid*. Já a África do Sul abriu Escritório de Representação no Brasil em 1952, convertendo-o em Embaixada em 1971.

O primeiro Embaixador brasileiro na África do Sul foi designado em 1992, já em contexto de transição democrática e suspensão das sanções internacionais impostas ao país.

1. Desdobramentos recentes

Desde o final do *apartheid*, Brasília e Pretória vêm aprofundando a cooperação bilateral em áreas relevantes, com destaque para parcerias em setores estratégicos, como defesa e ciência e tecnologia, bem como para a troca de experiências nas áreas de políticas públicas e desenvolvimento social. Em julho de 2010, foram assinados Declaração de Parceria Estratégica Brasil-África do Sul e seu respectivo Plano de Ação.

O diálogo bilateral é facilitado por fatores como as similaridades entre as duas sociedades, a simpatia do ANC pelo Brasil (resultado do apoio histórico do Governo brasileiro à luta contra o *apartheid*) e a defesa comum de posições dos países em desenvolvimento.

Em termos concretos, essa proximidade vem se traduzindo, ao longo dos últimos anos, em uma robusta agenda de visitas bilaterais. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajou à África do Sul, em julho de 2010, para encontro com seu homólogo e para participar das cerimônias de encerramento da Copa do Mundo. A Presidente Dilma Rousseff esteve naquele país em três ocasiões oficiais: a V Cúpula do IBAS (out/2011), a V Cúpula do BRICS (mar/2013) e as exéquias do ex-Presidente sul-africano Nelson Mandela (dez/2013).

O Presidente Zuma, por sua vez, escolheu o Brasil como destino de sua segunda viagem internacional como Presidente (out/2009). Retornou ao nosso país em três ocasiões: IV Cúpula do IBAS (abr/2010), Rio+20 (jun/2012) e VI Cúpula do BRICS (jul/2014).

Em nível ministerial, o então Chanceler Antonio Patriota foi à África do Sul em julho de 2011, quando se encontrou com a Chanceler Maite Nkoana-Mashabane. A Ministra sul-africana veio a Brasília para a posse do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, em janeiro de 2015. Cabe mencionar, ademais, a ida a Pretória do então Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, em março de 2014, para reunião com a Ministra da Defesa Nosiviwe Noluthando Mapisa-Nqakula.

2. Comistas e Reuniões de Acompanhamento

Brasil e África do Sul firmaram, em 2000, Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Bilateral. Desde então, foram realizadas cinco edições do encontro, sendo a última em julho de 2013, em Brasília. Entre seus principais resultados da última reunião, destacam-se a confirmação do interesse das partes na negociação de acordo na área de usos pacíficos da energia nuclear e a identificação de novas possibilidades para a cooperação na área de defesa, além da finalização das negociações de Memorando de Entendimento para a Co-Produção Cinematográfica.

No segundo semestre de 2015, foram organizadas, por iniciativa brasileira, Reuniões de Preparação e Seguimento de Assuntos Bilaterais, com o objetivo de promover avanços na agenda bilateral e facilitar a organização da VI Comista Brasil-África do Sul, a ocorrer provavelmente no primeiro semestre de 2016. A primeira reunião foi realizada em setembro, em Brasília, com a participação de representantes dos Ministérios da Agricultura, Turismo, Saúde, Defesa e Ciência e Tecnologia. A segunda reunião foi realizada em novembro último, em Pretória, e, além de funcionários da Chancelaria sul-africana, contou com a participação dos Ministérios locais de Ciência e Tecnologia, Comércio e Indústria, Turismo, Meio Ambiente e Telecomunicações e Serviços Postais.

3. Cooperação no setor de defesa

A cooperação no setor de defesa tem ocupado posição central na relação bilateral. O marco é o Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa, assinado em 2003, que criou o Comitê Conjunto de Defesa (CCD). Desde então, o CCD reúne-se anualmente (o mais recente encontro foi em Salvador, em junho último). Trata-se do principal canal para o encaminhamento dos projetos no setor.

Autoridades brasileiras e sul-africanas consideram a cooperação bilateral em defesa extremamente satisfatória, pois as parcerias vêm resultando no desenvolvimento de equipamentos de última geração, com potencial para serem comercializados com terceiros países.

O principal destaque é o projeto do míssil A-Darter, que teve início oficial em 2006. O míssil A-Darter é um míssil ar-ar, modelo de míssil possível de ser atirado de uma aeronave em direção a outra aeronave também em voo. O projeto é conduzido pelo Grupo Denel, por meio de sua subsidiária Denel Dynamics, e pelas empresas brasileiras Avibrás, Mectron e Opto Eletrônica. O projeto deverá permitir ao Brasil domínio de diversas tecnologias críticas, além da completa independência no ciclo de desenvolvimento e produção de mísseis ar-ar. Atualmente, o A-Darter se encontra na fase 4 de implementação, que consiste na viabilização dos processos industriais para a produção do artefato no Brasil. Os testes do equipamento estão sendo realizados nos aviões JAS-39C Gripen da Força Aérea da África do Sul.

Com base na experiência bem sucedida do A-Darter, a África do Sul tem proposto expandir para outros projetos a cooperação na área de tecnologia militar. É o caso de míssil além do alcance visual (BVR, Beyond visual range), direcionado por radar. A efetiva incorporação do Brasil, contudo, tem enfrentado obstáculos orçamentários.

A falta de recursos tem também impedido que Brasil e África do Sul aproveitem o fato de ambos terem escolhido a aeronave sueca Gripen como principal equipamento de sua aviação de caça. De acordo com o Adido da Força Aérea na Embaixada em Pretória, haveria a possibilidade de a África do Sul fornecer aeronaves para utilização no Brasil até o início da entrega dos aparelhos comprados junto à Suécia, bem como possibilidade de treinamento de pilotos brasileiros na África do Sul.

Em relação a exercícios militares conjuntos, as principais interações entre as Marinha do Brasil e da África do Sul ocorrem no âmbito de dois projetos. O primeiro deles é o Atlasur, manobras navais conjuntas bienais entre as Marinha do Brasil, África do Sul, Argentina, cuja sexta edição foi conduzida em setembro último. O segundo é o IBSAMAR, que reúne os três países do IBAS, também bienalmente, deverá ter sua quinta edição em fevereiro de 2016, na Índia.

4. Cooperação técnica e jurídica

O Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e África do Sul foi celebrado em março de 2000 e entrou em vigor em setembro de 2003. A única ação de cooperação técnica financiada recentemente no país pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foi o projeto de sementes nativas. Sua última fase foi executada no início de 2014, em colaboração com o Departamento de Desenvolvimento Agrário sul-africano.

No campo da saúde, existe a possibilidade de implementação do projeto "Apoio Técnico aos Bancos de Leite Humano na África do Sul". A iniciativa, que teria relevante impacto social em país com taxas excepcionalmente baixas de aleitamento materno, nunca chegou a ser implementada devido a restrições financeiras enfrentadas pela ABC. No âmbito da mencionada 1ª Reunião de Preparação e Seguimento da Comissão Mista Brasil-África do Sul, em setembro, assessor do Ministério da Saúde brasileiro confirmou a disposição da pasta de contribuir com recursos financeiros para sua execução.

Não há acordos bilaterais vigentes de cooperação jurídica entre Brasil e África do Sul, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e de pedidos de cooperação jurídica com base em compromisso de reciprocidade, ou com fundamento em convenções multilaterais de que ambos os países sejam parte.

Estão em curso negociações ou propostas de quatro projetos de tratados bilaterais na área jurídica: Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Civil, Tratado de Extradição e Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas.

5. Cooperação na área de turismo

Brasil e África do Sul assinaram Memorando de Entendimento entre Ministérios do Turismo em setembro/2014, por ocasião de visita a São Paulo do Ministro sul-africano do Turismo, Derek Hanekom.

Durante a 1ª Reunião de Preparação e Seguimento de Assuntos Bilaterais, em setembro, representante do Ministério do Turismo afirmou que estão sendo finalizadas as discussões sobre o Plano de Ação proposto pelos sul-africanos para a implementação do Memorando. Também reiterou o interesse da Pasta em trabalhar com sua contraparte sul-africana no aprofundamento da cooperação bilateral, com destaque para temas relacionados à administração de parques nacionais.

A África do Sul recebe, em média, 80.000 turistas brasileiros por ano, quatro vezes mais do que os sul-africanos que visitam o Brasil. O país possui, ademais, infraestrutura estabelecida e extensa experiência na gestão do setor, tanto público quanto privado, que poderia ser compartilhada com o Brasil.

6. Cooperação cultural

A Embaixada da África do Sul encaminhou, em 2013, proposta de acordo Acordo de Coprodução Brasil-África do Sul na área de audiovisual. Em seguida, a Assessoria Internacional da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), em contato com a *National Film and Video Foundation* (NFVF), autoridade audiovisual sul-africana, chegou a uma versão final do texto.

Em fevereiro último, os diretores-presidentes da ANCINE e do NFVF reuniram-se, no Rio de Janeiro, e reafirmaram o propósito de assinar o acordo brevemente, restando identificar a melhor ocasião para tanto.

Em julho último, o Brasil enviou delegação formada por 10 cineastas e produtores (além de representante da ANCINE) ao 36º Festival Internacional de Cinema de Durban. Além de uma mostra especial dedicada ao cinema brasileiro contemporâneo, foram organizados seminário sobre coprodução entre Brasil e África do Sul, além de encontro entre produtores de ambos os países para discutir projetos de potenciais coproduções.

7. Assuntos consulares

A rede consular do Brasil na África do Sul engloba o Setor Consular da Embaixada em Pretória e o Consulado-Geral na Cidade do Cabo. A comunidade brasileira no país é estimada em 1.950 pessoas.

Subordinado à Embaixada em Pretória, há o Consulado Honorário em Port Louis, com jurisdição sobre as Ilhas Maurício.

Há 23 brasileiros presos na África do Sul (o que corresponde a cerca de 80% do número total de nacionais brasileiros detidos no continente africano), sendo que 20 cumprem pena, dois aguardam julgamento e um aguarda deportação. Todas as detenções foram ocasionadas por tráfico de entorpecentes. Ao longo de 2014, um total de US\$ 6.203 foi fornecido aos nacionais brasileiros presos para aquisição de roupas, cartão telefônico, vale postal, gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade não fornecidos pelos presídios.

O Setor Consular da Embaixada em Pretória e o Consulado-Geral da Cidade do Cabo têm, ademais, prestado assistência psicológica, financeira e material (*kits* de higiene, vestuário e material de leitura) aos detentos.

Há aproximadamente 100 nacionais sul-africanos em estabelecimentos penitenciários brasileiros (segundo dados do Ministério da Justiça), concentrados principalmente no Estado de São Paulo.

O Governo brasileiro avalia que demandas em prol de presos sul-africanos no Brasil poderão ser equacionadas de modo permanente por meio da celebração de Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas, em benefício seja dos detentos, seja da administração penitenciária onde estes cumprem pena. Até que tal acordo entre em vigor, é necessário que casos particulares sejam objeto de solicitação pormenorizada, destinada à Divisão de Cooperação Jurídica Internacional do Itamaraty.

8. Temas multilaterais

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A África do Sul manifestou formalmente apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado, no contexto de apoios recíprocos entre os países do IBAS.

Recentemente, tem-se percebido a tendência de altas autoridades do país, notadamente o Presidente Zuma e a Chanceler Mashabane, de se referirem à necessidade e urgência da reforma do Conselho. Em seu discurso no Debate Geral da 70ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, Zuma avaliou como "inaceitável que um bilhão de africanos estejam excluídos de um lugar permanente no Conselho de Segurança", e afirmou que a África do Sul irá trabalhar com outros países para aumentar a representatividade do órgão.

BRICS. Realizada em 2014, a Cúpula de Durban foi marco importante para a África do Sul, por consolidar sua presença no BRICS e por ter lançado as bases para a institucionalização do mecanismo: o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Acordo Contingente de Reservas.

Desde então, a importância do tema BRICS tem crescido tanto nas avaliações do Governo sul-africano quanto nas análises de respeitados "*think-tanks*" do país e de meios de comunicação. Evidência nesse sentido tem sido as menções aos BRICS em todos os discursos do Presidente Jacob Zuma que tratam de relações internacionais, em especial na alocução do "Estado da Nação". Por sua vez, a Chancelaria sul-africana inclui o BRICS nas linhas mestras da política externa do país, juntamente com o continente africano.

A reação sul-africana à mais recente Cúpula dos BRICS, realizada na cidade russa de Ufá em julho último, foi claramente positiva. Após seu retorno a Pretória, Zuma declarou que a Cúpula logrou êxito em aprofundar as relações entre os países BRICS e possibilitar tratamento mais detalhado de assuntos econômicos e políticos globais. Em especial, Zuma reiterou acreditar que o NBD será instrumento possante para projetos de desenvolvimento sustentável tanto no âmbito do BRICS quanto no mundo em desenvolvimento.

IBAS. Estabelecido em 2003, o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) congrega três grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento. Desde 2006, houve cinco reuniões de Cúpula do IBAS. Devido a dificuldades de conciliação de agendas, reuniões de Cúpula ou da Comissão Ministerial Trilateral ("Comista") não foram realizadas desde 2011.

A singularidade do grupamento, integrado por países que não são potências do *status quo*, o habilita a desempenhar papel de destaque na reforma das estruturas de governança global, especialmente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No que se refere à relação entre BRICS e IBAS, Brasília, Nova Déli e Pretória compartilham da percepção de que os mecanismos contam com objetivos e lógicas distintos e que, portanto, devem manter suas feições próprias. Cabe ter presente, contudo, que o BRICS tem alargado sua agenda de cooperação interna para também abranger temas que o IBAS se ocupa desde sua fundação, como agricultura, saúde, ciência e tecnologia, governança global, entre outros. De modo a zelar para que as duas vertentes sigam mantendo suas identidades próprias, encontra-se em andamento processo de racionalização da vertente de cooperação do IBAS, visando concentrar as atividades em áreas em que o foro goza de vantagens comparativas em relação a outros mecanismos.

POLÍTICA INTERNA

Instituições políticas. O Presidente da África do Sul é eleito pela Assembleia Nacional, e em geral é o líder do partido mais votado. A Constituição do país estabelece um máximo de dois mandatos consecutivos (de cinco anos cada) para a permanência no poder. As próximas eleições gerais sul-africanas ocorrerão em 2019.

O Poder Legislativo da África do Sul é bicameral. A Assembleia Nacional (Câmara Baixa) é composta por 400 membros, eleitos por votação direta em lista partidária (cada partido recebe número de assentos proporcional aos votos obtidos), para mandatos de cinco anos. O Conselho Nacional de Províncias (Câmara Alta) é órgão consultivo, composto por 90 membros (dez de cada província do país, dos quais nove são eleitos por Assembleia Provincial e um indicado pelo Governador).

Desdobramentos recentes. O regime do *apartheid*, que chegou ao fim em 1994, impôs à África do Sul um cenário de profundos contrastes e desafios sociais. De um lado, tem-se um país com infraestrutura e economia superiores às dos demais países africanos. De outro, cerca de um quinto da população se encontra abaixo da linha de pobreza, com aumento da desigualdade entre 1994 e 2013, período em que o coeficiente de Gini do subiu de 0,59 para 0,63.

O Congresso Nacional Africano (ANC) desempenha papel preponderante na política sul-africana e venceu, por ampla maioria, todas as eleições desde a democratização. No pleito mais recente, realizado em maio de 2014, obteve 62,15%

dos votos (3,75% a menos do que em 2009), que lhe garantiram 249 dos 400 assentos na Câmara Baixa do Parlamento.

Registra-se, contudo, um lento avanço de algumas legendas oposicionistas. A principal delas é a Aliança Democrática (DA), que controla os governos da Cidade do Cabo (segunda maior cidade do país) e da Província do Cabo Ocidental. O partido obteve 22% dos votos nas eleições de 2014, evolução em relação aos dois pleitos anteriores, nos quais obtivera 12% e 16%, respectivamente. O DA continua enfrentando dificuldades para angariar apoio mais amplo entre a maioria negra do país, em decorrência da imagem de partido defensor dos interesses das minorias branca e mestiça – não obstante contar, desde maio último, com seu primeiro líder nacional negro, o jovem Mmusi Maimane.

Também vem ganhando força o partido de esquerda Combatentes pela Liberação Econômica (EFF). Seu fundador, Julius Malema, foi líder da Liga Jovem do ANC, de onde foi expulso por defender medidas polêmicas como confisco de propriedades rurais de brancos e nacionalização do setor mineiro. Com mais de um milhão de votos (6% do total nacional) na sua primeira participação em eleições gerais, em 2014, o EFF conta com 25 membros na Câmara Baixa.

A liderança do Presidente Jacob Zuma consolidou-se no partido governista ao longo dos últimos oito anos. Eleito Presidente do ANC em dezembro de 2007, tornou-se candidato natural à sucessão de Thabo Mbeki no cargo de Presidente da República, ao qual chegou após vitória nas eleições gerais de 2009. Ao tomar posse, defendeu a necessidade de reforçar as políticas sociais, principalmente nas áreas de criação de empregos, educação, saúde e criminalidade, bem como de aprimorar o programa de crescimento econômico da população negra.

Em dezembro de 2012, Zuma foi reeleito para a liderança do partido, triunfo que abriu caminho à sua nova candidatura à Presidência e vitória nas eleições de 2014.

O sucessor de Zuma à frente do ANC será indicado em finais de 2017. Entre os prováveis candidatos estão o atual Vice-Presidente, Cyril Ramaphosa, e a ex-Chanceler e atual Presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini-Zuma, ex-esposa de Zuma.

O Governo Zuma têm enfrentado frequentes críticas dos partidos de oposição em relação à suposta má gestão de recursos públicos, além de cenário de crescente insatisfação social, diante de um crescimento econômico tido como insuficiente para garantir a rápida reversão da profunda e histórica dívida social herdada do *apartheid*.

Episódio recente que acirrou as críticas contra o Governo foi a morte, em julho de 2012, de 44 mineradores em ação policial de repressão a grevistas na mina de Marikana, no mais grave incidente social ocorrido na África do Sul desde o fim do *apartheid*.

Os últimos anos foram marcados por movimentos de protesto protagonizados por trabalhadores e estudantes. Entre janeiro e junho/2014, por exemplo, ocorreu a maior greve da era pós-*apartheid* nas três principais mineradoras de platina do país,

que afetou mais de 40% da produção mundial do metal, com perdas estimadas em cerca de US\$ 2,3 bilhões para as empresas.

Em outubro/2015, manifestações estudantis tomaram os principais centros urbanos do país contra a elevação de tarifas das universidades. O movimento se alastrou com grande velocidade, e o Parlamento nacional chegou a ser invadido pelos estudantes. O Governo recuou e anunciou a decisão - assumida pessoalmente pelo Presidente Zuma – de congelar as tarifas universitárias para 2016.

POLÍTICA EXTERNA

Os desafios domésticos enfrentados pela África do Sul, tanto na política quanto na economia (ver, abaixo, item "Economia"), não afetaram o prestígio internacional de que goza o país, que continua mantendo considerável protagonismo no continente africano.

De modo geral, a administração Zuma vem mantendo as prioridades de política externa dos demais governos do período pós-*apartheid*, sobretudo na defesa dos interesses dos países africanos em fóruns multilaterais e na relevância da cooperação Sul-Sul. Exemplo recente da continuada influência diplomática da África do Sul no continente foi a eleição da ex-chanceler Nkosazana Dlamini-Zuma para o cargo de Presidente da Comissão da União Africana, em janeiro de 2012.

O Presidente Jacob Zuma vem mantendo, desde a abertura de seu segundo mandato, uma intensa agenda de visitas regionais. Em abril último, por exemplo, realizou visita de trabalho ao Egito, que marcou a normalização das relações bilaterais, virtualmente congeladas desde o golpe (fortemente condenado por Pretória) que derrubara o ex-Presidente Mohamed Morsi em 2012.

Em maio, Zuma realizou visita de Estado a Moçambique, em contexto de estremecimento das relações bilaterais, por conta de recentes ataques a estrangeiros na África do Sul, que ocasionaram a morte de cidadãos moçambicanos. Zuma desculpou-se pelos episódios e prometeu encerrar as "repatriações forçadas" de migrantes moçambicanos em situação irregular no país. Em outubro, Zuma recebeu, em Pretória, o Presidente de Moçambique Filipe Nyusi. Durante a visita, realizou-se a primeira reunião da Comissão Binacional África do Sul-Moçambique, bem como encontro do Fórum Empresarial bilateral. Foram abordados temas relacionados à cooperação em segurança transfronteiriça e à cooperação energética, em especial por meio da exploração de reservas moçambicanas de gás natural.

Em novembro, Zuma realizou duas visitas oficiais a Angola, confirmando assim o excelente estado das relações bilaterais. Entre os temas tratados, destaque para as questões regionais, sobretudo na África Austral e na região dos Grandes Lagos. Foram discutidos os esforços para a estabilização da República Democrática do Congo, bem como a necessidade de contínuo envolvimento do Conselho de Segurança e Paz da União Africana diante da instabilidade política no Burundi.

Ainda no âmbito das relações bilaterais, uma das características marcantes do atual Governo é a aproximação entabulada com a China – principal parceiro

comercial do país, com intercâmbio bilateral superando US\$25 bilhões em 2014 e investimentos diretos superiores a US\$10 bilhões. Em abril último, o Chanceler chinês Wang Yi esteve na África do Sul para reunir-se com a Chanceler Mashabane e o Presidente Zuma. Foram discutidos os avanços no estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, em especial a instalação de seu Centro Regional Africano em Joanesburgo. O Chanceler Wang reiterou, ademais, o compromisso da China com o apoio à industrialização da África do Sul, bem como a continuidade da negociação de um acordo de comércio em moedas locais entre os dois países.

Em julho, o Vice-Presidente Cyril Ramaphosa realizou visita à China para avistar-se com o Presidente Xi Jinping e com o Primeiro-Ministro Li Keqiang. Foram discutidos temas econômicos e comerciais, como foco no papel das empresas estatais para o crescimento e desenvolvimento. Há expectativas de que a África do Sul possa utilizar-se do modelo chinês de empresas estatais para fortalecer seu processo de renovação industrial atualmente em curso.

No âmbito multilateral, a África do Sul serviu recentemente duas vezes como membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, com hiato de apenas dois anos entre os mandatos. O país vem alocando significativos recursos humanos e materiais em atividades de construção da paz no continente africano, seja mediante o envio de tropas (tanto para contingentes da ONU, quanto em iniciativas unilaterais), seja pela participação em esforços de mediação.

Nesse sentido, por exemplo, em 2013 a África do Sul integrou, ao lado de tropas tanzanianas, o componente militar enviado à RDC, sob a égide das Nações Unidas, para combater o grupo rebelde M23 no leste do país. Atuou, ademais, em prol da solução do conflito no Sudão do Sul e participou – por meio de enviado especial, o atual Vice-Presidente Cyril Ramaphosa – da mediação da crise política que assolou o Lesoto em 2014. Por fim, em maio de 2015, enviou ao Burundi o Ministro da Presidência sul-africana, Jeff Radebe, para mediar os confrontos entre Governo e oposição, por ocasião da tentativa do Presidente Pierre Nkurunziza de obter um terceiro mandato à revelia da Constituição daquele país.

Cabe destacar, por fim, a mencionada importância atribuída pela política externa sul-africana ao BRICS, bem como a participação do país no IBAS.

Recentemente, o Governo sul-africano viu-se envolvido em polêmica internacional quando, em maio último, o Presidente sudanês, Omar al-Bashir, em visita à África do Sul para participar de Assembleia da União Africana, deixou o país não obstante mandado em favor de sua prisão, emitido por tribunal da Província de Gauteng Norte, com base em orientação do Tribunal Penal Internacional (de cujo estatuto a África do Sul é parte). As ações do Governo foram defendidas pelo ANC, que em seu Conselho Nacional Geral, realizado em outubro, criticou o TPI por sua atuação como "instrumento de justiça seletiva".

1. Panorama geral e perspectivas. A África do Sul é a segunda maior economia da África, após a Nigéria. O país conta com sistema bancário maduro, sistema regulatório abrangente, indústrias de manufatura estabelecidas e infraestrutura desenvolvida. Em paralelo a esta economia financeira e industrial sofisticada, encontra-se significativo setor informal. A inclusão da população à margem do desenvolvimento econômico é o principal desafio do Governo sul-africano desde a transição democrática.

O desempenho de longo prazo da economia da África do Sul tem perspectivas positivas. Recentemente, contudo, o Governo vem enfrentando quadro de crescimento econômico lento, acompanhado de alto desemprego, o que tem impactos negativos na promoção de um desenvolvimento econômico socialmente inclusivo.

A economia sul-africana cresceu 1,5% em 2014, terceiro ano consecutivo de desaceleração. Dois setores industriais especialmente relevantes registraram recuo: mineração (-1,6%) e eletricidade (-0,9%). Contribuem para esses resultados negativos as conturbadas relações trabalhistas e a escassez de energia elétrica, duas das principais dificuldades internas que o governo precisa equacionar para impulsionar a economia nacional.

Tensões entre empregadores e trabalhadores, especialmente no setor minerador, vêm aumentando na África do Sul, sobretudo em decorrência da queda nos preços internacionais dos principais minérios exportados pelo país (como platina, ouro, ferro e manganês) - o que pressiona os custos de operação das grandes mineradoras.

A economia sul-africana também enfrenta desafios estruturais no fornecimento de energia elétrica. A capacidade de geração de energia, estagnada há quase seis anos, é apenas 1% superior ao total consumido, o que implica racionamento frequente. A crise energética afeta diretamente a capacidade de produção industrial nacional. Ainda que o atual cronograma de construção de novas usinas seja cumprido, avalia-se que a expansão da oferta será insuficiente para solucionar a deficiência estrutural.

Segundo estimativas do Governo, a economia deveria crescer em torno de 5% ao ano para permitir redução significativa do desemprego, que atinge 24,9% da população economicamente ativa do país (entre os jovens, a taxa chega a 50%, a terceira maior do mundo, segundo dados do Fórum Econômico Mundial).

2. Comércio exterior. A África do Sul permanece diante do desafio de diversificar sua pauta de comércio exterior. A balança comercial do país tem tendência deficitária, com exportações concentradas em produtos primários, sobretudo minerais, e importações em produtos manufaturados.

Entre 2005 e 2014, as exportações do país cresceram 92,8%, de US\$ 47 bilhões para US\$ 90,6 bilhões. Em 2015, contudo, o acumulado de janeiro a junho indicou redução anual de 6,8%, o que reflete a mencionada queda dos preços internacionais de determinadas commodities. As importações cresceram 81,5% no período de referência, de US\$ 55,0 bilhões (2005) para US\$ 99,9 bilhões (2014). No acumulado de janeiro a junho de 2015 também registraram decréscimo anual de 10,7%.

Em 2014, o défice comercial do país aumentou 12,1% em relação ao ano anterior, para US\$ 9,3 bilhões. Em 2015, o acumulado janeiro-junho registra resultado negativo de US\$ 2,2 bilhões.

Os principais mercados de destino para as exportações sul-africanas em 2014 foram China (9,6% do total), Estados Unidos (7,1%), Japão (5,4%), Botsuana (5,3%), Namíbia (5,0%), Alemanha (4,7%) e Índia (4,2%). O Brasil foi o 31º mercado de destino, com participação de apenas 0,7% sobre o total.

Já os principais fornecedores do país foram China (15,5%), Alemanha (10,0%), Arábia Saudita (7,1%), Estados Unidos (6,6%), Nigéria (5,1%), Índia (4,6%) e Japão (3,8%). O Brasil foi o 18º supridor, com participação de 1,4% sobre o total adquirido.

3. Comércio bilateral. O comércio bilateral entre o Brasil e a África do Sul cresceu 14,3% entre 2005 e 2014, de US\$ 1,713 bilhão para US\$ 1,957 bilhão. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. No último triênio, os superávites foram de US\$ 916,8 milhões (2012); US\$ 1,117 bilhão (2013); e US\$ 493,8 milhões (2014).

No acumulado entre janeiro e outubro de 2015, o fluxo comercial foi de US\$ 1,718 bilhão (alta anualizada de 2,3%), com superávite de US\$ 594 milhões para o Brasil (elevação de 43,8% sobre o mesmo período de 2014).

As exportações brasileiras para a África do Sul decresceram 10,6% entre 2005 e 2014, de US\$ 1,371 bilhão para US\$ 1,226 bilhão. No acumulado entre janeiro e outubro de 2015, as vendas alcançaram US\$ 1,156 bilhão, um crescimento de 10,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelo crescimento nas exportações de zinco e açúcar.

A pauta de exportação brasileira é caracterizada por forte presença de produtos manufaturados, categoria que em 2014 representou 74% do total. Naquele ano, os principais produtos exportados foram tratores rodoviários para semirreboques (8,3% do total), carnes de frango (7,8%), veículos automóveis (7,1%) e açúcar (3,9%).

Ainda com relação a 2014, a África do Sul foi o vigésimo mercado global de destino para os produtos manufaturados brasileiros. Em território africano, o país foi o terceiro destino para as exportações brasileiras, após Egito e Angola.

Por sua vez, as importações do mercado sul-africano aumentaram 114% entre 2005 e 2014, de US\$ 341,5 milhões para US\$ 731,9 milhões. Entre janeiro e outubro de 2015, somaram US\$ 562,2 milhões (baixa de 11,2% em relação ao mesmo período de 2014). Essa retração foi motivada pela forte diminuição nas importações de polipropileno; paládio e ligas de alumínio.

Em 2014, os principais produtos importados da África do Sul foram carvão mineral/hulha betuminosa (12,5% do total), herbicidas (9,1%), automóveis (5,9%) e polipropileno (5,4%). Em 2014, o país foi o sexto maior fornecedor brasileiro em território africano.

Em relação a novas oportunidades de comércio, os grupos de produtos brasileiros considerados como de maior potencial de inserção no mercado sul-africano

são: automóveis e autopeças; medicamentos; óxidos de alumínio; aviões, helicópteros e partes; tratores; torneiras, válvulas para canalizações; e resíduos da extração do óleo de soja, para alimentação animal.

É oportuno registrar a inauguração, em 2013, de escritório de representação do BNDES em Joanesburgo. Desde então, a representação tem prestado informações sobre as modalidades de financiamento às exportações de bens e serviços brasileiros, bem como sobre os instrumentos de apoio à internacionalização de empresas brasileiras que buscam oportunidades de negócio na África.

Cabe destacar, ainda que se espera incremento no comércio bilateral após a entrada em vigor do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU), aprovado em setembro de 2015 pelo Senado Federal e à espera de ratificação presidencial.

4. Comércio agrícola bilateral e entraves a exportações. O comércio agrícola entre Brasil e África do Sul é predominantemente composto pelas exportações brasileiras (sobretudo por carnes, principalmente de frango, e por açúcar). Apenas 2,2% de tudo que é importado da África do Sul têm origem agrícola (US\$ 15,56 milhões em 2013).

Estima-se que há potencial para aumento do comércio agrícola bilateral, pois apesar de pautas exportadoras semelhantes, os países não exportam necessariamente os mesmos produtos, o que possibilitaria ao Brasil explorar, por exemplo, a vasta rede de atacadistas sul-africano no continente.

Observam-se, entretanto, resistências no mercado sul-africano aos produtos do agronegócio brasileiro. Para produtos de origem vegetal, os principais entraves têm sido aumentos nas tarifas de importação para açúcar (90% importado do Brasil), milho e trigo. No caso dos produtos de origem animal, os obstáculos referem-se a requisitos sanitários, no caso das carnes suína e bovina, e direitos antidumping e majoração tarifária, no caso do frango. Foram concluídas, recentemente, as negociações de Certificados Sanitários Internacionais para a exportação de carne bovina desossada e carne suína para processamento posterior. Certificados para carne bovina com osso e carne suína para venda livre seguem em negociação com as autoridades sanitárias locais.

Está em negociação, no âmbito das mencionadas Reuniões de Preparação e Seguimento de Assuntos Bilaterais, a criação de uma Comissão para Temas Agrícolas entre Brasil e África do Sul. Seu estabelecimento reflete a necessidade de tornar mais ágil o diálogo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Departamento de Agricultura, Florestas e Pesca (DAFF) daquele país, com vistas a facilitar a tramitação de certificados e demais documentos relativos ao comércio bilateral de bens agrícolas.

Entre os temas que o Brasil espera ver tratados nesse mecanismo, ressalte-se a abertura de mercado e a atualização dos requisitos para exportação de carne suína, proteína animal processada de origem bovina, farinha de penas de aves e manga, além

de consultas e intercâmbio direto de informação a respeito de questões de interesse mútuo.

5. Investimentos bilaterais. Os últimos três anos registraram investimentos significativos da África do Sul no Brasil. As empresas sul-africanas atuam no setor de serviços, em especial comércio eletrônico e tecnologias da informação, mineração e infraestrutura. Entre os destaques, constam o megaprojeto de extração, transporte e exportação de minério de ferro da empresa Anglo American, a compra de 30% da editora Abril pelo grupo Naspers e a concessão do aeroporto de Guarulhos para o consórcio integrado pela Airports Company of South Africa (ACSA), com aportes da ordem de R\$1,6 bilhão ao longo dos próximos 20 anos.

Da parte brasileira, foram iniciados investimentos na área de produção de cimento pela Intercement (Grupo Camargo Corrêa) e produção de motores pela empresa ZEST WEG. Além dos novos investimentos, a Marcopolo conta com fábrica no país desde o início da década de 1990. Número significativo de empresas brasileiras também conta com escritórios de representação comercial em Joanesburgo, com atuação que abrange todo o continente africano. Entre essas empresas cabe citar BRF, Fras-le, Odebrecht, Randon e Tramontina.

Em relação a perspectivas de novos investimentos, cabe destacar que o Grupo LATAM anunciou recentemente que a TAM operará quatro frequências semanais entre os aeroportos de Guarulhos e Joanesburgo, a partir de agosto de 2016. Deverá ser a primeira ligação aérea entre o Brasil e o continente africano a ser operada por empresa brasileira, após muitos anos.

6. Negociações para a assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Está em curso negociação com as autoridades sul-africanas para a assinatura de ACFI, acordo já assinado com Moçambique, Angola, México, Maláui, Colômbia e Chile, e também proposto a outros países, como Peu, Argélia, Catar, Cingapura, Marrocos, Nigéria, Omã, República Dominicana, Tunísia e Vietnã.

A proposta de ACFI entre o Brasil e países receptores de investimentos brasileiros busca incentivar o investimento recíproco através de estabelecimento de mecanismo intergovernamental bilateral para divulgação de oportunidades, intercâmbio de informações e lançamento de iniciativas de facilitação de negócios.

O projeto de acordo foi elaborado pelo Itamaraty, MDIC e o Ministério da Fazenda, de conformidade com mandato aprovado pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) em junho de 2013. O setor privado brasileiro (CNI, FIESP) foi consultado na elaboração da proposta de texto e demonstrou grande interesse por instrumento legal internacional que contribua para a promoção de investimentos brasileiros no exterior.

O ACFI não contém certas cláusulas-padrão dos Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos (APPIs), tais como arbitragem investidor-Estado e expropriação indireta e está baseado em três pilares: i) cláusulas normativas não

controversas como tratamento nacional e de nação mais favorecida, além de disciplinas básicas sobre expropriação direta, ii) comitês conjuntos com agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos; e iii) ênfase em mitigação de riscos e prevenção de controvérsias.

Cronologia das Relações Bilaterais

1918: abertura do Consulado do Brasil na Cidade do Cabo

1948: estabelecimento de relações diplomáticas e abertura de legação brasileira em Pretória

1952: abertura de Escritório de Representação sul-africano no Rio de Janeiro

1971: abertura de Delegação Diplomática da África do Sul em Brasília, convertida em Embaixada no ano seguinte

1974: a legação brasileira é transformada em Embaixada, mas chefiada por Encarregados de Negócios, em repúdio à política do *apartheid*

1985: o Decreto 91524 estabeleceu restrições ao relacionamento com a África do Sul, também em repúdio ao *apartheid*

1991: visita de Mandela, então líder do ANC, ao Brasil

1992: levantamento parcial das sanções brasileira e envio de Embaixador brasileiro

1994: levantamento das sanções brasileiras remanescentes

1996 (novembro): visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à África do Sul, a primeira de um Presidente brasileiro ao país

1998 (julho): visita oficial do Presidente Nelson Mandela ao Brasil

2000 (dezembro): Assinatura do Acordo Quadro MERCOSUL-SACU

2002 (agosto): I Reunião da Comissão Mista Brasil-África do Sul

2003 (junho): criação do Fórum IBAS

2003 (novembro): visita do Presidente Lula à África do Sul

2006: início do projeto bilateral de construção do míssil A-Darter

2006 (setembro): visita do Presidente Thabo Mbeki ao Brasil (I Cúpula do IBAS)

2007 (outubro): visita do Presidente Lula à África do Sul

2009 (outubro): visita do Presidente Zuma ao Brasil

2010 (abril): visita do Presidente Zuma ao Brasil (IV Cúpula do IBAS)

2010 (junho): visita do Presidente Lula à África do Sul

2011 (julho): visita do Chanceler Antônio Patriota à África do Sul

2011 (outubro): visita da Presidente Dilma Rousseff à África do Sul (V Cúpula do IBAS)

2011: entrada da África do Sul no BRICS

2013 (março): visita da Presidente Dilma Rousseff à África do Sul (V Cúpula do BRICS)

2013 (dezembro): participação da Presidente Dilma nas exéquias do ex-Presidente Nelson Mandela, em Pretória

2014 (julho): visita do Presidente Jacob Zuma ao Brasil (VI Cúpula do BRICS);

2015 (janeiro): visita da Chanceler Maite Mashabane ao Brasil (posse da Presidente Dilma Rousseff)

Cronologia do País

1652: fundação da Colônia do Cabo por holandeses e início do assentamento na região

1806-1814: ocupação britânica da Colônia do Cabo

1830-1840: grupos africâneres deixam a Colônia do Cabo em direção ao interior do país

1867-1886: descoberta de diamantes e ouro no interior do país

1902: término da Guerra Anglo-Bôer, com a vitória dos ingleses

1910: criação da União Sul-Africana

1912: fundação do partido "African National Congress" (ANC)

1948: adoção do *apartheid* como política oficial

1960: banimento do ANC

1961: autodeclaração de república e saída da Commonwealth

1964: prisão de Nelson Mandela, líder do braço armado do ANC

1976: levante de Soweto

1985: imposição de sanções econômicas por países como EUA, Japão e membros da Então Comunidade Econômica Europeia

1989: eleição de Frederik de Klerk.

1990: legalização de movimentos negros anti-*apartheid* e libertação de Nelson Mandela

1992: a população branca aprova em referendo a política de De Klerk para pôr fim ao *apartheid*

1994: Nelson Mandela é eleito Presidente nas primeiras eleições multipartidárias e não raciais

1995: início dos trabalhos da Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR)

1996: aprovação da nova Constituição

1999: eleição de Thabo Mbeki

2004: reeleição de Thabo Mbeki

2008: renúncia de Thabo Mbeki e assunção de Kgalema Motlanthe

2009: eleição de Jacob Zuma

2014: reeleição de Jacob Zuma

Atos bilaterais em vigor

Título do Acordo	Data de Celebração	Vigência	Assunto
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul de Cooperação Técnica	01/03/2000	Em Vigor	Cooperação Técnica
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa	04/06/2003	Situação especial	Defesa e Assuntos Militares
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul (no Campo da Educação).	07/07/2009	Em Vigor	Cooperação Artístico-cultural
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	08/11/2003	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda	08/11/2003	Em Vigor	Aduanas, Impostos e Tarifas
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Consultas e Cooperação na Área das Relações Intergovernamentais	09/07/2010	Em Vigor	Cooperação Interinstitucional
Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Departamento de Comércio e Indústria da República da África do Sul para Promoção do Comércio e Investimento	09/10/2009	Em Vigor	Comércio
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação na Área do Esporte	09/10/2009	Em Vigor	Cooperação Educacional e Esportiva

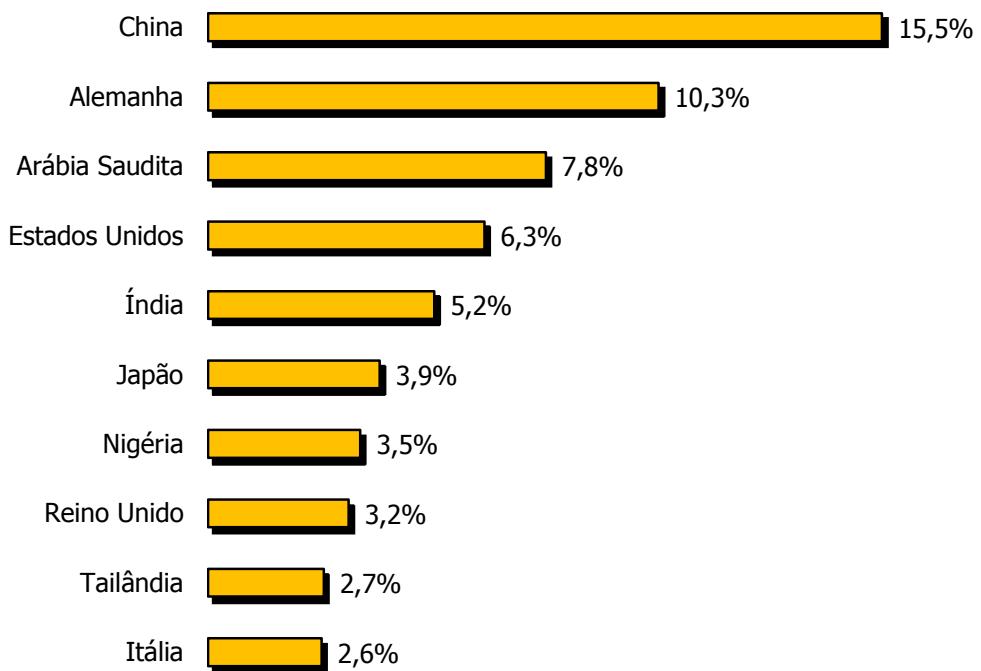
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul Relativo à Assistência Mútua entre suas Administrações Aduaneiras.	11/05/2008	Em Vigor	Aduanas, Impostos e Tarifas
Acordo sobre Isenção de Tributos nos Serviços de Telecomunicações	12/03/1974	Em Vigor	Aduanas, Impostos e Tarifas
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul em Cooperação no Setor de Assentamentos Humanos	13/09/2005	Em Vigor	Cooperação Técnica
Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Brasil-África do Sul	13/12/2000	Em Vigor	Comissão Mista
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente.	16/09/2013	Em Vigor	Meio Ambiente
Memorando de Entendimento sobre Relações Aeronáuticas	19/01/1972	Em Vigor	Transporte Aéreo
Memorando de Entendimento sobre Relações Aeronáuticas entre os dois Países	19/01/1972	Em Vigor	Transporte Aéreo
Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	21/07/1998	Expirado	Consultas Diplomáticas
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no Campo do Desenvolvimento Social	24/08/2010	Em Vigor	Cooperação Técnica (Direitos Humanos)
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul na Área de Previdência Social	24/08/2010	Em Vigor	Previdência Social
Acordo para Dispensa de Visto em Passaporte Diplomático, Oficial e Comum	26/11/1996	Em Vigor	Vistos e Imigração
Acordo sobre Cooperação no Campo da Cultura	26/11/1996	Em Vigor	Cooperação Artístico-cultural
Acordo sobre Serviços Aéreos entre seus Territórios e Além	26/11/1996	Em Vigor	Transporte Aéreo

Acordo sobre Cooperação e Assistência Mútua na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e Assuntos Correlatos	26/11/1996	Em Vigor	Entorpecentes
Acordo para Evitar a Dupla Tributação nos Lucros Decorrentes dos Transportes Marítimo e Aéreo	29/03/1972	Em Vigor	Aduanas, Impostos e Tarifas
Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira	29/08/1973	Em Vigor	Relações Diplomáticas e Consulares
Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, Celebrada em Pretória, em 8 de novembro de 2003	31/07/2015	Em tramitação no Poder Executivo	Cooperação Financeira (Aduanas, Impostos e Tarifas)

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

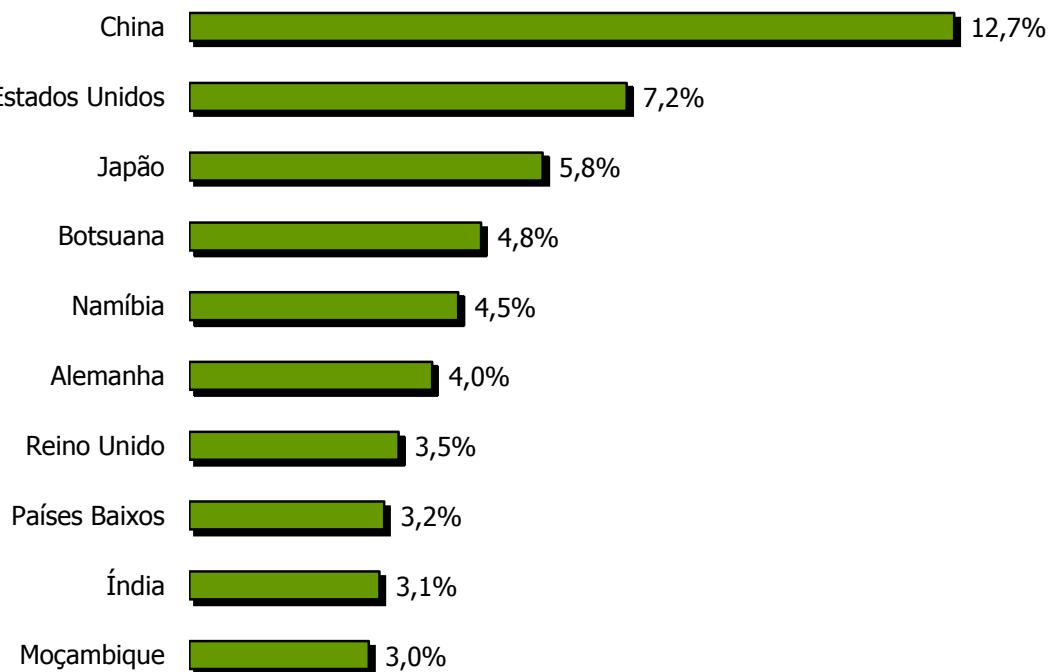
Origem das Importações da África do Sul US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾	Part.% no total
China	16,01	15,5%
Alemanha	10,70	10,3%
Arábia Saudita	8,03	7,8%
Estados Unidos	6,57	6,3%
Índia	5,38	5,2%
Japão	4,08	3,9%
Nigéria	3,62	3,5%
Reino Unido	3,34	3,2%
Tailândia	2,75	2,7%
Itália	2,70	2,6%
...		
Brasil (17ª posição)	1,61	1,6%
Subtotal	64,77	62,6%
Outros países	38,69	37,4%
Total	103,46	100,0%

10 principais origens das importações

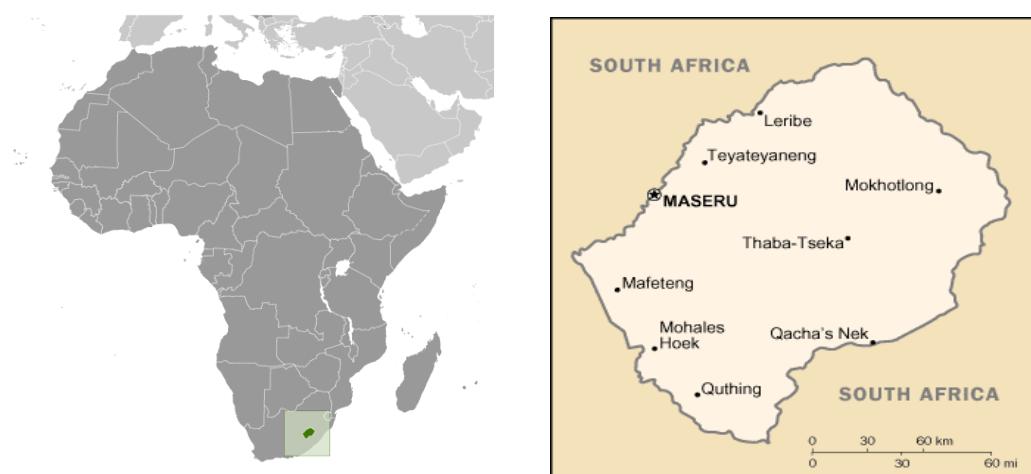
Direção das Exportações da África do Sul
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾	Part.% no total
China	12,06	12,7%
Estados Unidos	6,90	7,2%
Japão	5,57	5,8%
Botsuana	4,60	4,8%
Namíbia	4,24	4,5%
Alemanha	3,83	4,0%
Reino Unido	3,30	3,5%
Países Baixos	3,07	3,2%
Índia	3,00	3,1%
Moçambique	2,83	3,0%
...		
Brasil (31ª posição)	0,66	0,7%
Subtotal	50,05	52,6%
Outros países	45,17	47,4%
Total	95,22	100,0%

10 principais destinos das exportações

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da África
Divisão da África II

LESOTO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2015

DADOS BÁSICOS

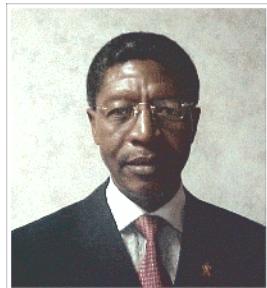
NOME OFICIAL	Reino do Lesoto
GENTÍLICO	lesotiano
CAPITAL	Maseru
ÁREA	30.344 km ²
POPULAÇÃO (est. 2014)	2,193 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Inglês e soto
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (91%); animismo (7,7%); outros (1,1%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Nacional e Senado)
CHEFE DE ESTADO	Rei Letsie III
CHEFE DE GOVERNO	Pakalitha Mosisili
MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Tlohang Sekhamane
PIB nominal (2014)	US\$ 2,335 bilhões
PIB PPP (2014)	US\$ 3,736 bilhões
PIB nominal per capita (2014)	US\$ 1.105
PIB PPP per capita (2014)	US\$ 1.703
VARIAÇÃO DO PIB	3,9% (2014), 6,8% (2013); 5,16% (2012); 3,9% (2011); 3,4% (2010); 2,4% (2009)
IDH (2013)	0,450 (160º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA (2013)	48,9 anos
TAXA ALFABETIZAÇÃO (2013)	75,8%
ÍNDICE DESEMPREGO (2014)	25,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Loti
EMBAIXADOR PARA O BRASIL	Eliachim Molapi Sebatane (residente em Washington)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL ➔ LESOTO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	61.780	79.079	51.876	48.410	100.400	46.598	70.931	78.270	32.533
Exportações	53.641	79.079	0	0	0	0	11.790	54.349	24.295
Importações	8.139	0	51.876	48.410	100.400	46.598	59.141	23.921	8.238
Saldo	45.502	79.079	-51.876	-48.410	-100.400	-46.598	-47.35	30.428	16.057

PERFIS BIOGRÁFICOS**LETSIE III***Rei*

Nascido em 1963, assumiu o trono quando seu pai, Moshoeshoe II, foi forçado ao exílio, em 1990. Moshoeshoe II retornou ao trono brevemente em 1995, mas morreu em 1996, vítima de acidente automobilístico, e Letsie III reassumiu. Foi educado no Ampleforth College, Reino Unido. Formou-se em Direito pela Universidade Nacional do Lesoto. Estudou também nas Universidades de Bristol e Cambridge. É casado e tem três filhos.

**BETHUEL PAKALITHA MOSISILI***Primeiro-Ministro*

Nascido em 1945, o Primeiro Ministro B. P. Mosisili formou-se em Línguas Africanas e Educação na Universidade de Botsuana, Lesoto e Suazilândia, em 1970. Obteve mestrado em Linguística na Universidade de Wisconsin, EUA, em 1976, e curso de Linguística na Educação na Universidade de British Columbia, Canadá, em 1982. Em 1993 foi eleito deputado e assumiu o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. Em 1995, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Interior e Governo Local. Entre 1998 e 2012, exerceu os cargos de Primeiro

Ministro, Ministro da Defesa e Ministro dos Serviços Públicos. Renunciou em 2012, após seu partido de então, o *Lesotho Congress for Democracy* (LCD), não ter conseguido maioria nas eleições parlamentares. Retornou ao cargo de Primeiro Ministro em março de 2015, após vitória eleitoral de seu novo partido, o *Democratic Congress*.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Lesoto em 1970, mas nunca abriu Embaixada residente no país. Os temas relativos ao Lesoto eram acumulados pela Embaixada em Maputo até 1997, quando foram assumidos pela Embaixada em Pretória. A Embaixada do Lesoto em Washington trata dos temas relativos ao Brasil.

A única visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil ocorreu em 2010, ocasião em que foi assinado Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, ainda em fase de promulgação. Não há acordos bilaterais em vigor. Igualmente, não há registro de visita do Chanceler brasileiro ao Lesoto.

O Governo do Lesoto tem manifestado, com frequência, intenção de dar início a projetos bilaterais de cooperação com o Brasil. Os temas de interesse do país são variados: agricultura, segurança alimentar, saúde, gestão de programas sociais, merenda escolar e, recentemente, cooperação esportiva.

Recentemente, em outubro último, o Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto, Molahlehi Letlotlo, realizou missão a Brasília, ocasião em que se encontrou com sua contraparte brasileira e manteve reuniões sobre programas sociais brasileiros, como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria.

No mês seguinte, o Embaixador não residente do país, Eliachim Molapi Sebatane, visitou a capital federal, onde manteve encontros com diferentes setores do Ministério das Relações Exteriores para avaliações preliminares sobre eventuais projetos de cooperação. O Embaixador também participou de inauguração de Consulado Honorário do Lesoto na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo.

O Reino do Lesoto tem sistematicamente apoiado candidaturas brasileiras. Defendeu, por exemplo, as eleições de Roberto Azevêdo como Diretor-Geral da OMC e de José Graziano da Silva como Diretor-Geral da FAO.

POLÍTICA INTERNA

O Lesoto situa-se dentro do território da África do Sul. Trata-se de país montanhoso, cujo ponto geográfico de menor altitude encontra-se a mais de 1.000 m de altitude.

As origens do país datam do século XIX, quando o “pai da nação”, o Rei Moshoeshoe I, em meio ao conflito generalizado entre tribos da região e os africâneres (colonizadores brancos de origem holandesa), solicitou ao Império Britânico o status de protetorado para a região conhecida como Basutolandia, o que viria a correr em 1868. O Reino do Lesoto tornar-se-ia independente quase cem anos mais tarde, em 4 de outubro de 1966.

A Constituição prevê um regime político no qual coexistem um monarca, com poderes limitados, e uma Assembleia Nacional, eleita por sufrágio universal. O Primeiro-Ministro é o líder do partido mais votado nas eleições legislativas. Segundo relatório recente do Conselho de Direitos Humanos da ONU, há no país liberdade de imprensa e liberdade de manifestação.

O Lesoto passou por período politicamente turbulento em outubro de 2014, após o fechamento do Parlamento pelo então Primeiro-Ministro Thomas Thabane, sob a alegação de "ameaça iminente de golpe de Estado". Em reação, os militares ameaçaram derrubar o Primeiro-Ministro, que foi forçado a deixar o país e a se asilar na África do Sul. Para negociar uma solução pacífica, a SADC enviou o Vice-Presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, sob cuja mediação foi firmada a "Declaração de Facilitação de Maseru", que reabriu o Parlamento e garantiu o retorno de Thabane ao poder, mediante compromisso de antecipação das eleições gerais para fevereiro de 2015.

As eleições, consideradas pacíficas e transparentes por observadores estrangeiros, foram vencidas pelo partido oposicionista *Democratic Congress* (com maioria de apenas um assento no Parlamento), o que garantiu a recondução de seu líder, Pakalitha Mosisili, ao cargo de Primeiro-Ministro. A oposição é liderada pelo *All Basotho Congress*, que obteve 46 assentos.

POLÍTICA EXTERNA

Não obstante seus poucos recursos de poder, o Lesoto mantém relações diplomáticas com mais de 70 países, ademais de ter atuação ativa em organizações regionais, como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), com as quais a sua política econômica está entrelaçada.

Por sua dimensão reduzida e peculiar posição geográfica, dentro do território sul-africano, o Lesoto mantém relação de estreita dependência em com seu vizinho, sobretudo em questões econômicas. Os sul-africanos exercem tradicional papel de estabilização do país, a exemplo da mencionada mediação do Vice-Presidente Cyril Ramaphosa, em nome da SADC, em outubro de 2014.

Outro parceiro internacional importante para o país é os Estados Unidos, tendo em vista ser o Lesoto beneficiário de acesso isento de impostos ao mercado norte-americano, por meio do "Africa Growth and Opportunity Act" (AGOA).

Embora tenha no passado reconhecido Taiwan, hoje o Lesto mantém relações diplomáticas com a China, as quais vêm se intensificando em anos recentes.

ECONOMIA

Como mencionado, a economia do Lesoto, país montanhoso e essencialmente rural, é altamente dependente da África do Sul. Do vizinho provêm 90% das importações lesotianas, não obstante grande parte da população local estar envolvida no cultivo de subsistência e na criação de animais.

A indústria mineira sul-africana chegou a empregar um terço da força de trabalho do país na década de 1990, período em que as remessas de divisas desses trabalhadores correspondiam a cerca de 70% das receitas nacionais. Em decorrência da crise no setor extrativista, ambos os percentuais vêm caindo (as remessas dos trabalhadores, por exemplo, correspondem hoje a menos de 30% do PIB nacional). No presente, a maior parte das receitas do Estado provém da arrecadação de gravames aduaneiros decorrentes de sua participação na União Aduaneira da África Meridional (SACU).

Ao longo da última década, a economia lesotiana tornou-se cada vez mais dependente de dois setores-chave, mineração e indústria têxtil e de vestuário, que, juntos, constituem quase 50% do PIB. A agricultura também continua sendo um setor importante, já que a maior parte da população vive na zona rural e é dependente do setor.

O Governo também desempenha um papel-chave na economia, em virtude da dimensão do funcionalismo público e dos programas de desenvolvimento de infraestrutura.

Comércio bilateral

O comércio bilateral ainda é incipiente. Atingiu seu auge em 2005 (US\$ 1,3 milhão) e em 2014 alcançou seu patamar mais baixo desde então (apenas US\$ 32 mil, com saldo de US\$ 16 mil favorável ao Brasil). Os principais produtos exportados para o Brasil são couros, peles e calçados. Já os produtos brasileiros importados pelo Lesoto são, principalmente, máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

Cronologia das Relações Bilaterais

1970 – Estabelecimento de relações diplomáticas.

- 1991 – Abertura de Consulado Honorário de Lesoto em São Paulo.
- 1997 – Transferência da cumulatividade de Maputo para Pretória.
- 2008 – Encontro entre chanceleres dos dois países à margem da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Doha), ocasião em que trataram das possibilidades de cooperação no campo da agricultura.
- 2009 – O Lesoto envia ao Brasil proposta de acordo de cooperação técnica, científica, cultural e econômica.
- 2010 - Visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil e assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica
- 2015 – Visita de Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto ao Brasil
- 2015 – Visita do Embaixador não residente do Lesoto ao Brasil

Cronologia do País

- 1868 – Estabelecimento oficial do protetorado britânico.
- 1966 – O Reino do Lesoto torna-se independente. Primeira Constituição do país é promulgada.
- 1970 – Leabua Jonathan anula as eleições, suspende a Constituição e assume as funções de Presidente e Primeiro-Ministro do Lesoto. Líderes da oposição são exilados.
- 1986 – Leabua Jonathan é deposto por golpe militar e preso. Instaurada junta que governa o país em regime de exceção.
- 1988 – Os poderes do Rei Moshoeshoe II são suspensos.
- 1990 – O Rei Moshoeshoe II é exilado.
- 1991 – Nova Constituição é promulgada. Regime de exceção é suspenso e atividades políticas voltam a ser permitidas no país.
- 1995 – Em janeiro, o Rei Moshoeshoe II regressa de seu exílio no Reino Unido e reassume o trono.
- 1996 – Rei Moshoeshoe II falece em acidente de automóvel nas montanhas do Lesoto. Segundo recomendação do Conselho de Chefes, o rei Letsie III assume a coroa.
- 1998 – A pedido do Governo lesotiano, SADC envia força de estabilização ao país para viabilizar a posse do governo do Primeiro-Ministro eleito, Pakalitha Mosisili.
- 2007 – O Parlamento é dissolvido e eleições são convocadas antecipadamente.
- 2009 – Crise entre governo e oposição derivada da distribuição de assentos parlamentares das eleições de 2007 é objeto de mediação do Conselho Cristão de Igrejas do Lesoto.

2012 – Coalizão liderada pelo partido *All Basotho Convention* vence eleições parlamentares do país. Tom Thabane é o novo Primeiro-Ministro.

2014 – Alegando "ameaça iminente de golpe de Estado", Tom Thabane suspende atividades do Parlamento. Militares ameaçam derrubar o Primeiro-Ministro, que é forçado a deixar o país e se asilar na África do Sul.

2014 - SADC envia o Vice-Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, para mediar a crise no país, o que resulta na reabertura do Parlamento e no retorno ao poder do Primeiro-Ministro Tom Thabane, mediante compromisso de antecipação das eleições gerais para o início de 2015.

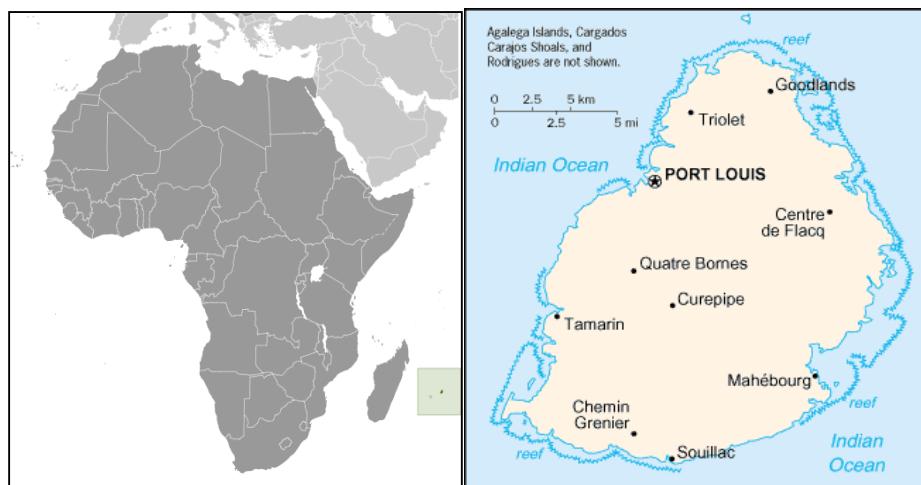
2015 – Eleições antecipadas são realizadas, dando a vitória ao Democratic Congress. O Primeiro-Ministro Pakalitha Mosisili volta ao poder.

Atos bilaterais em vigor

O único ato bilateral entre os dois países, o Acordo Quadro de Cooperação Técnica, assinado em 2010, aguarda publicação de decreto presidencial para sua entrada em vigor.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DE ÁFRICA II**

MAURÍCIO



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Dezembro de 2015**

Dados Básicos	
NOME OFICIAL	República de Maurício
GENTÍLICO	Mauriciano
CAPITAL	Porto Luís (em inglês, <i>Port Louis</i> ; em francês, <i>Port-Louis</i>)
ÁREA	2.040 km ²
POPULAÇÃO	1,286 milhão
LÍNGUA OFICIAL	Não há língua oficial; a Constituição do país dispõe apenas que "a língua oficial da Assembleia Nacional [<i>o Parlamento</i>] será o inglês, mas os parlamentares poderão também usar o francês"
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Hinduístas (52%), católicos (23%), muçulmanos (17%)
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Ameenah Gurib
CHEFE DE GOVERNO	Anerood Jugnauth
MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Etienne Sinatambou
PIB nominal (2014)	US\$ 12,62 bilhões
PIB PPP (2014)	US\$ 23,067 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2014)	US\$ 9.710
PIB PPP <i>per capita</i> (2014)	US\$ 18.290
VARIAÇÃO DO PIB (%, BM)	3,2% (2014); 3,3% (2013); 3,4% (2012); 4,1 % (2011); 4% (2010); 3,0 (2009); 6 % (2008); 6% (2007)
IDH	0,728 (78º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA	73,4 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	87,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	7,8%
UNIDADE MONETÁRIA	Rupia mauriciana
EMBAIXADOR PARA MAURÍCIO	-
EMBAIXADOR PARA O BRASIL	Sooroojdev Phokeer (Residente em Washington)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – *Fonte: MDIC*

BRASIL → MAURÍCIO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	7.616	16.240	8.630	9.387	9.929	11.917	15.065	12.883	34.384	20.955	26.601	24.265
Exportações	3.846	14.614	8.147	6.363	8.350	11.041	14.329	11.734	33.394	19.130	25.215	22.716
Importações	3.769	1.626	483	3.024	1.579	876	736	1.149	990	1.864	1.386	1.548
Saldo	76	12.987	7.664	3.338	6.770	10.165	13.592	10.584	32.403	17.266	23.829	21.167

PERFIS BIOGRÁFICOS**AMEENAH GURIB**
Presidente

Nascida em 1959, Ameenah Gurib-Fakim é especialista em ciência da biodiversidade. Antes de assumir a Presidência, atuou como professora de química orgânica e Vice-Reitora da Universidade de Maurício. Também foi chefe do escritório regional para a África do *International Council for Scientific Union*, além de diretora da empresa *CIDP Research & Innovation*, dedicada à pesquisa da flora nativa de Maurício. É filiada ao partido *Alliance Lepep*.

Após a renúncia do Presidente Rajkesuwur Puryag, em maio de 2015, foi indicada pela Assembleia Nacional, por unanimidade, como a nova Chefe de Estado – a primeira mulher eleita para o cargo na história do país.

**ANEROOD JUGNAUTH**
Primeiro-Ministro

Nascido em 1930, formou-se em Direito em Londres, em 1955. Ingressou na vida política em 1963, como membro da Assembleia Legislativa. Em 1965, participou, como delegado, da Conferência Constitucional em Londres, que negociou a emancipação política de Maurício. No ano seguinte, foi nomeado Ministro do Trabalho, cargo que deixou em 1967 para ser juiz da magistratura.

Afiliou-se ao *Mouvement Militant Mauricien* (MMM), partido no qual militou até 1983, inclusive como líder da oposição no período de 1976 a 1982. Em 1983, fundou o *Mouvement Socialiste Militant* (MSM), do qual é líder até hoje.

Foi Primeiro-Ministro entre 1982 e 1995 e, novamente, entre 2000 e 2003, ano em que foi eleito Presidente da República. Reeleito em 2008, permaneceu no cargo

até 2012, quando renunciou em decorrência de denúncias de corrupção que envolviam seu filho. Retornou ao cargo de Primeiro-Ministro em dezembro de 2014, após vitória nas eleições legislativas de coligação partidária da qual fazia parte o MSM.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República de Maurício foram estabelecidas em 1974 e, embora tradicionalmente distantes (como demonstra, por exemplo, a ausência de atos bilaterais em vigor), contatos entre ambos os países têm-se intensificado nos últimos anos.

Dois dos principais temas de diálogo são o setor açucareiro e a produção de etanol. O país foi afetado pelo litígio brasileiro contra a União Europeia, na OMC, que resultou na proibição aos subsídios à produção açucareira das antigas colônias do continente. Autoridades mauricianas manifestaram reiteradas vezes ao Brasil interesse em receber cooperação no setor, que se reformula para abastecer a África e a Europa com etanol. Também são áreas potenciais de cooperação os setores de pesca e algodão, matéria-prima que o país importa.

Maurício é membro observador da CPLP desde julho de 2006. É justamente no âmbito da promoção e fortalecimento da língua portuguesa que se deu o único projeto de cooperação bilateral: a criação, em 2011, de um programa de leitorado na Universidade de Maurício. Não obstante ter sido bem sucedida, a iniciativa foi suspensa em 2015 por restrições orçamentárias.

O Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico de Maurício visitou o Brasil em julho de 2011, oportunidade em que manteve reuniões nos Ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Social, bem como no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Dois anos depois, em maio de 2013, o então Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, esteve em Maurício, acompanhado de comitiva oficial, para participar do 63º Congresso da FIFA. Em contatos com autoridades mauricianas, propôs cooperação bilateral na área esportiva, que incluiria assinatura de Memorando de Entendimento bilateral para atividades cooperativas nas áreas de futebol, voleibol e basquete.

No campo multilateral, o país tem atendido pedidos de apoio a candidaturas brasileiras, como nos casos das eleições de Roberto Azevêdo para Diretor-Geral da OMC e de José Graziano da Silva para Diretor-Geral da FAO. Na OMC, o país costuma buscar o apoio brasileiro a iniciativas dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, grupo de que faz parte.

POLÍTICA INTERNA

Colônia do Reino Unido desde 1810, Maurício tornou-se independente em 1968. A monarca britânica manteve-se como Chefe de Estado até 1992, ano em que o país se proclamou como república dentro da *Commonwealth*. O sistema de Governo é

parlamentar, em que o Presidente é eleito pela Assembleia Nacional e o Primeiro Ministro indicado pelo partido majoritário.

A população de Maurício é multiétnica, fato que remete tanto à sua colonização diversificada (o território recebeu exploradores de Portugal, Holanda, França e Reino Unido) como às levas de migrantes que desembarcaram no seu território (em especial indianos, que chegam de forma maciça a partir de meados do século XIX). É o único país da África com maioria hindu (48,5% da população), parcela da população com ampla representação política. Desde a independência, o país teve um único Chefe de Governo não hindu, Paul Berenger (2003-2005).

O país é uma democracia multipartidária, com liberdade de expressão e religiosa, bem como reconhecida estabilidade política. Dentre os países africanos, costuma figurar nas primeiras posições nos índices de governabilidade e desenvolvimento humano. Ocupa atualmente, por exemplo, a primeira colocação no Índice Ibrahim de Governança Africana, e o 18º lugar (26 posições à frente do Brasil, dentre 167 países) no índice de democracia da *Economist Intelligence Unit*. São notáveis, ainda, a alta taxa de alfabetização (uma das maiores do mundo em desenvolvimento) e as baixas taxas de infecção por HIV/AIDS.

Em março de 2012, após uma série de denúncias de corrupção envolvendo seu filho, o então Presidente Anerood Jugnauth, do *Mouvement Socialiste Militant*, renunciou ao cargo de Presidente, ocupado interinamente pela Vice-Presidente Monique Ohram Bellepeau, do *Labour Party*. Em junho do mesmo ano, a Assembleia Nacional elegeu Rajkeswur Purryag, também do *Labour Party*, como novo Chefe de Estado.

As eleições legislativas de novembro de 2014 foram vencidas por coalizão partidária da qual fazia parte o *Mouvement Socialiste Militant*, o que permitiu a condução do ex-Presidente Anerood Jugnauth ao cargo de Primeiro Ministro.

A vitória da oposição terminaria por resultar na renúncia do Presidente Rajkesuwur Purryag em maio de 2015, quando Monique Ohram Bellepeau voltou a ocupar interinamente a Presidência. No mês seguinte, por proposta do agora Primeiro-Ministro Jugnauth, a Assembleia Nacional aprovou para a Chefia de Estado, com apoio unânime da oposição, o nome da cientista Ameenah Gurib-Fakim, do partido *Alliance Lepep* (membro da coalizão vitoriosa nas eleições de novembro de 2014).

POLÍTICA EXTERNA

Os laços com as antigas colônias, Reino Unido e França, foram estreitos durante toda a história de Maurício. O país era beneficiário do Acordo de Cotonou (expirado em 2008), que garantia um preço mínimo para o açúcar importado pela União Europeia, elemento fundamental da economia da ilha.

É improvável que o contato com os parceiros tradicionais arrefeça, embora a tendência futura seja buscar o fortalecimento de relações alternativas na política externa, notadamente com a África e com a Ásia.

No campo multilateral, Maurício é membro da União Africana, da *Commonwealth*, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). As relações com os países africanos, sobretudo os do cone sul, são estreitas e sem atritos. Na União Africana, o país atua de forma ativa e apoia iniciativas de paz na região, em especial o estabelecimento de força de paz.

A Índia é, atualmente, o maior parceiro comercial de Maurício, o que reflete a proximidade cultural entre os dois países (como mencionado, parcela majoritária da população local é de origem hindu). Maurício, por sua vez, é a maior fonte de investimentos estrangeiros diretos na Índia, com total acumulado de US\$ 87 bilhões entre 2000 e 2015. Em sua grande maioria, tais recursos são provenientes de empresas estrangeiras que se instalaram em Maurício para investir livremente em território indiano, em decorrência de benefícios estabelecidos em Convenção Bilateral Contra a Dupla Tributação.

O segundo parceiro comercial do país é a China. Trata-se de parceria igualmente importante no âmbito da assistência técnica e da cooperação econômica (empresas chinesas construíram estádio, pontes e o novo terminal aeroportuário do país).

A África do Sul, por sua vez, é hoje o terceiro parceiro comercial da ilha, além de importante parceiro no âmbito da SADC. Maurício vem se aproximando de forma consistente da África do Sul desde o estabelecimento de relações bilaterais, em 1994, após o fim do *apartheid*.

Ainda no contexto africano, também têm sido aprofundadas as relações com o Senegal, sobretudo em decorrência da atuação em Maurício de empresas senegalesas que buscam inserção mais competitiva no mercado europeu.

ECONOMIA

Maurício é tido como país com um das economias mais abertas do mundo. Tem uma população de 1,3 milhão de pessoas e um PIB ppp de cerca de US\$23 bilhões, o que confere ao país uma renda per capita ppp de cerca de US\$ 18 mil. A taxa de desemprego tem se reduzido ao longo dos últimos anos, sendo atualmente de 7,8%. A inflação também tem sido mantida sob controle, tendo ficado em 3,2% em 2014. É um dos poucos países africanos com elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os setores industriais, financeiros e de turismo avançam progressivamente, e os benefícios convertem-se em distribuição de renda cada vez mais equitativa, com melhorias em indicadores de desenvolvimento humano. A agricultura, por sua vez, ainda se reveste de importância para o país, em particular para o setor exportador, e está fortemente baseada no cultivo da cana-de-açúcar (90% da área cultivada).

As exportações respondem por parcela majoritária do PIB nacional, embora sua participação venha em declínio desde a crise financeira de 2008 (de 66% do PIB em

1998 para 55% em 2012). A pauta apresenta grande diversificação, de produtos agrícolas a serviços financeiros e tecnologias de informação e comunicação (TICs). Esse bom desempenho explica-se, em grande parte, pelo *status preferencial* de que gozam as vendas do país em um grande número de mercados. De fato, em 2014 Maurício figurou em 5º lugar no *Enabling Trade Index*, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, que agrupa os países com maior acesso preferencial a outros mercados.

Considerada em sua totalidade, a União Europeia continua sendo o maior destino das vendas externas. Desde a crise econômica de 2008, contudo, o bloco vem perdendo espaço para novos mercados em regiões mais dinâmicas, como Ásia e África (com destaque para a África do Sul).

O investimento estrangeiro no setor bancário é significativo. Cada vez mais empresas "offshore" estabelecem-se em Maurício, mormente para promover intercâmbio comercial com a Índia, a África do Sul e a China.

O país conta, ademais, com uma rede de infraestrutura relativamente avançada em comparação com o resto do continente. Figura na 46ª posição (entre 131 países) da classificação sobre qualidade de infraestrutura do Banco Mundial.

Comércio bilateral

O comércio bilateral cresceu mais de três vezes entre 2003 e 2014, passando de US\$ 7 milhões para mais de US\$ 24 milhões. Historicamente, o saldo da balança comercial tem sido sensivelmente favorável ao Brasil, ainda que o superávit varie de modo drástico.

Em 2014, o saldo brasileiro atingiu US\$ 21 milhões. Os principais grupos de produtos exportados foram calçados, máquinas e aparelhos mecânicos, carnes, pasta de madeira, gorduras e óleos vegetais. A pauta de importação consiste, principalmente, em produtos têxteis, instrumentos de ótica e fotografia e pérolas naturais ou cultivadas.

Cronologia das Relações Bilaterais

1974 – Brasil e Maurício estabelecem relações diplomáticas

2011 – Visita do Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico de Maurício ao Brasil

2012 – Visita do Vice-Primeiro-Ministro de Maurício ao Brasil

2013 – Visita do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, a Maurício

Cronologia do País

1498 - Exploradores portugueses chegam em Maurício, durante viagem de Vasco da Gama ao redor do Cabo da Boa Esperança;

1598 – Holanda reivindica posse da ilha desabitada e a batiza em homenagem a seu chefe de Estado, Maurício, Príncipe de Orange e conde de Nassau;

1715 – França clama soberania sobre a ilha, e a renomeia Ile de France;

1810 - Forças britânicas derrotam França e tomam controle de Maurício;

1820 – Trabalhadores indianos começam a chegar em Maurício como mão-de-obra para as plantações de cana-de-açúcar;

1968 – Independência nacional. A monarca britânica mantém-se como Chefe de Estado;

1982 - Anerood Jugnauth é eleito Primeiro-Ministro, cargo que ocupará até 1995;

1992 – Adoção do regime republicano;

1995 - Navin Ramgoolam é eleito Primeiro-Ministro;

2000 – Maurício ocupa assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas pela primeira vez;

2000 - Anerood Jugnauth volta ao cargo de Primeiro-Ministro;

2003 - Anerood Jugnauth é eleito Presidente da República; o novo Primeiro-Ministro é Paul Berenger, o primeiro Chefe de Governo não hindu da ilha;

2005 - Navin Ramgoolam volta ao cargo de Primeiro-Ministro;

2008 - Anerood Jugnauth é reeleito Presidente da República;

2012 – Anerood Jugnauth renuncia ao cargo; Rajkeswur Purryag torna-se o novo Presidente

2014 – Anerood Jugnauth volta a assumir o cargo de Primeiro Ministro

2015 - Rajkeswur Purryag renuncia à Presidência e é substituído por Ameenah Gurib-Fakim, a primeira mulher a ser eleita para o cargo na história do país.

Atos bilaterais em vigor

Não há atos bilaterais em vigor.

Aviso nº 106 - C. Civil.

Em 1º de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 18, de 2016

(Nº 60/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional.

Os méritos da Senhora Mitzi Gurgel Valente da Costa que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de março de 2016.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00057/2016 MRE

Brasília, 24 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA**

CPF.: 533.382.867-91

ID.: 7559 MRE

1953 Filha de Murillo Gurgel Valente e Roseny Gurgel Valente, nasce em 2 de maio, em Ottawa, Canadá (brasileira de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1975 Biologia pela Universidade da Califórnia em Los Angeles/EUA
1978 CPCD - IRBr
1984 CAD – IRBr
2000 CAE - IRBr Tese: Política de Doação de Alimentos. Uma linha de Ação Diplomática

Cargos:

1978 Terceira-Secretária
1980 Segunda-Secretária
1987 Primeira-Secretária, por merecimento
1994 Conselheira, por merecimento
2002 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2009 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1978-79 Coordenadoria Técnica, assistente
1979-80 Departamento de Comunicações e Documentação, assessora
1980-83 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente
1983-85 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Adjunta
1985-88 Consulado em Sydney, Encarregada do Consulado
1988-89 Departamento de Comunicações e Documentação, assessora
1989-91 Divisão de Documentação, Chefe
1991-94 Embaixada em Copenhague, Primeira-Secretária
1994 Departamento do Serviço Exterior, assessora
1994 Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, Chefe
1995-97 Delegação junto à ALADI, Montevidéu, Conselheira
1995 Conferência do IV Forum Euro Latino-Americano, Montevidéu, Chefe de delegação
1996 XX Reunião Ordinária da Conferência de Reunião Especial de Turismo no âmbito do Mercosul, Montevidéu, Chefe de delegação
1996 XX Reunião Ordinária da Conferência de Ministros de Transportes, Comunicações e Obras Públicas da América do Sul, Montevidéu, Chefe de delegação
1996 XX Reunião Ordinária da Conferência de Reunião Especial de Turismo no âmbito do Mercosul, Montevidéu, Chefe de delegação
1997-2001 Embaixada em Roma, Conselheira
1998-2000 30ª e 31ª Reunião do Grupo Intergovernamental de Fibras Duras, Roma, Chefe de delegação
1998-2000 V e VI Sessão do Comitê sobre Medidas Fitossanitárias, Roma, Chefe de delegação (1998 e 2000)

1998	1a e 2a. Sessões do GT Técnico Intergovernamental para Recursos Genéticos Animais, Roma, Chefe de delegação
1998	Painel de Peritos para a Preparação da Estratégia Global para Recursos Genéticos Animais, Roma, Chefe de delegação
2000	29a. Sessão da Reunião Intergovernamental sobre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, Roma, Chefe de delegação
2001-04	Divisão do Meio Ambiente, Chefe
2001	I e II Reunião do GT Ad Hoc sobre Acesso e Repartição de Benefícios da Convenção sobre Diversidade Biológica, Bonn e Montreal, Chefe de delegação
2001-02	II e III Reunião do Comitê Intergovernamental do Protocolo de Cartagena, Nairobi e Haia, Chefe de delegação
2001	Conferência Internacional sobre Água Doce, Bonn, Chefe de delegação
2002-03	I e II Reunião Ministerial de Países Megadiversos Afins, Cancún e Cuzco, Chefe de delegação
2002	I Reunião das Partes da Convenção Interamericana para a Proteção de Tartarugas Marinhas, São José, Chefe de delegação
2002	IX Reunião das Partes da Convenção CITES, Santiago, Chefe de delegação
2002	XIII Reunião das Partes da Convenção Ramsar, Valência, Chefe de delegação
2003	III Fórum Mundial da Água, Quioto, Chefe de delegação
2003-04	III e IV Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, Genebra, Chefe de delegação
2003	XI Reunião das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, Havana, Chefe de delegação
2003	II Reunião do GT sobre o Artigo 8j da Convenção sobre Diversidade Biológica, Montreal, Chefe de delegação
2004	VII Reunião das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, I Reunião da COP/MOP do Protocolo de Cartagena Kuala Lumpur, Chefe de delegação
2004-07	Embaixada em Londres, Ministra-Conselheira
2004	1ª Reunião do Grupo de Peritos sobre os Termos do Acordo sobre Transferência de Material, Bruxelas, Chefe de Delegação
2005	3ª Reunião do GT sobre Acesso a Recursos Genéticos, Bangkok, Chefe de delegação
2007-11	Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos, Diretora
2007	XIX Reunião do Fórum Especializado Migratório da Reunião de Ministros do Interior do Mercosul e Estados Associados, Assunção, Chefe de delegação
2007	VII Conferência Sul-Americana sobre Migrações, Caracas, Chefe de delegação
2008	I Fórum Ibero-Americanos sobre Migração e Desenvolvimento, Cuenca, Equador, Chefe de delegação
2011-	Embaixada em Mascate - Embaixadora

Condecorações:

2003	Medalha Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
------	---

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros
Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços
Divisão de Negociações de Serviços

ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2016**

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)
Países membros:	191 países
Ano de fundação:	1944
Ano de adesão do Brasil:	1944 (membro fundador)
Sede:	Montreal (Canadá)
Principais órgãos:	Assembleia-Geral, Conselho e Secretariado.
Principais chefias:	Presidente do Conselho: Sr. Olumuyiwa Benard Aliu (Nigéria), mandato 2014-2016. Secretária-Geral da OACI: Sra. Fang Liu (China), mandato 2015-2018.
Representante da OACI no Brasil:	Não há representante residente no Brasil. O Escritório Regional da OACI para América do Sul tem sede em Lima, Peru, e é atualmente chefiado pelo Sr. Franklin Hoyer (Brasil).

Informação elaborada em 10 de fevereiro de 2016, por Andrezza Brandão Barbosa. Revisada por George de Oliveira Marques.

Perfis biográficos

Presidente do Conselho da OACI Olumuyiwa Benard Aliu (Nigéria)



Olumuyiwa Benard Aliu é o quinto e atual Presidente do Conselho da OACI. Foi representante da Nigéria no Conselho de janeiro de 2005 a dezembro de 2013. Ocupou os cargos de primeiro vice-presidente desse órgão regulador e presidente dos comitês de cooperação técnica e de finanças. Foi também presidente do grupo de trabalho do conselho sobre governança e eficiência (WGGE) e presidente do Comitê executivo do plano de execução regional integral para a segurança operacional da aviação na África (Plano AFI).

Academicamente, é engenheiro de manutenção de aeronaves com múltiplas classificações e instrutor de sistemas de manutenção de segurança (SMS) certificado pela OACI. Tem diploma de administração de aviação da Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA), assim como certificado de pós-graduação em Direito Aeronáutico e Espacial pela universidade de McGill, Canadá. Em 1983, Aliu obteve mestrado em engenharia aeronáutica no Instituto de Engenheiros de Aeronáutica Civil de Kiev. Em 1987 obteve doutorado na mesma instituição.

Aliu possui 30 anos de experiência profissional na aviação civil. Ocupou diversos cargos nas áreas de supervisão da segurança operacional, regulamentação econômica e negociação de acordos bilaterais e multilaterais, incluindo os cargos de Chefe de inspeções de aeronavegabilidade, Diretor de regulamentação do transporte aéreo e Assessor Técnico do Ministro de Aviação. Participou da formulação da política nacional de aviação civil da Nigéria e conduziu o desenvolvimento da Política Africana de Aviação Civil (AFCAP) sob os auspícios da União Africana. Desde 1998 tem participado de todos os períodos das sessões da Assembleia da OACI e presidiu numerosas reuniões internacionais, incluindo a Conferência da OACI sobre combustíveis alternativos na aviação, realizada em 2009.

Secretária-Geral da OACI

Fang Liu (China)



Fang Liu foi nomeada Secretária-Geral da OACI para o triênio 2015-2017. Antes de sua nomeação como Secretária-Geral, Liu ocupou o cargo de Diretora de administração e serviços (ADB) da OACI durante oito anos. Ao longo de seu mandato, participou do Comitê de Alto Nível sobre Gestão do Sistema das Nações Unidas. Dedicou-se aos temas ligados à administração da OACI, buscando aperfeiçoar a governança e a eficiência de áreas como recursos humanos, serviços de idiomas e serviços de tecnologias da informação.

Antes de chegar à OACI, Liu trabalhou na Administração Geral de Aviação Civil da China (AACC) onde, ao longo de 20 anos, desempenhou os cargos de Assessora jurídica, Diretora Adjunta e Diretora Geral Adjunta no Departamento de Assuntos Internacionais e Cooperação. Foi responsável pela política de regulamentação do transporte aéreo internacional da China e das relações bilaterais e multilaterais com organizações internacionais e regionais incluindo a OACI, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Área de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), a União Europeia e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Durante sua carreira na AACC, Liu foi eleita presidente do grupo de especialistas sobre aviação da APEC e foi designada pela China para integrar o Grupo de especialistas da OACI sobre regulamentação do transporte aéreo. Também desempenhou foi negociadora principal do Governo chinês de acordos bilaterais e multilaterais de transporte aéreo com outros países.

Liu doutorou-se em Direito Internacional na Universidade de Wuhan, China, após conclusão do mestrado em Direito Aeronáutico e Espacial na Universidade de Leiden, Países Baixos. Atualmente, é Diretora da Associação de Direito Aeronáutico da China e da Associação de Direito Internacional Privado da China. Publicou artigos e foi palestrante em Conferências sobre diversos temas da regulamentação do

transporte aéreo internacional e direito aeronáutico. Fala chinês, inglês e possui conhecimentos de francês.

Dados Gerais

A Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) foi criada pela Convenção de Chicago, realizada em 1944, nos Estados Unidos. Com sede em Montreal, Canadá, tem escritórios em todos os continentes. O órgão é ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) e conta atualmente com 191 países-membros. Entre seus principais objetivos cabe destacar: o fomento à segurança contra atos de interferência (*security*) e à segurança de voo (*safety*), proteção ao meio ambiente, aperfeiçoamento das operações aéreas e fortalecimento da legislação relacionada à aviação civil.

Histórico

Com o acelerado desenvolvimento da aviação durante a Segunda Guerra Mundial, sentiu-se a necessidade de regulamentar a aviação civil internacional. No início de 1944, o governo dos Estados Unidos consultou outras nações sobre esse assunto e convidou 55 países para que se reunissem na cidade de Chicago, em novembro daquele ano, a fim de discutir o futuro da aviação civil. Durante cinco semanas, delegados de 52 países, entre eles o Brasil, estudaram os problemas da aviação civil internacional. O resultado foi a Convenção sobre Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago), instrumento que estabelece os princípios e regulamenta todos os aspectos da aviação civil internacional.

A Convenção de Chicago foi ratificada em 26 de março de 1946 e sua promulgação ocorreu por meio do Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946. Em seus 96 artigos e 18 Anexos, estabelece os princípios gerais do Sistema de Aviação Civil Internacional, utilizados até os dias atuais. Prevê os direitos e as obrigações de todos os Estados Contratantes, sugere a adoção de normas e métodos internacionais recomendados (*Standards and Recommended Practices - SARPs*) para regular a navegação aérea, recomenda aos Estados Contratantes que estabeleçam serviços e instalações de navegação aérea e propõe que se facilite o transporte aéreo mediante a redução de trâmites alfandegários e de imigração. A Convenção reconhece o princípio da soberania exclusiva e absoluta de todo Estado sobre o espaço aéreo correspondente a seu território e estabelece que não se poderá explorar nenhum serviço aéreo internacional regular sobre o território de um Estado Contratante ou para o interior deste sem o seu consentimento prévio.

A Convenção de Aviação Civil Internacional entrou em vigor no dia 4 de abril de 1947, quando foi atingido o número de ratificações necessárias (26 Estados). Antes disso, entre agosto de 1945 e abril de 1947, permaneceu em operação uma

Organização Internacional Provisória de natureza técnica e consultiva com propósitos de colaboração no campo da aviação civil internacional nomeada Organização Provisória de Aviação Civil Internacional (OPACI).

Desde o começo das atividades da OPACI/OACI, foi definido o serviço de Secretariado, especialmente no campo tecnológico, com a finalidade de cobrir duas atividades principais:

- Aplicação de regras gerais e regulamentações relativas a treinamento e licenciamento de pessoal aeronáutico, tanto para trabalhos no ar quanto no solo; sistemas de comunicação e procedimentos; regras para o sistema de controle de tráfego aéreo e práticas aéreas; requerimentos de aeronavegabilidade para aeronaves de navegação aérea internacional, bem como a sua identificação e registro; meteorologia aeronáutica, mapas e gráficos. Por razões óbvias, esses aspectos requeriam uniformidade em escala mundial, uma vez que a navegação aérea se tornava uma possibilidade real. As atividades em tela, portanto, tiveram que de ser tratadas por um órgão central, na sede da OACI, mantendo todas as informações num só lugar, para facilitar o desenvolvimento e evitar problemas.
- Aplicação prática dos serviços de navegação aérea e facilitação dos Estados para sua implementação coordenada em áreas específicas onde condições de funcionamento e outros parâmetros considerados relevantes pudessem ser comparados.

Para cumprir o último objetivo, foi acordado subdividir a superfície da terra em regiões com distintos e específicos problemas de navegação de naturezas semelhantes.

Um exemplo típico deste processo é ilustrado por uma comparação entre a "Região do Atlântico Norte (NAT)", onde a preocupação principal com navegação é relativa a voos internacionais de longo alcance, e a "Europa-mediterrânia (EUR)", onde a coordenação das operações trans-europeias com voos domésticos e o tráfego internacional de curto alcance constituem o maior problema.

Uma vez criadas as regiões, foi necessário providenciar órgãos capazes de ajudar os Estados na resolução dos seus problemas de acordo com suas especificidades regionais. Foi acordada, portanto, para melhor alcançar esses objetivos, a criação de Escritórios Regionais a serem localizados nas próprias regiões ou o mais perto possível da região de atuação.

Como resultado, a OACI adotou os conceitos de Regiões e de Escritórios Regionais, acordando que todas as atividades deveriam funcionar dentro de suas regiões, desde

que não entrassem em conflito com as atividades mundiais da Organização. Reconheceu-se, também, que tais atividades poderiam variar de região para região, levando em conta o ambiente econômico, técnico ou social da região em questão.

Finalidades

A Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) tem como principais objetivos o desenvolvimento dos princípios e das técnicas de navegação aérea internacional e a organização e o progresso dos transportes aéreos, de modo a favorecer a segurança, a eficiência, a economia e o desenvolvimento dos serviços aéreos. Além de estudar problemas técnicos, jurídicos e econômicos relativos ao transporte aéreo internacional, desenvolve um trabalho importante no campo da assistência técnica, ao buscar organizar e dar maior eficiência aos serviços de infraestrutura aeronáutica nos países em desenvolvimento. Essa assistência é prestada por meio de equipes de especialistas, enviados aos diversos países para organizar e orientar a operação dos serviços técnicos indispensáveis à aviação civil, e de bolsas de estudo para cursos de especialização.

As finalidades estatutárias da OACI são desenvolver princípios e técnicas de navegação aérea internacional, bem como fomentar a organização e o crescimento do transporte aéreo internacional. Para consecução dessas finalidades a Organização deverá:

- a) assegurar o desenvolvimento seguro e ordenado da aviação civil internacional;
- b) fomentar técnicas de desenho e utilização de aeronaves para fins pacíficos;
- c) estimular a utilização do espaço aéreo, das instalações aeroportuárias e dos serviços de navegação aérea para a aviação civil internacional;
- d) atender à necessidade de um transporte aéreo seguro, regular, eficaz e econômico;
- e) evitar desperdício econômico em razão da concorrência excessiva;
- f) assegurar que os Estados membros tenham seus direitos respeitados e que cada país tenha a oportunidade de explorar empresas de transporte aéreo internacional;
- g) evitar a discriminação entre os Estados membros;
- h) promover a segurança de voo na navegação aérea internacional; e
- i) impulsionar o desenvolvimento da aeronáutica civil internacional em todos os seus aspectos.

Atualmente, a OACI trabalha para alcançar sua visão de desenvolvimento seguro e sustentável da aviação civil por meio da cooperação entre os seus Estados membros.

Para implementar essa visão, estabeleceu os seguintes objetivos estratégicos para o período 2005-2010:

1. Segurança contra atos ilícitos (*security*) - Melhorar a segurança global da aviação civil;
2. Segurança de voo (*safety*) - Melhorar a segurança global da aviação civil;
3. Proteção ao Meio Ambiente - Minimizar os efeitos prejudiciais da aviação civil mundial sobre o meio ambiente;
4. Eficiência – Melhorar a eficiência das operações da aviação;
5. Continuidade - Manter a continuidade das operações da aviação; e
6. Estado de Direito - Reforçar a legislação que rege a aviação civil internacional.

Estrutura

De acordo com os termos da Convenção de Chicago, a OACI é composta por uma Assembleia, um Conselho de associação limitada com vários órgãos subordinados e um Secretariado. Seus diretores são o Presidente do Conselho e Secretário-Geral.

ASSEMBLEIA

Poder máximo da Organização. Fixa as diretrizes que a orientam, assim como analisa o trabalho realizado no período anterior e planeja as atividades para os três anos seguintes. É constituída por todos os Estados contratantes, contando atualmente com 191 Estados Membros, que se reúnem a cada três anos e, extraordinariamente, em qualquer época, por convocação do Conselho ou a pedido de dez Estados Contratantes.

Cada Estado Contratante tem direito a um voto, e as decisões são tomadas por maioria simples, salvo disposição da Convenção de Chicago em contrário.

CONSELHO

Órgão executivo da OACI, de caráter permanente, composto atualmente por 36 Estados-membros, cujos delegados dirigem a Organização em nível político. São eleitos a cada triênio, durante a realização da Assembleia da Organização, obedecendo a três categorias: os Estados de maior de importância no transporte aéreo, os Estados que fazem a maior contribuição aos serviços de navegação aérea internacional e os Estados que irão garantir maior representatividade geográfica regional.

Como órgão regulador, o Conselho dirige o trabalho da Organização e dispõe de órgãos que se reportam a ele (Comissão de Navegação Aérea e os Comitês de Transporte Aéreo, de Finanças, de Cooperação Técnica, de Interferência Ilícita e de Ajuda Coletiva para os Serviços de Navegação Aérea).

O Conselho adota os SARPs (Normas e Práticas Recomendadas) a serem incluídos nos Anexos da Convenção de Chicago; atua como árbitro no caso de litígios entre Estados Contratantes em situações que possam prejudicar o desenvolvimento da navegação aérea internacional; e, em caráter geral, toma as medidas necessárias para manter a segurança e a regularidade do transporte aéreo internacional.

A eleição para o cargo de Presidente do Conselho é realizada na primeira sessão do Conselho, após a reunião da Assembleia.

Para o triênio 2011-2013, foram eleitos membros do Conselho, nos termos do artigo 50 da Convenção de Chicago, os 36 países a seguir:

Grupo I (11 Estados de maior importância no Transporte Aéreo)

Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia.

Grupo II (12 Estados que mais contribuem para prover instalações e serviços para a Navegação Aérea Civil Internacional)

África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Bélgica, Cingapura, Colômbia, Dinamarca, Egito, Espanha, Índia, México e Nigéria.

Grupo III (13 Estados que asseguram a representação geográfica no Conselho)

Burkina Faso, Camarões, Coréia do Sul, Cuba, Emirados Árabes Unidos, Eslovênia, Guatemala, Malásia, Marrocos, Paraguai, Peru, Suazilândia e Uganda.

É importante ressaltar a representatividade latino-americana e do Caribe no Conselho. São oito Estados, ocupando os seguintes assentos:

No Grupo I: Brasil, eleito e reeleito desde a criação da Organização;

No Grupo II: Argentina, Colômbia e México;

No Grupo III: Cuba, Guatemala, Paraguai e Peru, que representam grupos de Estados de suas respectivas regiões (Caribe, América Central, América do Sul), cujos países se alternam na representação.

Estrutura do Conselho:

O Conselho da OACI é composto por 6 órgãos técnicos: Comissão de Navegação Aérea; Comitê de Transporte Aéreo; Comitê de Ajuda Coletiva para os Serviços de Navegação Aérea; Comitê de Finanças; Comitê sobre Interferência Ilícita na Aviação Civil Internacional e suas Instalações e Serviços; e Comitê Jurídico.

- Comissão de Navegação Aérea – é responsável pelos assuntos técnicos relacionados com a segurança operacional (*safety*) e com a proteção do meio ambiente. O colegiado é formado por 19 especialistas com qualificações e experiência apropriadas na ciência e na prática aeronáuticas. Os membros dessa Comissão são eleitos pelo Conselho entre os indicados pelos Estados Contratantes;
- Comitê de Transporte Aéreo – trata de questões que têm reflexos nos interesses comerciais das empresas aéreas, assuntos econômicos da navegação aérea internacional;
- Comitê de Ajuda Coletiva para os Serviços de Navegação Aérea – visa a apoiar os Estados mais carentes na melhoria de seus serviços de apoio à Aviação Civil Internacional;
- Comitê de Finanças – trata do planejamento e controle dos gastos da Organização, que depende da contribuição dos Estados;
- Comitê sobre Interferência Ilícita na Aviação Civil Internacional e suas Instalações e Serviços – trata do desenvolvimento de métodos para melhorar a segurança contra atos que ponham em risco a aviação civil, ou seja, *security*.
- Comitê Jurídico – trata do estudo e desenvolvimento de novos Instrumentos jurídicos do interesse da coletividade dos Estados, bem como do aperfeiçoamento dos já existentes.

Esses órgãos técnicos, com exceção da Comissão de Navegação Aérea, que atua de modo permanente, trabalham de modo intermitente e são compostos por representantes dos Estados. Tais órgãos mantêm permanente ligação com seus correspondentes que operam na estrutura do Secretariado.

Dos 18 Anexos à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, 16 referem-se a questões de navegação aérea.

Cabe à Comissão de Navegação Aérea:

- Discutir e preparar os Padrões de Normas e Práticas Recomendadas (SARP) a serem submetidos ao Conselho para análise, adoção e posterior inclusão nos Anexos à Convenção; e
- Examinar, coordenar e planejar o programa técnico da OACI em matéria de Navegação Aérea.

Ressalte-se que, diferentemente dos representantes no Conselho, os especialistas que compõem a Comissão de Navegação Aérea atuam a título pessoal.

SECRETARIADO

Órgão operacional-administrativo da OACI ao qual está vinculado o corpo de funcionários da OACI. Diferentemente dos dois órgãos anteriores, o Secretariado não é composto por Estados e, sim, por pessoas físicas, indicadas pelos Estados. Portanto, enquanto uma opinião dada na Assembleia e no Conselho é uma posição de um Estado, uma opinião dada no âmbito do Secretariado é considerada uma posição individual, sem necessariamente representar a opinião do Estado de nacionalidade do indivíduo.

O Secretário-Geral possui sob a sua chefia o “Gabinete do Secretário-Geral”, diretamente responsável pela gestão e desempenho no trabalho eficaz das atividades atribuídas a esse Gabinete relacionadas com as Relações Externas e Informação Pública; Finanças; Programas de Avaliação; Auditoria e Gestão de Revisão e dos Assuntos Regionais, incluindo o funcionamento dos sete escritórios regionais.

Estrutura do Secretariado:

O Secretariado é composto por 5 Bureaux: Bureau de Navegação Aérea; Bureau de Transporte Aéreo; Bureau Jurídico; Bureau de Assistência Técnica/Administração; e Bureau de Serviços.

- Bureau de Navegação Aérea – desenvolve estudos técnicos para a Comissão de Navegação Aérea, bem como Padrões de Normas e Práticas Recomendadas (SARP), relacionadas com segurança, regularidade e eficiência na navegação aérea internacional para o Conselho;
- Bureau de Transporte Aéreo – Providencia assistências especializadas exigidas pela Assembleia, Conselho, Comitê de Transportes Aéreos (ATC), Comissão da Interferência Ilícita (UIC), Comissão Mista de Apoio de Serviços de Navegação Aérea (JSC) e por conferências especializadas de divisões, de painéis e de grupos de reuniões trabalhistas que podem ser convocadas no campo dos transportes aéreos;
- Bureau de Assuntos Jurídicos e Relações Externas – presta aconselhamento e assistência à Secretaria-Geral e por meio desta, também aos diversos órgãos da Organização e Estados-membros da OACI, em matéria constitucional, administrativa e processual e, também, sobre problemas de direito internacional, aéreo, comercial, trabalhista e afins. Isso inclui pesquisas e estudos no campo do direito aéreo internacional público e privado sobre itens do Programa Geral de Trabalho do Comitê Jurídico, bem como a preparação da documentação para o Comitê Jurídico, para conferências diplomáticas, para o Conselho, para órgãos subordinados ao Conselho e para a Assembleia. O Gabinete Jurídico é responsável pelas funções de depositário da OACI em vários tratados, bem como pelo registro de acordos nos termos dos artigos 81 e 83 da Convenção de Chicago. As funções do Departamento Jurídico também incluem a cooperação e coordenação de atividades legais com as Nações Unidas e outras organizações internacionais;
- Bureau de Cooperação Técnica – auxilia na execução dos projetos com neutralidade, transparência e objetividade; e
- Bureau de Assistência Técnica/Administração e Serviços – é responsável por fornecer apoio administrativo, como exigido pela Organização, relacionado a pessoal, linguagem e publicações; serviços de conferência e escritório; tecnologias da informação e comunicação; registro, distribuição e vendas; Web, biblioteca e arquivos; Assembleia, Conselho e gestão de qualidade.

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

Fora da Sede, a OACI conta com 7 escritórios regionais, que cuidam dos interesses da Organização nas diferentes regiões do mundo e são bases de apoio ao planejamento e instalação, conforme preconizado pela Organização, da infra-estrutura necessária às operações do transporte aéreo internacional:

- Escritório da África Oriental e Sul da África, situado em Nairóbi, Quênia;
- Escritório da África Ocidental e da África Central, situado em Dacar, Senegal;
- Escritório da Ásia e do Pacífico, situado em Bangkok, Tailândia;
- Escritório da Europa e do Atlântico Setentrional, situado em Paris, França;
- Escritório da América do Norte, América Central e do Caribe, situado na Cidade do México, México;
- Escritório do Oriente Médio, situado no Cairo, Egito; e
- Escritório da América do Sul, situado em Lima, Peru.

ORÇAMENTO E CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS

As escalas de contribuição financeiras dos membros da OACI são calculadas por fórmula que usa estatísticas recebidas da ONU do Produto Interno Bruto (PIB) dos países e dados de aviação recebidos do Bureau de Transporte Aéreo.

A proposta de orçamento da Organização para o triênio 2017-2019 de será debatida na próxima Sessão do Conselho. De acordo com essa proposta, o orçamento da OACI para o triênio 2017-2019 somaria CAD 310,9 milhões, o que implicaria aumento anual de 1,49% do total da contribuição dos Estados em relação às contribuições do ano de 2016.

Nesse sentido, a contribuição do Brasil para o triênio 2017-2019 seria de CAD 8.508.772. Esse valor representa um aumento de 38,18% (CAD 2.351.467) em relação à contribuição do Brasil para o triênio em 2014-2016, que foi de CAD 6.157.305. A proporção da contribuição brasileira no total do orçamento da organização passaria dos atuais 2,31% para 2,94%, uma diferença de 0,63%.

Os dez maiores contribuintes da OACI no triênio 2014-2016 foram, na ordem, Estados Unidos, Japão, Alemanha, China, Reino Unido, França, Itália, Canadá, Espanha e Brasil. Os dez maiores contribuintes da OACI triênio 2017-2019 seriam Estados

Unidos, China, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Brasil, Itália, Canadá e Coréia do Sul. Dessa forma, o Brasil, atualmente o décimo maior contribuinte, passaria a ser o sétimo maior, ultrapassando Canadá, Itália e Espanha. É visível o salto da China, que passaria de quarto a segundo maior contribuinte, um acréscimo significativo tanto em termos proporcionais (de 5,83 para 7,96% de participação no orçamento) quanto absolutos (de CAD 15 milhões para CAD 23 milhões). Embora sua participação no orçamento decairia de 22.07% em 2014-2016 para 20.24% em 2017-2019, os Estados Unidos permaneceriam como contribuinte número um da OACI, com expressiva distância do segundo maior.

Os dados evidenciam a dependência financeira da OACI em relação ao dez maiores contribuintes, responsáveis por cerca de 64,97% das contribuições de 2014-2016 e 60,67% das contribuições de 2017-2019.

O BRASIL NA OACI

O Brasil tem sido extremamente atuante na OACI e vem fazendo parte do Primeiro Grupo do Conselho desde a sua criação, em 1944. A posição do Brasil é de liderança, justificada pela imponência do país no transporte aéreo internacional. É de notar o longo histórico de atuação do Brasil, que participa ininterruptamente do Conselho desde a criação da OACI, além de integrar os Comitês de Transporte Aéreo, Finanças, Cooperação Técnica, Proteção Ambiental, Jurídico e diversos painéis. Cabe ressaltar, ademais, a presença de 9 brasileiros no Secretariado da Organização.

Aviso nº 107 - C. Civil.

Em 1º de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL

Término de prazo

Encerrou-se em 3 de março o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 2015.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL**Adoção de medidas provisórias**

A Senhora Presidente da República adotou, em 1º de março de 2016, e publicou no Diário Oficial da União do dia 02 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 713 de 2016.

"Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a remessa de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviços, treinamento ou missões oficiais, e dá outras providências".

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a composição da Comissão Mista:

SENADORES

TITULARES SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)

Paulo Rocha 1. Telmário Mota

Acir Gurgacz 2. Lindbergh Farias

Walter Pinheiro 3. Fátima Bezerra

Bloco da Maioria (PMDB/PMB)

Eunício Oliveira 1.

Hélio José 2.

3.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima 1. Paulo Bauer

Ronaldo Caiado 2. José Agripino

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

Antônio Carlos Valadares 1. Vanessa Grazziotin

José Medeiros 2. Randolfe Rodrigues

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Fernando Collor 1. Eduardo Amorim

Wellington Fagundes 2. Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)
Benedito de Lira 1. Omar Aziz

DEPUTADOS
TITULARES SUPLENTES

Bloco PP/ PTB/ PSC/ PHS
André Moura 1. Arnaldo Faria de Sá
Marcelo Aro 2. Wilson Filho

Bloco PR/PSD/PROS
Herculano Passos 1. Wellington Roberto
2.

Bloco PMDB/ PEN
Marinha Raupp 1. Marcos Rotta
Washington Reis 2. Newton Cardoso Júnior

PT
Afonso Florence 1. Benedita da Silva
Ságuas Moraes 2. Moema Gramacho

PSDB
Otávio Leite 1.

PSB
Fernando Coelho Filho 1. Paulo Foletto

Bloco PRB / PTN / PMN / PTC / PTdoB / PSL
Celso Russomanno 1. Marcelo Squassoni

PMB
Carlos Henrique Gaguim 1. Brunny

PDT*
Weverton Rocha 1. Damião Feliciano

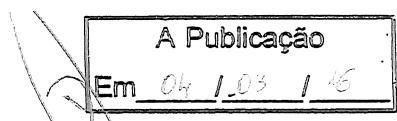
* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
É o seguinte o calendário:

- Publicação no DOU: 02/03/2016
- Designação da Comissão: 04/03/2016
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: até 08/03/2016 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 16/04/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 30/04/2016 (a prorrogar)

São os seguintes os ofícios das lideranças:



Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PR



Of. nº 040/2016 – LidPR

Brasília, 02 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

Assunto: Indicação de membro suplente da Comissão Mista 713/2016.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Wellington Roberto (PR/PB) para membro suplente na Comissão Mista 713, de 1º.03.2016, que altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a remessa de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviços, treinamento ou missões oficiais, e dá outras providências.

Respeitosamente,

Deputado Maurício Quintella Lessa
Líder do Bloco – PR/PSD/PROS



Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PR

A Publicação

Em 04/03/16

Of. nº 044/2016 – LidPR

Brasília, 02 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

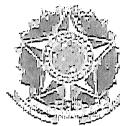
Assunto: Indicação de membro titular da Comissão Mista 713/2016.

Senhor Presidente,

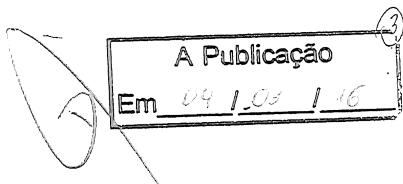
Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Herculano Passos (PSD/SP) para membro titular na Comissão Mista 713, de 1º.03.2016, que altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a remessa de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviços, treinamento ou missões oficiais, e dá outras providências, na vaga do PSD.

Respeitosamente,

Deputado Maurício Quintella Lessa
Líder do Bloco – PR/PSD/PROS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB



Of. nº 108 /2016/PSDB

Brasília, 02 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

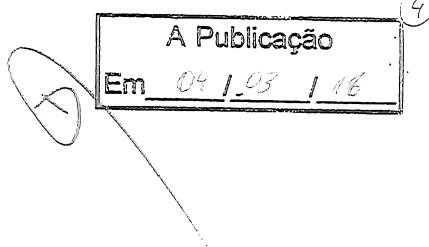
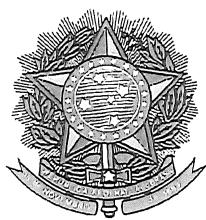
Assunto: Indicação de Membro de Comissão.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **OTAVIO LEITE**, como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 713/16, que altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a remessa de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviços, treinamento ou missões oficiais, e dá outras providências.

Respeitosamente,

Deputado **ANTONIO IMBASSAHY**
Líder do PSDB



OF/GAB/I/Nº 132

Brasília, 04 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do Bloco PMDB, PEN, que comporão a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 713/2016, que "Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a remessa de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviços, treinamento ou missões oficiais, e dá outras providências".

TITULARES

MARINHA RAUPP
WASHINGTON REIS

SUPLENTES

MARCOS ROTTA
NEWTON CARDOSO JÚNIOR

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Deputado **LEONARDO PICCIANI**
Líder do Bloco **PMDB, PEN**

A Senhora Presidente da República adotou, em 1º de março de 2016, e publicou no Diário Oficial da União do dia 2 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 714 de 2016.

“Extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária e altera a Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, e a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986”.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a composição da Comissão Mista:

SENADORES

TITULARES SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)

Paulo Rocha 1. Telmário Mota

Acir Gurgacz 2. Lindbergh Farias

Walter Pinheiro 3. Fátima Bezerra

Bloco da Maioria (PMDB/PMB)

Eunício Oliveira 1.

Hélio José 2.

3.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima 1. Paulo Bauer

Ronaldo Caiado 2. José Agripino

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

Antônio Carlos Valadares 1. Vanessa Grazziotin

José Medeiros 2. Randolfe Rodrigues

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Fernando Collor 1. Wellington Fagundes

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)

Benedito de Lira 1. Sérgio Petecão

Omar Aziz 2.

DEPUTADOS

TITULARES SUPLENTES

Bloco PP/ PTB/ PSC/ PHS

André Moura 1. Arnaldo Faria de Sá

Marcelo Aro 2. Wilson Filho

Bloco PR/PSD/PROS

Clarissa Garotinho 1. Wellington Roberto

2.

Bloco PMDB/ PEN
Newton Cardoso Júnior 1. Celso Maldaner
Veneziano Vital do Rêgo 2. Hildo Rocha

PT
Afonso Florence 1. Benedita da Silva
Ságuas Moraes 2. Moema Gramacho

PSDB
Paulo Abi-Ackel 1.

PSB
Fernando Coelho Filho 1. Paulo Foleto

Bloco PRB / PTN / PMN / PTC / PTdoB / PSL
Celso Russomanno 1. Marcelo Squassoni

DEM
Pauderney Avelino 1. Efraim Filho

SD*
Genecias Noronha 1. Fernando Francischini

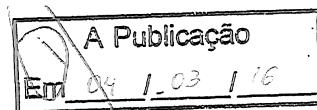
* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
É o seguinte o calendário:

- Publicação no DOU: 02/03/2016
- Designação da Comissão: 04/03/2016
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: até 08/03/2016 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 16/04/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 30/04/2016 (a prorrogar)

São os seguintes os ofícios das lideranças:



Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PR



Of. nº 041/2016 – LidPR

Brasília, 02 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

Assunto: Indicação de membro titular e suplente da Comissão Mista 714/2016.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar a Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ) para membro titular e indicar o Deputado Wellington Roberto (PR/PB) como membro suplente na Comissão Mista 714, de 1º.03.2016, que extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária e altera a Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, e a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

Respeitosamente,

Deputado Maurício Quintella Lessa
Líder do Bloco – PR/PSD/PROS





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB



Of. nº 100 /2016/PSDB

Brasília, 02 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação de Membro de Comissão.

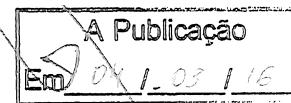
Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **PAULO ABI-ACKEL**, como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 714/16, que extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária e altera a Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, e a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

Respeitosamente,

Deputado **ANTONIO IMBASSAHY**
Líder do PSDB





OF/GAB/I/Nº 133

Brasília, 04 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do Bloco PMDB, PEN, que comporão a Comissão Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 714/2016, que "Extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária e altera a Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, e a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986".

TITULARES

NEWTON CARDOSO JÚNIOR
VENEZIANO VITAL DO RÉGO

SUPLENTES

CELSO MALDANER
HILDO ROCHA

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Deputado **LEONARDO PICCIANI**

Líder do Bloco PMDB, PEN



DECRETO LEGISLATIVO**CONGRESSO NACIONAL**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2016 (*)

Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio por Decisão de 27 de novembro de 2014, juntamente com seu anexo, o Acordo sobre a Facilitação de Comércio, adotado pelos Membros da OMC na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali, Indonésia, em 7 de dezembro de 2013.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio por Decisão de 27 de novembro de 2014, juntamente com seu anexo, o Acordo sobre a Facilitação de Comércio, adotado pelos Membros da OMC na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali, Indonésia, em 7 de dezembro de 2013.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de março de 2016 – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Protocolo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 24/2/2016

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa, Total: 17

Requerimento	Parlamentar	Fundamentação Legal	Período	Finalidade
RQM nº 35/2016	Eduardo Amorim	RISF Art. 43, I	De 24/02/2016 a 26/02/2016	Licença saúde.
RQM nº 36/2016	Douglas Cintra	RISF Art. 13	25/02/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 37/2016	Ricardo Franco	RISF Art. 13	01/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 38/2016	Zeze Perrella	RISF Art. 13	01/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 39/2016	Valdir Raupp	RISF Art. 13	01/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 40/2016	Magno Malta	RISF Art. 13	02/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 41/2016	José Medeiros	RISF Art. 13	02/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 42/2016	Gladson Cameli	RISF Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 43/2016	João Alberto Souza	RISF Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 44/2016	Lindbergh Farias	RISF Art. 13	De 11/03/2016 a 13/03/2016	Atividade parlamentar. Participar do Fórum de Lideranças Globais, a se realizar em Nova Déhli, Índia, a convite da Organização Art Of Living.
RQM nº 45/2016	Vanessa Grazziotin	RISF Art. 13	De 18/03/2016 a 24/03/2016	Atividade parlamentar. Participar da Quinta Missão Parlamentar de Estudos sobre Inovação, promovida pelo Wilson Center, Instituto das Américas e Interfarma, a ser realizada em São Francisco, Califórnia, EUA.
RQM nº 46/2016	Magno Malta	RISF Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 47/2016	Jader Barbalho	RISF Art. 13	01/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 48/2016	Jorge Viana	RISF Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 49/2016	Humberto Costa	RISF Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 50/2016	Sandra Braga	RISF Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 51/2016	Antonio Anastasia	RISF Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.

Publicado - se
José Tadeu Fanis Júnior
 Mat.: 227277
 Secretário-Geral da Mesa Adjunto

RETIFICAÇÕES**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Nº 178, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015**

À página 213, onde se lê:

DELIBERAÇÕES DA MESA DO SENADO FEDERAL

.....
Em sua 7ª Reunião, realizada no dia 28 de outubro de 2015, a Mesa do Senado Federal deliberou sobre as seguintes matérias:

- Pela aprovação do **Requerimento nº 1170, de 2015**, de tramitação conjunta do **PLC nº 83, de 2015**, com os **PLS's nºs 9, de 2009; 99, 177, 307 e 703, de 2011; 9, de 2012; 10 e 358, de 2014; e 323 e 443, de 2015**;
- Pela aprovação do **Requerimento nº 1181, de 2015**, de tramitação conjunta do **PLS nº 633, de 2015** com os **PLS's nºs 99 e 177, de 2011** (que tramitam com os **PLS's nºs 307, e 703, de 2011; 9, de 2012; e 443, de 2015**);

As matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Educação, Cultura e Esporte, sucessivamente;

.....

Leia-se:

DELIBERAÇÕES DA MESA DO SENADO FEDERAL

.....
Em sua 7ª Reunião, realizada no dia 28 de outubro de 2015, a Mesa do Senado Federal deliberou sobre as seguintes matérias:

- Pela aprovação do **Requerimento nº 1170, de 2015**, de tramitação conjunta do **PLC nº 83, de 2015**, com os **PLS's nºs 9, de 2009; 99, 177, 307 e 703, de 2011; 9, de 2012; 10 e 358, de 2014; 323 e 443, de 2015**;
- Pela aprovação do **Requerimento nº 1181, de 2015**, de tramitação conjunta do **PLS nº 633, de 2015** com os **PLS's nºs 99 e 177, de 2011** (que tramitam com os **PLS's nºs 307 e 703, de 2011; 9 e 443, de 2015**);

As matérias vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Educação, Cultura e Esporte, sucessivamente;

.....

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016

Às páginas 524 a 531, republique-se o Veto nº 63, de 2015, para destacar dispositivos vetados:



CONGRESSO NACIONAL

VETO Nº 63 DE 2015^(*)

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 690/2015), que “Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre as bebidas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto o código 2208.90.00 Ex 01, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; e altera as Leis nºs 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 11.196, de 21 de novembro de 2005”.

**Mensagem nº 621, de 2015, na origem
DOU de 31/12/2015 – Ed. Extra**

Data da Protocolização: **5/1/2016**
Prazo no Congresso: **2/3/2016**

DOCUMENTOS:

- MENSAGEM
- AUTÓGRAFO DA MATÉRIA VETADA

^(*) Republicado no DSF de 1º/3/2016, por incorreção no anterior.

Mensagem nº 621

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e por constitucionalidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2015 (MP nº 690/15), que “Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre as bebidas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto o código 2208.90.00 Ex 01, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; e altera as Leis nºs 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 11.196, de 21 de novembro de 2005”.

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo voto aos seguintes dispositivos:

Parágrafo único do art. 7º

“Parágrafo único. As alíquotas máximas do IPI para os produtos abaixo arrolados são as seguintes:

I - 6% (seis por cento) para os produtos classificados nas posições 22.04 e 2208.70.00 da Tipi relativamente aos fatos geradores ocorridos durante o exercício de 2016;

II - 5% (cinco por cento) para os produtos classificados nas posições 22.04 e 2208.70.00 da Tipi relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir do exercício de 2017;

III - 17% (dezessete por cento) para os produtos classificados na posição 2208.40.00 da Tipi, exceto para o rum e para as outras aguardentes provenientes do melaço de cana, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir do exercício de 2016.”

Razões do voto

“Os dispositivos tratam de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, caracterizado como regulatório, em razão de sua natureza extrafiscal e de sua seletividade. Por isso, não é adequada a fixação em lei de alíquotas máximas. Além disso, a proposta acabaria por contrariar o que dispõe o art. 153, § 3º, inciso I, da Constituição.”

Art. 8º e incisos II e III do art. 28-A da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, alterados pelo art. 9º do projeto de lei de conversão

“Art. 8º A Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 27. Nas operações de venda dos produtos de que trata o art. 14 por pessoa jurídica industrial ou atacadista que mantenha com a pessoa jurídica transportadora quaisquer das relações mencionadas nos incisos I a VII do art. 18, o valor do frete integrará a base de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurada pela pessoa jurídica vendedora dos citados produtos.’ (NR)

‘Art. 34-A. Em relação ao estoque dos produtos de que trata o art. 14 existente ao final do dia 30 de abril de 2015, fica estipulado que:

I - a pessoa jurídica atacadista sujeita ao regime de apuração cumulativa da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, exceto a optante pelo Simples Nacional, poderá apurar crédito presumido das mencionadas contribuições calculado mediante a aplicação de percentuais de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), respectivamente, sobre o valor de aquisição dos mencionados estoques de produtos adquiridos no mercado interno;

II - a pessoa jurídica atacadista sujeita ao regime de apuração não cumulativa da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins poderá apurar crédito das mencionadas contribuições calculado mediante a aplicação de percentuais de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), respectivamente, sobre o valor de aquisição dos mencionados estoques de produtos importados ou adquiridos no mercado interno.

Parágrafo único. Os valores do ICMS e do IPI, quando recuperáveis, não integram o valor do estoque a ser utilizado como base de cálculo do crédito a que se refere o caput.”

“II - reduzidas em 50% (cinquenta por cento), para os fatos geradores ocorridos nos exercícios de 2017 e 2018;

III - reduzidas em 100% (cem por cento), para os fatos geradores ocorridos no exercício de 2019.”

Razões dos vetos

“Apesar de resultar em renúncia de receita, as medidas não vieram acompanhadas das estimativas de impacto orçamentário-financeiro e das compensações necessárias, em desrespeito ao que determina o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como os arts. 108 e 109 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO).”

Art. 10

“Art. 10. Caso o regime instituído pelos arts. 1º a 7º da Medida Provisória nº 690, de 31 de agosto de 2015, implique aumento de tributos para fatos geradores ocorridos no mês de dezembro de 2015 em comparação ao disposto na Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, caberá restituição da diferença.

Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica aos tributos pagos em virtude das revogações de que trata o art. 9º da Medida Provisória nº 690, de 31 de agosto de 2015, em relação a fatos geradores ocorridos em dezembro de 2015.”

Razões do veto

“Apesar do potencial de acarretar aumento da despesa, a medida não veio acompanhada das estimativas de impacto orçamentário-financeiro e das compensações necessárias, em desrespeito ao que determina o art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como os arts. 108 e 109 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO).”

Incisos I e II do art. 11

“I - do primeiro dia do quinto mês subsequente ao da publicação da Medida Provisória nº 690, de 31 de agosto de 2015, quanto ao disposto nos arts. 1º a 7º e arts. 9º, 10 e 12;

II - de 1º de maio de 2015, quanto ao art. 34-A da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.”

Razões do veto

“A descontinuidade entre os efeitos das medidas propostas na Medida Provisória nº 690 e a sua Lei de Conversão poderiam causar insegurança jurídica, sendo necessário que a referida lei de conversão produza seus efeitos imediatamente no dia de sua publicação. Em paralelo a isso, a vigência se postergaria em apenas um dia, o que é desproporcional ao efeito nocivo mencionado.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 30 de dezembro de 2015. – Dilma Rousseff

**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO COM OS DISPOSITIVOS VETADOS
DESTACADOS E SUBLINHADOS:**

**Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2015
(oriundo da Medida Provisória nº 690, de 2015)**

Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre as bebidas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto o código 2208.90.00 Ex 01, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; e altera as Leis nºs 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 11.196, de 21 de novembro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre as bebidas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto o código 2208.90.00 Ex 01, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, será exigido na forma prevista nesta Lei.

Art. 2º Os produtos de que trata o art. 1º ficam excluídos do regime tributário do IPI previsto nos arts. 1º a 4º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput, aplicam-se aos produtos nele referidos as regras previstas na legislação do IPI, inclusive as relativas a:

- I – fato gerador;
- II – contribuintes e responsáveis;
- III – base de cálculo; e
- IV – cálculo do imposto.

Art. 3º Quando a industrialização dos produtos de que trata o art. 1º ocorrer por encomenda, o IPI será devido na saída do produto:

I – do estabelecimento que o industrializar; e
II – do estabelecimento encomendante, que poderá creditar-se do IPI cobrado conforme o disposto no inciso I.

Parágrafo único. O encomendante e o industrial respondem solidariamente pelo IPI devido nas operações de que trata o caput.

Art. 4º Fica equiparado a industrial, nas saídas dos produtos de que trata o art. 1º, o estabelecimento de pessoa jurídica:

I – caracterizada como controladora, controlada ou coligada de pessoa jurídica que industrializa ou importa os produtos de que trata o art. 1º, na forma definida no art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

II – caracterizada como filial de pessoa jurídica que industrializa ou importa os produtos de que trata o art. 1º;

III – que, juntamente com pessoa jurídica que industrializa ou importa os produtos de que trata o art. 1º, estiver sob controle societário ou administrativo comum;

IV – que apresente sócio ou acionista controlador, em participação direta ou indireta, que seja cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de sócio ou acionista controlador de pessoa jurídica que industrializa ou importa os produtos de que trata o art. 1º;

V – que tenha participação no capital social de pessoa jurídica que industrializa ou importa os produtos de que trata o art. 1º, exceto nos casos de participação inferior a 1% (um por cento) em pessoa jurídica com registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários;

VI – que possuir, em comum com pessoa jurídica que industrializa ou importa os produtos de que trata o art. 1º, diretor ou sócio que exerçam funções de gerência, ainda que essas funções sejam exercidas sob outra denominação; ou

VII – que tiver adquirido ou recebido em consignação, no ano anterior, mais de 20% (vinte por cento) do volume de saída da pessoa jurídica que industrializa ou importa os produtos de que trata o art. 1º.

Art. 5º Sujeita-se ao pagamento do IPI, na condição de responsável, o estabelecimento comercial atacadista que possuir ou mantiver produtos de que trata o art. 1º desacompanhados da documentação comprobatória de sua procedência ou que a eles der saída.

Art. 6º Sem prejuízo do disposto no art. 48 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, as notas fiscais de comercialização dos produtos de que trata o art. 1º emitidas pelo estabelecimento industrial ou equiparado deverão conter a descrição da marca comercial, tipo de embalagem e volume dos produtos, para perfeita identificação destes e cálculo do imposto devido.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput implicará considerar as notas fiscais enquadradas no art. 53 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

Art. 7º Relativamente aos produtos de que trata o art. 1º, o Poder Executivo federal poderá estabelecer valores mínimos do IPI em função da classificação fiscal na Tipi, do tipo de produto e da capacidade do recipiente.

Parágrafo único. As alíquotas máximas do IPI para os produtos abaixo arrolados são as seguintes:

I – 6% (seis por cento) para os produtos classificados nas posições 22.04 e 2208.70.00 da Tipi relativamente aos fatos geradores ocorridos durante o exercício de 2016;

II – 5% (cinco por cento) para os produtos classificados nas posições 22.04 e 2208.70.00 da Tipi relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir do exercício de 2017;

III – 17% (dezessete por cento) para os produtos classificados na posição 2208.40.00 da Tipi, exceto para o rum e para as outras aguardentes provenientes do melaço de cana, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir do exercício de 2016.

Art. 8º A Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 27. Nas operações de venda dos produtos de que trata o art. 14 por pessoa jurídica industrial ou atacadista que mantenha com a pessoa jurídica transportadora quaisquer das relações mencionadas nos incisos I a VII do art. 18, o valor do frete integrará a base de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurada pela pessoa jurídica vendedora dos citados produtos.”(NR)

“Art. 34-A. Em relação ao estoque dos produtos de que trata o art. 14 existente ao final do dia 30 de abril de 2015, fica estipulado que:

I – a pessoa jurídica atacadista sujeita ao regime de apuração cumulativa da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, exceto a optante pelo Simples Nacional, poderá apurar crédito presumido das mencionadas contribuições calculado mediante a aplicação de percentuais de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), respectivamente, sobre o valor de aquisição dos mencionados estoques de produtos adquiridos no mercado interno;

II – a pessoa jurídica atacadista sujeita ao regime de apuração não cumulativa da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins poderá apurar crédito das mencionadas contribuições calculado mediante a aplicação de percentuais de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), respectivamente, sobre o valor de aquisição dos mencionados estoques de produtos importados ou adquiridos no mercado interno.

Parágrafo único. Os valores do ICMS e do IPI, quando recuperáveis, não integram o valor do estoque a ser utilizado como base de cálculo do crédito a que se refere o caput.”

Art. 9º A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 28. Para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2016, serão aplicadas na forma do art. 28-A desta Lei as alíquotas da Contribuição para PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo dos seguintes produtos:

I – unidades de processamento digital classificados no código 8471.50.10 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI;

II – máquinas automáticas para processamento de dados, digitais, portáteis, de peso inferior a três quilos e meio, com tela (écran) de área superior a cento e quarenta centímetros quadrados, classificadas nos códigos 8471.30.12, 8471.30.19 ou 8471.30.90 da Tipi;

III – máquinas automáticas de processamento de dados, apresentadas sob a forma de sistemas, do código 8471.49 da Tipi, contendo exclusivamente uma unidade de processamento digital, uma unidade de saída por vídeo (monitor), um teclado (unidade de entrada), um mouse (unidade de entrada), classificados, respectivamente, nos códigos 8471.50.10, 8471.60.7, 8471.60.52 e 8471.60.53 da Tipi;

IV – teclado (unidade de entrada) e de mouse (unidade de entrada) classificados, respectivamente, nos códigos 8471.60.52 e 8471.60.53 da Tipi, quando acompanharem a unidade de processamento digital classificada no código 8471.50.10 da Tipi;

V – modems, classificados nas posições 8517.62.55, 8517.62.62 ou 8517.62.72 da Tipi;

VI – máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a cento e quarenta centímetros quadrados e inferior a seiscentos centímetros quadrados e que não possuem função de comando remoto (tablet PC) classificadas na subposição 8471.41 da Tipi;

VII – telefones portáteis de redes celulares que possibilitem o acesso à internet em alta velocidade do tipo smartphone classificados na posição 8517.12.31 da Tipi;

VIII – equipamentos terminais de clientes (roteadores digitais) classificados nas posições 8517.62.41 e 8517.62.77 da Tipi.

§ 1º Os produtos de que trata este artigo atenderão aos termos e condições estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao valor e especificações técnicas.

.....”(NR)

“Art. 28-A. As alíquotas da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, em relação aos produtos previstos no art. 28 desta Lei, serão aplicadas da seguinte maneira:

I – integralmente, para os fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2016;

II – reduzidas em 50% (cinquenta por cento), para os fatos geradores ocorridos nos exercícios de 2017 e 2018;

III – reduzidas em 100% (cem por cento), para os fatos geradores ocorridos no exercício de 2019.”

“Art. 29. Nas vendas efetuadas na forma dos arts. 28 e 28-A desta Lei não se aplica a retenção na fonte da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins a que se referem o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e o art. 34 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.”(NR)

Art. 10. Caso o regime instituído pelos arts. 1º a 7º da Medida Provisória nº 690, de 31 de agosto de 2015, implique aumento de tributos para fatos geradores ocorridos no mês de dezembro de 2015 em comparação ao disposto na Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, caberá restituição da diferença.

Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica aos tributos pagos em virtude das revogações de que trata o art. 9º da Medida Provisória nº 690, de 31 de agosto de 2015, em relação a fatos geradores ocorridos em dezembro de 2015.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir:

I – do primeiro dia do quinto mês subsequente ao da publicação da Medida Provisória nº 690, de 31 de agosto de 2015, quanto ao disposto nos arts. 1º a 7º e arts. 9º, 10 e 12;

II – de 1º de maio de 2015, quanto ao art. 34-A da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

Art. 12. Fica revogado o inciso II do art. 30 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
Bloco-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Bloco-PMB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 18
PMDB-17 / PMB-1

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PMB / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Marta Suplicy.	PMDB / SP
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco de Apoio ao Governo - 17
PT-13 / PDT-4

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco Parlamentar da Oposição - 16
PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 11

PSB-7 / PPS-2 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 9

PP-6 / PSD-3

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

Bloco da Maioria.	18
Bloco de Apoio ao Governo.	17
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	11
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
 Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
 Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
 Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (Bloco-PMB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (Bloco-PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
 Randolph Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
 Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
 Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
 Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 17</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,26,62,66)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,34) Walter Pinheiro (31,36,41) Telmário Mota (4,32,43,52) Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13</p> <p>Paulo Rocha (35,51,69)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (31,36,41) Lindbergh Farias (37) Fátima Bezerra (38)</p> <p>Líder do PDT - 4</p> <p>Acir Gurgacz (3,34)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,32,43,52)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PMB) - 18</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB (60)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PMB - 1</p> <p>Hélio José (49,59)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (39,63)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (30) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (13,58)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>Ronaldo Caiado (5)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39,63)</p> <p>Líder do PV - 1</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 11</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (14,24)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (11,16,25) Vanessa Grazziotin (20,28)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 7</p> <p>Antonio Carlos Valadares (64)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (68) Roberto Rocha (45,67)</p> <p>Líder do PPS - 2</p> <p>José Medeiros (11,16,25)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (20,28)</p> <p>Líder do REDE - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (27,29)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 9</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (18,54)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (12,15,44,53,57) Otto Alencar (61)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 6</p> <p>Benedito de Lira (12,15,44,53,57)</p> <p>Líder do PSD - 3</p> <p>Omar Aziz (18,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (19)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (6,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (7) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,9)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (6,10)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Wellington Fagundes (50,55)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (56)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,9)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,26,62,66)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (49,59) Paulo Rocha (35,51,69) Wellington Fagundes (50,55) Telmário Mota (4,32,43,52)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

9. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
12. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
13. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
14. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
25. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
59. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
60. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
61. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
62. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
63. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
64. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
65. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 22/02/2016 a 07/03/2016.
66. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
67. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)

68. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).

69. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

**. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ^(5,13)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

- *. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).
- **. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).
- ***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).
- ****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).
- *****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).
- *****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).
- *****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.
- *****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.
- 1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agostini Filho

José Rollemburg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agostini Filho, José Rollemburg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimir Vinícius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).
2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reuniu elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).

7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 14/03/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁴⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

- *. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
- **. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).
- ***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- ****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- *****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
- 1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
- 2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
- 3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).
- 4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO (9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (12)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1. 2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(6,23)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽²⁵⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. VAGO ^(10,16,24)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferreira (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(2,18,20)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcidio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO (11)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (20)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. VAGO (17)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
VAGO ⁽³²⁾	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽³¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-T0)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edíson Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).

22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).

23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).

24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).

25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).

26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).

29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.

30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).

32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferreira (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferreira e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. VAGO ^(7,13)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,12)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezzerino, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scocomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
 2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
 3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
 4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
 5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
 6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

**. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾
Notas:	
*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).	
**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).	
***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).	
****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).	
1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).	
2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).	
3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).	
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)	
5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).	
6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).	
7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).	
8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).	

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMD).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RJSF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) (18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (18)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,23)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (6,13,17,23)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (14)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permudam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).
- ****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).
- *****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).
- *****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).
- 1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).
- 4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).
- 5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).
- 7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).
- 8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
 Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)

Senador José Pimentel (PT-CE)

1. Senadora Angela Portela (PT-RR)

Senadora Regina Sousa (PT-PI)

2. VAGO ⁽³⁾

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

4.

Maioria (PMDB)

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Senador Otto Alencar (PSD-BA)

3.

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

4.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10)

1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)

Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾

3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾

Senador João Capiberibe (PSB-AP)

2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾

Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(11,12)

1.

Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(13,14)

2.

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

(/)

Atualização: 01/03/2016

Notas:

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
- 1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
- 2. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
- 3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
- 4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
- 5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
- 6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.
- 9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.
- 10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.
- 11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR,datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)⁽¹⁾

- 1^a Designação: 03/12/2001
- 2^a Designação: 26/02/2003
- 3^a Designação: 03/04/2007
- 4^a Designação: 12/02/2009
- 5^a Designação: 11/02/2011
- 6^a Designação: 11/03/2013
- 7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.
2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 12/09/2012

2^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

1^a Designação: 20/12/2013

2^a Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 26/03/2014

5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS)⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS)⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTN-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Pedro Fernandes - PTB/MA (13)	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PROS/AL (11)
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG (6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. Valtenir Pereira - PMB/MT (1,12)
José Nunes - PSD/BA (9)	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evarir de Melo - PV/ES (3)
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evarir de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Valtenir Pereira, em vaga existente, em 17-12-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 841, de 2015, da Liderança do PT.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Pedro Fernandes, em substituição ao Deputado Ricardo Teobaldo, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2016, da Liderança do Bloco do PMDB.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMB-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Nuncio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Morais (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PMB-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)
Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)
Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PMB / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristina - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maoria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMB/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PMB/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)

Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Deputado Sergio Zveiter

Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)

Deputado Sandro Alex (PPS/PR)

Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

VAGO

SENADO FEDERAL

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Senador Jorge Viana (PT/AC)

Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Senador Blairo Maggi (PR/MT)

VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
 Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Mainha - SD/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

